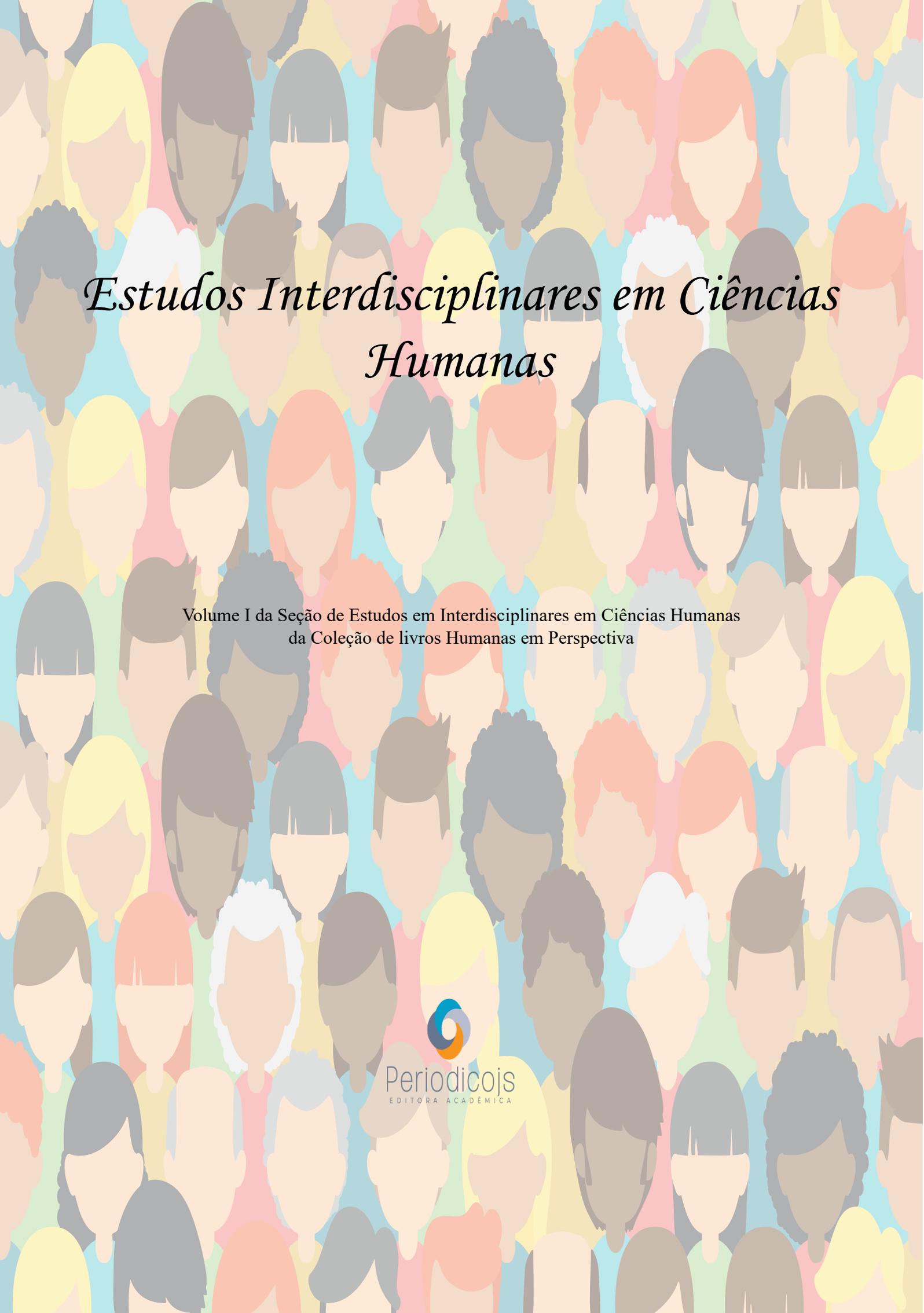


Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Vol. 1

The background of the entire page is a dense, repeating pattern of stylized human faces. Each face is a simple, flat-colored silhouette with various hair colors (brown, black, blonde, red, grey) and styles (straight, curly, short, long). The faces are arranged in a grid-like pattern, creating a sense of a large, diverse crowd.

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Volume I da Seção de Estudos em Interdisciplinares em Ciências Humanas
da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas- volume 1. / Filipe Lins dos Santos.
(Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2021.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89967-02-6

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II.
Título

CDD 300

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio



A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área das ciências humanas.

Esse volume reúne diversos artigos rigorosamente avaliados e de extrema credibilidade científica e acadêmica para a sociedade. Desejamos que todos os leitores que façam um excelente proveito para aprofundamento teórico e crescimento pessoal por meio dos estudos publicados.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs



Sumário



Capítulo 1

A ASCENSÃO DA ECONOMIA DE PLATAFORMA NA ERA DA INFORMAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHO: FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E REPERCUS- SÕES DO TRABALHO UBERIZADO EM PORTUGAL7

Capítulo 2

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFI- CA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TERRITORIAL E DO PROTAGONISMO JUVE- NIL35

Capítulo 3

SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: UMA HISTÓRIA DE INVISIBILIDADE AFETIVA....52

Capítulo 4

ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DO- MÉSTICA.....64



Capítulo 5

OPRESSOR VERSUS OPRIMIDO: O FEMINISMO DOS 99% CONTRA O CAPITALISMO
HEGEMÔNICO83

Capítulo 6

ÍNDICES DA INCLUSÃO DIGITAL EM 2018 NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MON-
TES CLAROS - UNIMONTES101



Capítulo

1

A ASCENSÃO DA ECONOMIA DE PLATAFORMA NA ERA DA INFORMAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHO: FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E REPERCUSSÕES DO TRABALHO UBERIZADO EM PORTUGAL



A ASCENSÃO DA ECONOMIA DE PLATAFORMA NA ERA DA INFORMAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHO: FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E REPERCUSSÕES DO TRABALHO UBERIZADO EM PORTUGAL

THE RISE OF THE PLATFORM ECONOMY IN THE INFORMATION AGE AND ITS EFFECTS ON WORK: FLEXIBILITY, PRECARIZATION AND REPERCUSSIONS OF UBERIZED WORK IN PORTUGAL

Nirsan Grillo Gomes Dambrós¹

Juliete Lima do Ó²

Resumo: Neste estudo discorreremos sobre os aspectos mais relevantes concernentes ao novo contexto laboral de uberização, tendo como objetivos: i) correlacionar o avanço da Indústria 4.0, em conjunto com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação e disseminação da internet na chamada Era da Informação, com a consolidação e expansão da Economia de Plataforma; ii) analisar o debate teórico sobre as relações de trabalho por meio das plataformas digitais, evidenciando as questões relacionadas com o seu funcionamento, alguns dos mecanismos envolvidos no fenômeno e respectivas dinâmicas atinentes; iii) analisar os aspectos relevantes que pairam sobre o enquadramento jurídico-laboral dos trabalhadores vinculados às plataformas digitais em Portugal, em um contexto de subordinação algorítmica, trazendo à luz as principais repercussões legais e jurídicas no contexto do trabalho uberizado em Portugal. Sob essa perspectiva, a discussão apresentada a seguir baseia-se em artigos científicos de abordagem qualitativa, artigos jornalísticos, bem como obras de importantes

1 Mestranda em Sociologia das Organizações e do Trabalho; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas / Universidade de Lisboa

2 Mestranda em Direito Social e da Inovação pela Nova School of Law (Lisboa, Portugal)



estudiosos do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Uberização. Precarização. Economia de Plataforma. Indústria 4.0. Lei Uber.

Abstract: In this study, we discuss the most relevant aspects concerning the new labor context of uberization, aiming to: i) correlate the advancement of Industry 4.0, together with the new Information and Communication Technologies and the dissemination of the internet in the so-called Information Age, with the consolidation and expansion of the Platform Economy; ii) analyze the theoretical debate about labor relations on digital platforms, highlighting issues related to their function, some of the mechanisms involved in the phenomenon and their respective dynamics; iii) analyze the relevant aspects that hover over the legal and labor framework of workers linked to digital platforms in Portugal, in a context of algorithmic subordination, bringing to light the main legal repercussions in the context of work uberized in Portugal. From this perspective, the discussion presented below is based on scientific articles with a qualitative approach, journalistic articles, as well as works by important scholars in the world of labor.

Keywords: Uberization. Precariousness. Platform Economy. Industry 4.0. Uber Law.

Introdução

Ao longo da história da evolução do modo de produção capitalista, diversas transformações têm ocorrido com o objetivo de alavancar o processo de produção e valorizar o capital. Reconhecida nas primeiras décadas do século XXI, em especial a partir de 2011 com a chamada Quarta Revolução Industrial, tem-se a reconfiguração do trabalho impulsionada pelo avanço de novas tecnologias, que passam a se inserir tanto nas interações cotidianas quanto no meio produtivo, apresentando



grandes transformações nas organizações e relações laborais. Em um contexto de sociedade em rede, marcada pela onipresença das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e mundialização do capital, - que permitem uma mobilidade de capitais sem precedentes -, é imposta uma mudança de comportamento não apenas dos trabalhadores, mas também das organizações, que passam a agir pela lógica do mercado.

Amplia-se o movimento do emprego no chamado “setor de serviços”, imperando as práticas flexíveis e precárias de trabalho, ancorado em um processo de profunda reestruturação produtiva do capital e reordenação do capitalismo internacional - processo iniciado a partir da década de 1970 - que vem evoluindo e desenvolvendo novas formas de alavancar o processo produtivo e a valorização do capital, em fase de acumulação flexível. Esta se apoia na flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, caracterizando-se por rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual e criando, por exemplo, um amplo movimento do emprego no “setor de serviços”. Além disso, possibilita a transferência para os assalariados e também subcontratados e outros prestadores de serviços o peso das incertezas do mercado (HARVEY, 2008; BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

Com os desenvolvimentos tecnológicos, combinados com robotização, automação de tarefas, internet das coisas, impressão 3D, etc., fala-se atualmente de uma Quarta Revolução Industrial (DEGRYSE, 2016), na qual se apresenta uma integração digital de todos os processos: design, manufatura (o conceito de “indústria 4.0) e administração e, dessa forma, ganhos em produtividade, confiabilidade, adaptação às necessidades e velocidade do cliente” (industriAll, 2015, apud DEGRYSE, 2016). No entanto, conforme demonstrado por Degryse (2019), a expansão tecnológica apresenta algumas ambivalências: ao passo que permite uma série de benesses, ao mesmo tempo tende a aumentar a intensidade e a deteriorar a qualidade da atividade laboral, criando empregos “líquidos”, reduzindo o trabalho qualificado e aumentando sua intensidade, sem qualquer regulamentação, tampouco organização coletiva formal e regulamentada.



Estudos Interdisciplinares

Assiste-se nesse contexto ao amplo desenvolvimento tecnológico no mundo produtivo que, associado à disseminação da internet e todo dinamismo proporcionado por dispositivos móveis, favorece o rápido desenvolvimento da Economia de Plataforma, um novo modelo econômico baseado nas plataformas digitais e no controle algorítmico. Nesse arranjo social, “estabelece-se o reino absoluto da flexibilidade”, que leva à individualização da classe trabalhadora através de diversas formas de dominação racional, no sentido de debilitar ou abolir as referências e as solidariedades coletivas (Bourdieu, 1998b). Conforme Dal Rosso (2017), trata-se de um processo corroborado pelo neoliberalismo, que está na raiz do processo de flexibilização e que sustenta o princípio de que o sindicato é um elemento externo às relações de mercado e que, portanto, deve ser restrito ou eliminado. Como resultado, tem-se a substituição do trabalho contratado e regulamentado pelo trabalho “empreendedor”, “atípico”, “informal” - formas de trabalho adjacentes à superexploração da força de trabalho .

A uberização é emblemática e reflete as desigualdades sociais. Para alguns representa uma oportunidade de flexibilidade e de obter renda adicional; para outros, um declínio na qualidade do emprego em termos de salário e condições (Montgomery e Baglioni, 2020). Ao mesmo tempo que abarca uma grande massa de trabalhadores e trabalhadoras desempregados e pouco qualificados, sobretudo quando o desemprego torna-se condição normal (e não mais uma ameaça disciplinadora) (Fontes, 2017), por outro lado, alcança também trabalhadores altamente qualificados em qualquer parte do mundo, bastando um smartphone e acesso à internet.

Mesmo não existindo, ainda, uma regulamentação plausível para esse tipo de atividade na legislação trabalhista portuguesa, é conveniente analisar atentamente a forma como a empresa disponibiliza os serviços aos estafetas (leia-se entregadores) e aos condutores “parceiros”, haja vista que as empresas de plataformas digitais alegam dar mais liberdade aos trabalhadores de fazerem a sua própria escala de trabalho e para isso são remunerados pela quantidade de serviço prestado.

É através dessa “independência” que a Uber sustenta que não mantém qualquer relação de emprego com os seus “parceiros”, alegando que estes possuem a liberdade de prestar seus serviços



de transportes ou de entrega de alimentos e bens de serviços, sem qualquer influência externa. Nesse sentido, argumenta ficar a cargo do prestador de serviço definir como deve gerir os dias e horários em que pretende exercer a profissão.

Entretanto, a forma como a Uber veicula a liberdade ou, melhor dizendo, a independência que os “parceiros” possuem em fazer a sua própria escala de trabalho não condiz com a realidade, uma vez que estes devem seguir em estrita obediência às instruções maquiadas como “sugestões” pela plataforma. Caso o “parceiro” descumpra qualquer uma delas elencadas no aplicativo, nada obsta que a empresa faça o desligamento do motorista, sem expor qualquer razão.

Ademais, trataremos aqui da Lei nº 45/2018, de 10 de agosto (Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrônica), chamada de “Lei Uber”, de origem portuguesa, criada para regular o setor do transporte individual remunerado de passageiros. Essa lei encontra-se ligada tanto no que se refere ao desenvolvimento das tecnologias como dos aplicativos, onde permite fazer a ligação entre a oferta e a procura de serviços.

Assim, no último capítulo vamos demonstrar na prática como é o dia a dia desses trabalhadores “parceiros” em Portugal e demonstrar se a lei em comento vem sendo cumprida de forma correta. Ademais, tem-se os seguintes questionamentos: pode-se presumir a existência de um vínculo de laboralidade do motorista com a plataforma? Será que esta lei em vigor é cumprida rigorosamente ou existe alguma lacuna na lei que precisa ser revista e quiçá alterada? Ademais, cabe-nos questionar de modo a encontrar uma conclusão nesta matéria tão atual e polêmica, se a Uber e as empresas congêneres são consideradas empresas de transporte ou apenas tecnológicas. A lei em comento e o Código de Trabalho português no tocante à presunção de laboralidade têm sido avaliados positivamente por juristas e doutrinadores?

1. Das transformações no trabalho a partir da expansão das novas TICs ao desenvolvimento da



Economia de Plataforma

Desde a Revolução Industrial no século XVIII, que passou a utilizar novas tecnologias aptas a produzir com maior eficiência, aos dias atuais, várias mudanças estruturais marcam a transição do capitalismo industrial para a sua fase recente. À medida que se expandiam os avanços tecnológicos, importantes efeitos foram produzidos não apenas na economia e na sociedade, mas também no trabalho, ultrapassando os limites das indústrias e influenciando praticamente todos os setores da economia (Rodrigues, 2020). As transformações decorrentes da expansão tecnológica ganham relevo na denominada Quarta Revolução Tecnológica, em vigência no século XXI (Antunes, 2020).

O processo de desenvolvimento tecnológico e todos os respectivos desencadeamentos no mundo trabalho se dão numa lógica de reestruturação produtiva do capital, em que se contrapõem quaisquer obstáculos à lógica de valorização do capital (Harvey, 2008). Evidencia-se assim, uma situação de expansão tecnológica correlacionada com a debilitação do trabalho. Sobretudo a partir dos anos 1980, período capitalista caracterizado pela mundialização do capital, em que se busca romper com relações sociais, leis e regulamentações (Alves, 1999).

Nesse contexto, a única atitude que tornaria possível às economias periféricas, garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é a superexploração da força de trabalho, que se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periféricas e centrais, levando a mais-valia produzida na periferia a ser apropriada e acumulada no centro (Amaral e Carcanholo, 2012).

A partir de uma conjuntura de intensificação e aprofundamento do neoliberalismo e reorganização produtiva, associados à expansão tecnológica, presenciam-se profundas mudanças nas configurações do trabalho, com a destruição dos empregos formais e propalação da ideologia do “empreendedorismo”, eufemismo para o “autoemprego” (Picolotto et al, 2020; Ramalho e Santos, 2018), além do aprofundamento das desigualdades sociais, sustentado pela ideologia neoliberal em fase de



crise estrutural do capital (Antunes, 2018).

Segundo Schwab (2019), a quarta revolução tecnológica possibilita a existência de novos produtos e serviços, sem praticamente nenhum custo, tornando a vida dos consumidores mais fácil e, em geral, mais produtiva. No entanto, conforme o autor, os desafios maiores parecem concentrar-se principalmente no lado da oferta - no mundo do trabalho e da produção. De fato, em conjunto com a revolução e a expansão das novas TICs - que induzem a um processo de busca por controle e eficiência máximos (Valentini, 2020), emergem os problemas decorrentes da interação entre trabalhador e inteligência artificial e possível substituição entre força de trabalho humano e máquina (Degryse, 2019). Tem-se a ampliação do trabalho morto (aquele produzido por meios tecnológicos) e a eliminação do trabalho vivo (aquele desempenhado por trabalhadores) (Antunes, 2020). De toda sorte, o trabalho humano não é eliminado por completo, pois “sem alguma forma de trabalho humano, o capital não se reproduz, visto que as máquinas não criam valor, mas o potencializam” (Antunes, 1999, apud Antunes, 2020). No entanto, a tecnologia maquinica exige dos vivos um trabalho também maquinico, numa espécie de “desantropomorfização do trabalho” que faz morrer aos poucos a possibilidade de resistência, de organização e de confrontação a esse vigoroso processo de precarização estrutural do trabalho.

Com efeito, estudos demonstram que há uma tendência na supressão de postos de trabalho e redução do nível salarial dos trabalhadores a partir do novo modelo de trabalho na Indústria 4.0, com eliminação de postos de trabalho de pessoas com nível de formação intermediária, já que as atividades desempenhadas por estes podem ser realizadas por máquinas, em seu todo ou em parte (Valentini, 2020). Estima-se que até 2030 a automação poderá atingir cerca de 60% das ocupações existentes hoje e, conseqüentemente, entre 11% e 23% da população economicamente ativa perderá seu posto de trabalho (Festi, 2020). Em verdade, é cada vez mais comum o desenvolvimento de processos de “codificação do trabalho” com intuito de “algoritmizar” o trabalho e, assim, obter os mesmos resultados com menor necessidade de trabalho humano. Nas novas dinâmicas das relações capital-trabalho, em



que ter um trabalho em situação de superexploração pode ser considerado uma espécie de privilégio, o desafio passa a ser a criação de novos empregos que humanos façam melhor que algoritmos (Harari, 2017, apud Valentini, 2020).

2. A complexa uberização ou plataformização do trabalho: o fetiche da modernidade

A plataformização do trabalho não é um processo recente, mas sim, a materialização e a consequência de um processo histórico que combina capitalismo rentista, ideologia do Vale do Silício, extração contínua de dados e gestão neoliberal (Grohmann, 2021). Processo que concedeu às plataformas alta capacidade produtiva, tendo em conta suas características: alta capacidade de gestão e controle sobre o trabalho, submetendo uma massa de trabalhadores ao controle algorítmico e intensa vigilância automatizada, sem assumir as responsabilidades sociais do trabalho.

Mesmo assim, esse trabalho é “vendido” como oportunidade para que trabalhadores e trabalhadoras possam combinar trabalho e vida pessoal, aumentando a produtividade ao mesmo tempo que alcançam um melhor equilíbrio entre trabalho e outros compromissos (Malone, 2004; Gratton e Johns, 2013). Na nova economia emergente evocam-se seus benefícios apoiados em um discurso ideológico, o qual chama a atenção para as suas inúmeras vantagens. Combinar tarefas domésticas e familiares com trabalho remunerado, a possibilidade de um trabalho com horários flexíveis, sem cobranças e a oportunidade de maior liberdade temporal e geográfica, bastando para isso o uso de dispositivos móveis e acesso à internet. É o fetiche da modernidade, materializado no trabalho plataformizado, que é abstrato, individualizado, fragmentado e, sobretudo, alienado.

A partir de narrativas para atrair produtores e consumidores, não passando de eufemismos para burlar o assalariamento e efetivar a transferência de riscos aos trabalhadores, as plataformas expandem seus negócios (Slee, 2017). Ao contrário de uma “economia solidária”, reproduz o que há de mais tradicional no capitalismo (Amellal, 2018, apud Festi, 2020). Trabalhadores são colocados em



uma relação concorrencial, “negando-lhes o acesso e o compartilhamento de seu “bem comum” mais valioso, isto é, o algoritmo” (Festi, 2020). Assim, segundo Ricardo Festi, o princípio da propriedade privada e do segredo empresarial é mantido, eliminando a ideologia sobre os “colaboradores” e a falsa autonomia propalada no trabalho de plataforma.

A negação da condição de assalariamento na nova modalidade laboral é uma estratégia-chave na gestão do trabalho que, sob o signo do “empreendedorismo” e aparente autonomia, amplia-se o controle sobre o trabalho para intensificar a exploração e a sujeição, precarizando ao negar direitos, além de gerar dificuldades para a organização coletiva. Com efeito, o trabalho de plataforma evidencia uma condição de trabalho que, por vezes, encobre uma efetiva relação de emprego (Rodrigues, 2020), em que a empresa se desobriga de quaisquer custos ou riscos. Tudo isso, com o aval estatal a partir de uma concepção neoliberal do capitalismo. Ademais, invisibiliza-se a figura do empregador, dificultando ainda mais a regulação laboral (Filgueiras e Antunes, 2020). Nesse enquadramento, a Economia de Plataforma está em amplo desenvolvimento e expande seus negócios no globo .

Para Ludmila Abílio, a uberização nada mais é que um amplo processo de informalização do trabalho, que traz mudanças qualitativas para a própria definição de trabalho informal. Nesse sentido, Abílio (2020) analisa quatro elementos-chave que envolvem a definição de uberização, quais sejam: i) tendência global de transformação do trabalhador em trabalhador autônomo, em permanente disponibilidade ao trabalho (Abílio, 2019, apud Abílio, 2020) e desprovido de direitos, proteção laboral ou garantia sobre rendimentos e limites sobre o tempo de trabalho. Trata-se da redução do trabalhador em trabalhador just-in-time; ii) empresas são mediadoras, detêm os meios tecnológicos para a promoção e organização entre oferta e demanda e, nesse enquadramento, ocorrem novas formas de subordinação e controle do trabalho, caracterizando um gerenciamento algorítmico do trabalho; iii) controle e subordinação operam de forma racionalizada sem determinação do número de trabalhadores, perfil profissional, tempo de trabalho ou remuneração. O papel fiscalizador do trabalho é transferido do Estado para as empresas-aplicativo (Abílio, 2017, apud Abílio, 2020) que o terceiriza para uma multidão



indeterminada de consumidores, que controla parte do gerenciamento do trabalhador. Compreendida como crowdsourcing (Howe, 2008, apud Abílio, 2020); iv) todos os elementos direcionam a identidade profissional do trabalho para o trabalho amador, importante para esse novo tipo de informalização do trabalho.

Não obstante, atrai milhares de trabalhadores e trabalhadoras, que recorrem a esse trabalho como alternativa de fuga de um flagelo ainda maior: o desemprego ou condições piores em outros trabalhos precários. Um fenômeno na contemporaneidade em que trabalhadores laboram travestidos de “autogerentes subordinados” (Abílio, 2020b), acrescenta-se, ao capital, arcando com todo o ônus do trabalho, qual seja: todos os riscos e custos envolvidos no ofício. Trata-se de uma nova forma de trabalhar, não sujeita à regulação protetiva, que legitima e acentua a falta de limites à exploração do trabalho e à precarização de suas condições.

No tocante à transformação da empresa, Degryse (2019) ressalta que, nesse contexto competitivo, as empresas comparam e tentam equilibrar seus custos de transação e de seus processos produtivos. Com as novas tecnologias, os custos de transação são consideravelmente baixos ou quase inexistentes, atraindo cada vez mais essas empresas (mesmo as tradicionais) para o marketplace das plataformas digitais. As plataformas, por sua vez, operam com pouquíssimos funcionários, mas um grande número de terceirizados independentes. Nesse sentido, os locais de trabalho estão sendo transformados e o trabalho passa a ser dividido em pequenas tarefas confiadas a uma massa de pessoas que trabalham em casa, mal pagas e sem poder de barganha. No mesmo sentido, Kovács (2016) ressalta que as atividades são subdividas e fragmentadas, mesmo aos trabalhos mais sofisticados, em atividades rotineiras permitindo ganhos de eficiência. Transforma também a estrutura do trabalho, com a substituição da mão de obra qualificada por trabalhadores pouco qualificados, com intensificação do trabalho, perda do ciclo de aprendizagem maior e, por fim, enfraquecimento e supressão do poder de barganha do trabalhador (Degryse, 2019).

Para alguns autores, a Economia de Plataforma seria o prenúncio do fim da empresa. De fato,



os algoritmos das plataformas têm substituído várias funções da empresa tradicional (Degryse, 2019). No entanto, a despeito da acepção fim do trabalho , na Era da Informação, o que vemos não é o fim do trabalho, mas o fim das relações de trabalho. O trabalho humano continua a ser necessário, inclusive ele é intensificado, mas na nova empresa “plataforma” evitam-se todos os direitos trabalhistas. O que há é apenas uma relação comercial entre quem gera a encomenda e um prestador de serviço, ambos mediados por algoritmos em um mercado: a plataforma digital.

Vale ressaltar que o processo de plataformização do trabalho não é homogêneo, pois além de distintas plataformas existentes, também há distintos e variados perfis de trabalhadores e trabalhadoras, que variam na qualificação profissional e no desempenho de tarefas de forma ampla e vasta, desde bikeboys a profissionais altamente qualificados que estão em posições privilegiadas dentro da apropriação das relações de exploração (Gonsales, 2020). Também há de se considerar, quanto ao perfil dessa massa de trabalhadores, as diferentes nacionalidades, classes, etnias e/ou outras sobreposições ou intersecções de identidades sociais. Isso tende a tornar o cenário bastante complexo, pois é possível que para muitos freelancers, empreendedores-de-si-mesmos, o trabalho plataformizado possa, de fato, ser bastante vantajoso, mas sabemos que não é a regra, podendo ser bastante desigual e marcado por identidades sociais de desigualdades e diferenças.

Na Economia de Plataforma, a “flexibilidade de horários”, composta pelo tempo de trabalho e pelo tempo de não trabalho ganha uma nova tônica. O primeiro, que se refere ao tempo das vidas das pessoas com o trabalho, evidencia o caráter precário dessa flexibilidade, ao passo que trabalhadores e trabalhadoras enfrentam extensas jornadas de trabalho, em regra, mais de dez ou doze horas diárias. Mas há inúmeros relatos de jornadas que extrapolam essa média em matérias jornalísticas e em diversas pesquisas consoantes à uberização. Intensifica-se e amplia-se, portanto, a precarização do trabalho no capitalismo recente, com uma aproximação a situações enfrentadas pela classe trabalhadora durante a fase inicial do capitalismo, em que Marx já sinalizava. Já o tempo de não trabalho, segundo Dal Rosso (1996), não necessariamente conduz ao aumento de autonomia pessoal e coletiva,



ao aumento de liberdade. Esses tempos de não trabalho podem ser preenchidos com o desemprego e a redundância de trabalhadores que não encontram o que fazer. Trata-se de tempo fora do trabalho, mas não livre, porque ainda que se tenha o tempo desocupado, não tem como usufruí-lo. No trabalho de plataforma, o obreiro é transformado em uma espécie de trabalhador just-in-time (Abílio, 2020), que fica à espera de uma chamada por smartphone, recebendo apenas pelo trabalho que executa, sem nada receber pelo tempo de espera.

A uberização se mostra assim, segundo Antunes (2020b), uma potência para a dissolução das relações de assalariamento e do vínculo empregatício, intensificando a exploração e o controle do trabalhador. O controle, outra marca da Economia de Plataforma, se dá de várias formas, seja nos diversos aspectos que envolvem o trabalho, seja nas subjetividades dos trabalhadores. Tal qual na fictícia e cinzenta Cocktown de Charles Dickens -, trata-se de moldar espíritos “desacostumados à contestação e prontos a obedecer à inescapável massificação de seu corpo e seu espírito”. O controle, sobretudo dos tempos de trabalho, sob a lógica algorítmica, constitui assim a condição de possibilidade de acumulação de riquezas jamais vistas nas mãos dos detentores do capital. As horas laborais marcam corpos e mentes dos que trabalham, pois “o labor recorta os momentos da vida, ou a própria vida em si, a serem sacrificados no altar da produção de valores.” (Dal Rosso, 2017)

Enquanto isso, a intervenção estatal parece estar cada vez mais afastada da posição de defesa da classe trabalhadora, deixando prosperar um modelo social “darwinista de luta de todos contra todos”, no qual se encontram condições que produzem insegurança em todos os níveis hierárquicos de um “exército de reserva de mão-de-obra docilizado pela precarização e pela ameaça permanente do desemprego” (Bourdieu, 1998). Nessa conjuntura, as organizações de plataformas digitais abarcam uma grande massa de trabalhadores e trabalhadoras desempregados que se subordinam diretamente ao capital, sobretudo quando o desemprego torna-se condição normal (e não mais uma ameaça disciplinadora) (Fontes, 2017).



3. Subordinação algorítmica: a dura realidade de quem trabalha para plataformas digitais em Portugal

Não é novidade que os algoritmos se tornaram presentes no dia a dia de quem trabalha para plataformas digitais, sobretudo para aqueles que laboram para as empresas de transporte, bem como de entrega de alimentos e bens de consumo, tais como Glovo, Uber e Uber Eats. Atualmente, os algoritmos estão sendo os novos supervisores dos trabalhadores (Moreira, 2019), fixando regras rígidas para serem seguidas ao pé da letra pelos prestadores de serviços, determinando os parâmetros de correspondência entre a oferta e a demanda (Prassl e Risak, 2016), sobretudo, arbitrando os padrões de qualidade que são aceitos pelas plataformas digitais, cujo descumprimento traz a imposição de penalidades diversas, desde advertências, bem como bloqueios temporários e chegando ao ponto de exclusão da plataforma. É, por esse motivo, que aumentaram significativamente a precarização, que é marcada pela causalidade do trabalho, faltando, assim, uma ação do Governo Português para regular este setor.

Através desse novo modelo de trabalho, é possível encontrar ameaças a direitos fundamentais específicos ou inespecíficos dos trabalhadores. No caso dos direitos específicos, encontramos remunerações pagas por tarefa ou por peça, que fazem com que recebam salários muito abaixo dos valores médios pagos no mercado. Como se não bastasse, essas relações geralmente são marcadas pela ausência de limitação dos tempos totais de trabalho, inobservância de direitos coletivos, pressão pelo aumento da produtividade e cumprimento da tarefa no menor tempo possível, do que resulta um ambiente bastante desfavorável à saúde e segurança dos trabalhadores, o que incrementa também os riscos a danos físicos e psicológicos. Em relação às ameaças a direitos inespecíficos, temos a questão atinente à privacidade, que é controlada pela via eletrônica, isto é, com a supervisão por algoritmos. Os trabalhadores estão sendo substituídos por robôs ou quase transformados em robôs, uma vez que realizam atividades ou micro-atividades altamente rotineiras, monótonas e repetitivas (Comissão Eu-



ropeia, 2016; Rosenblat e Stark, 2016) .

Muitos desses “parceiros” se submetem a trabalhar para essas plataformas porque acham que vão ter mais liberdade e flexibilidade em gerir o seu trabalho sem receber ordens diretas do empregador. Na realidade, no entanto, estão sendo monitorados a todo o instante. Segundo Teresa Moreira (Professora da Faculdade de Direito da Universidade do Minho e uma das coordenadoras do Livro Verde para o Futuro do Trabalho), “a plataforma consegue controlar desde a atividade exercida, à localização, e apesar de o local de trabalho ser móvel, o seguimento é constante, passando a ser extremamente porosas as fronteiras entre local de trabalho e fora dele, continuando a gerar-se dados e a controlar mesmo quando os motoristas não estão a conduzir pois a conectividade digital é permanente e o controle praticamente total, através do cruzamento das informações recolhidas pelas plataformas e o comando exercido pelos algoritmos que podem desativar os condutores com base na avaliação dos clientes” (Moreira, 2010 e 2016) .

Nesse diapasão, a Uber pode fazer o desligamento do motorista no aplicativo caso este receba várias e consecutivas avaliações baixas, causando consequências diretas na posição que o trabalhador ocupa, bem como na possibilidade de obter uma nova tarefa. A justificativa que se apresenta é que os algoritmos se baseiam no comportamento do usuário anterior e, por essa razão, fundamentariam, muitas vezes, suas decisões de acordo com os dados históricos armazenados, conforme as avaliações realizadas pelos passageiros ou usuários anteriores (Barocas e Selbst, 2016; Wachter e outros, 2017) .

Ademais, o algoritmo utilizado pela Uber permite que o condutor, ao receber uma solicitação, tenha 15 (quinze) segundos para decidir se aceitará ou não a viagem. Em caso de aceite, o motorista terá uma avaliação ao final da corrida, através da plataforma que usa um algoritmo. É através desse sistema de decisão automática que se determinará quais condutores poderão ter as suas contas suspensas ou desativadas, seja por não terem aceitado um número considerável de viagens, ou por não conseguirem atingir uma boa pontuação. Assim, torna-se possível entender como o algoritmo é moldado pelo “software” da empresa.



Em Portugal, foi feito um projeto de investigação acerca do trabalho nas plataformas digitais, coordenado por Nuno Boavida, do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS) da Universidade Nova de Lisboa . Neste estudo, recolheram-se mais de 50 (cinquenta) entrevistas de trabalhadores que executam atividades a partir das plataformas digitais, cujo teor revelou diversas relações com estas em diferentes narrativas, abrangendo as empresas Uber, Uber Eats e Glovo, entre outras. De acordo com as entrevistas, ficou evidenciado que os trabalhadores que prestam suas atividades para a Glovo e Uber Eats se assumem como empregados. No decorrer do projeto, verificou-se a existência de muitos imigrantes laborando nesse subsetor marcado pela precariedade. Ademais, a equipe ouviu múltiplos relatos de violações a direitos humanos, abusos laborais, bem como o subaluguel de contas para contornar contextos de imigração ilegal. Foi relatado, ainda, que o normal para um estafeta (leia-se entregador) seria laborar de 10 (dez) a 12 (doze) horas em média por dia, e de 6 (seis) a 7 (sete) dias por semana, restando claro que este trabalhador possui uma jornada de trabalho praticamente ilimitada

Da mesma forma acontece com os motoristas, segundo refere em entrevista concedida à agência Lusa o investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Giovanni Allegretti, que coordena a equipe portuguesa de um outro projeto europeu de investigação sobre plataformas digitais. Ao entrevistar os trabalhadores, estes mencionaram que, às vezes, “o dia de trabalho ultrapassava 12 (doze) horas”, embora a Lei n.º 45/2018 (Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica), criada para regular esse setor, proíba os motoristas de TVDE (transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma eletrónica) de operar veículos por mais de 10 (dez) horas de trabalho dentro de um período de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente do número de plataformas nas quais o condutor preste serviços, conforme seu artigo 13.º.

Nesse sentido, a Uber foi questionada pela agência Lusa, sendo que a fonte oficial da empresa se pronunciou sobre o tema e garantiu que tanto os operadores como os motoristas, bem como os



Estudos Interdisciplinares

veículos na plataforma, “cumprem todos os requisitos exigidos por lei”, e reitera que, desde junho de 2018, a plataforma possui uma ferramenta, a qual certifica que nenhum motorista pode conduzir mais do que 10 (dez) horas por dia. Porém, o dirigente sindical do STRUP (Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal) Fernando Fidalgo, afirmou, em entrevista ao jornal Sapo, a existência de motoristas de TVDE a trabalharem quase 17 (dezesete) horas por dia para “subsistirem”, quando a lei define que o período máximo semanal seja de 40 (quarenta) horas, conforme o artigo 203.º, n.º.1 do Código de Trabalho português, o que contradiz mais uma vez a alegação da empresa.

Com relação à Uber Eats, a mesma fonte oficial da empresa referiu que os estafetas (entregadores) podem escolher “livremente quando, onde e por quanto tempo querem estar ligados à aplicação”, ressaltando ainda que todos os trabalhadores devem possuir, além dos requisitos (documento de identificação: Cartão Cidadão da União Europeia ou Título de Residência ou Passaporte mais Certificado de Registro de Manifestação de Interesse que comprove que já deu entrada na sua legalização em Portugal, bem como demonstrar que o veículo no caso moto ou carro estar coberto por uma apólice de seguro), carta de condução válida, atividade aberta (para exercer uma atividade independente ou caso seja chamado para trabalhar em um emprego que precise emitir fatura, deve comunicar o início da atividade ao Serviço de Finanças, equivalente à Receita Federal do Brasil) e certificado de registro criminal sem antecedentes. Já no que se refere à possibilidade do subaluguel de contas da Uber Eats, a mesma fonte oficial da empresa comentou que os estafetas precisam tirar uma fotografia em modo selfie “antes de ficarem on-line”, cuja imagem será cruzada com a fotografia de perfil do utilizador, de forma a viabilizar a certificação de que realmente se trata da mesma pessoa. A Glovo declarou, através do seu diretor de Portugal, Ricardo Batista, em entrevista à agência Lusa, que os estafetas procuram na plataforma “uma alternativa flexível para gerarem rendimentos, em muitos casos em combinação com outras atividades ou enquanto estão em formação ou à procura de outro emprego”.

Vale ressaltar que a Constituição da República Portuguesa consagra, no artigo 59º, que to-



dos os trabalhadores têm direito ao repouso e aos lazeres, havendo um limite máximo da jornada de trabalho, direito ao descanso semanal e, na alínea b, o direito à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar, conforme se depreende de um dos deveres do empregador previsto no artigo 127.º, n.º 3 do Código de Trabalho português, que diz: “[o] empregador deve proporcionar ao trabalhador condições de trabalho que favoreçam a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal”.

Dessa forma, a OIT é a favor da regulamentação dos algoritmos utilizados pelas plataformas digitais. Na conferência de Alto Nível sobre o Futuro do Trabalho, intitulada “Trabalho remoto: Desafios, Riscos e Oportunidades”, realizada em modo telepresencial, no dia 9 de março do corrente ano, o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, reiterou a necessidade de transparência e fiscalização dos algoritmos que geram a prestação de trabalho nas plataformas digitais e mencionou ainda que “o trabalho não é uma mercadoria, os trabalhadores não são robôs ou computadores, nem devem ser geridos por eles. Os algoritmos incorporam os pressupostos, preconceitos e interesses – potencialmente, ou não – daqueles que os criam, e dão pouca margem para identificar e resolver disputas e queixas. Estas são questões que precisam de ser resolvidas rapidamente”

Por fim, o Governo Português apresentou no último dia 31 de março de 2021 o Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho, em reunião, com o Conselho Permanente de Concertação Social que ocorreu por videoconferência. O livro tem a finalidade de “transformar incertezas em oportunidades”, e seu objetivo é regulamentar as novas formas de trabalho e responder aos desafios da classificação das relações de emprego, em particular das plataformas digitais e do teletrabalho. Outrossim, o governo reitera a intenção de “haver uma presunção das condições objetivas da prestação do trabalho e promover, mesmo nos casos em que não há trabalho subordinado, o acesso à proteção social e a condições de saúde e segurança do trabalho”.



Considerações Finais

Na contemporaneidade, o desenvolvimento tecnológico e novas TICs têm influenciado grandes transformações na sociedade como um todo. Considerando todo o aparato tecnológico em expansão, associado à existência de um contingente de força de trabalho sobrando - a que Marx chamou exército industrial de reserva ou exército de reserva de trabalho -, potencializa-se sobremaneira a força com que a Economia de Plataforma vem dominando os mercados.

Nesse sentido, esse estudo nos leva a refletir sobre como se dão todos os processos envolvidos na ascensão das plataformas digitais, especialmente porque a partir delas, novas formas de controle, gerenciamento, intensificação e precarização laboral surgem, consolidando o que Abílio (2020) chama de trabalhador just-in-time. Ademais, o poder de cooptação de força de trabalho é gigantesco, considerado, conforme Degryse (2019), um recurso quase ilimitado, sendo chamado por alguns autores de “nuvem humana”, uma “nuvem virtual” de trabalhadores e trabalhadoras dispostos a laborar, a partir de qualquer lugar do mundo, desde que estejam conectados à internet.

As razões para repensar o trabalho de plataforma são justificáveis, haja vista a tendência de precarização laboral cada vez mais intensificada. A grande parte dos trabalhadores resta o “autogerenciamento de sobrevivência” por meio das plataformas digitais, de forma altamente controlada, racionalizada e monopolizada (Abílio, 2020). Assim, a uberização aponta características marcantes do neoliberalismo e da flexibilização laboral, que passa a operar com uma nova forma de organização laborativa, onde a regra são o isolamento e a fragmentação da classe trabalhadora.

O cenário de crescente insegurança laboral apontado pelos diversos autores e pesquisas relacionadas revelam a importância de maior aprofundamento sobre as suas repercussões sociais, no sentido de descortinar e combater os mecanismos que fazem deste trabalho a concretização da superexploração da força de trabalho. Isso reflete, de certa forma, o novo espírito do capitalismo em curso, no qual uma massa de trabalhadores e trabalhadoras se submetem ao novo “normal” nas sociedades



capitalistas: o trabalho terceirizado, o “freela fixo”, a informalização, a uberização, etc. e o total desamparo das leis protetivas do trabalho. Tudo isso, tendo em conta uma imensa massa de força de trabalho sobrando em escala global que, agora com a internet, plataformas digitais e dispositivos móveis, podem acessar trabalhadores de qualquer parte do globo .

Nesse sentido, qual o futuro do trabalho e o que podemos esperar diante desse cenário extremamente pesoso a partir da inserção tecnológica com exploração laboral intensificada em seus ritmos, tempos e movimentos, com redução do estado de bem estar social e intensificação do ideário e da pragmática neoliberal no mercado de trabalho? Ao que parece, as novas tendências se tornarão irreversíveis se não houver confrontação e mobilização por parte da classe trabalhadora. Isso porque a ambição desmedida e avidez capitalista por mais lucros direciona o capital à intensificação da extração do mais-valor e, para que isso se viabilize, somente através da superexploração da força de trabalho.

Nas sociedades capitalistas, a distância é abissal entre empregador e empregado, capitalista e proletário, rico e pobre. Seus interesses são diametralmente opostos, sendo necessário, portanto, movimentos de resistência por parte da classe trabalhadora (de forma coletiva, com ou sem representação sindical) para que a corrosão dos direitos do trabalho possa se desvanecer ou, possa impedir que aberrações jurídicas, sob o manto de atender às demandas dos trabalhadores, sejam implementadas ao encontro dos interesses empresariais. Como por exemplo, a recente “Lei Uber” em Portugal que desmancha a relação triangular existente (plataforma digital, motorista ou estafeta/entregador e cliente), criando um quarto elemento que, na realidade, é o próprio trabalhador transformado em empresário. Dessa forma, desresponsabiliza quem de fato explora o negócio, tem poder e exerce sobre os trabalhadores com diversas formas de controle: as plataformas digitais.

Assim, importa considerarmos alternativas para a viabilização de uma mudança no cenário negativo que tem se construído ao longo, sobretudo, da última década no mundo do trabalho. A começar pela regulamentação (o mais justa possível) do trabalho plataformizado. Trazendo para o contexto



Estudos Interdisciplinares

português, diante de tudo que foi exposto, acreditamos que deve haver uma atualização na “Lei Uber” para garantir a igualdade de todos os sujeitos, sobretudo, quanto à regulamentação e transparência das plataformas que usam seus algoritmos para supervisionar, bem como monitorar as relações trabalhistas. Ademais, as empresas de transporte possuem mecanismos próprios que dificultam, muitas vezes, a apreciação da verificação da presunção de laboralidade e por isso seja a razão de haver uma alteração do artigo 12º do Código de Trabalho português quanto a essa presunção, uma vez que os requisitos existentes não podem qualificar o motorista como trabalhador dependente e para isso precisa-se ir mais longe para obter um melhor resultado.

No caso dos motoristas e entregadores, deve ser assegurado o direito às proteções legais, mesmo em termos de segurança social, uma vez que o vínculo laboral entre os trabalhadores e as plataformas digitais, está mais próximo de ser um verdadeiro contrato de trabalho do que uma “prestação de serviços”. Outrossim, deve-se reconhecer os direitos desses trabalhadores autônomos, nos mesmos moldes do que foi ocorrido na decisão do Reino Unido, ou seja, dar uma proteção específica para essa classe trabalhadora em que abranja mais do que um trabalhador independente, porém menos que um trabalhador dependente.

De toda sorte, a transformação do trabalho a partir do desenvolvimento tecnológico pode ser positiva, na medida em que traz algumas comodidades e benesses. As novas tecnologias não são o problema, mas sim a instrumentalização que se faz delas no sentido de pautar agendas de precarização laboral. Ademais, a onda de inovações tecnológicas e automatização do trabalho, ao passo que cria novos empregos - direcionados a trabalhadores com determinados skills e recursos necessários para acompanhar as demandas dos novos trabalhos -, em contrapartida, extermina diversos outros, nomeadamente os de trabalhadores menos qualificados, empurrando-os para a marginalidade, ou seja, para o desemprego ou, na melhor das hipóteses, para a informalização e total precarização. Assim, a resistência por parte de trabalhadores é premente, como forma de frear a destruição de direitos sociais do trabalho tão duramente conquistados através de lutas sociais.



Referências Bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. Edição Kindle.

ABÍLIO, Ludmila. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Estudos avançados, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020b. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>

ALVES, Giovanni. Trabalho e mundialização do capital. São Paulo: Práxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado (1 ed.). São Paulo; Boitempo Editorial, 2020. Edição do Kindle.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. Edição Kindle.

ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020b. Edição Kindle.

AMARAL, Marisa; CARCANHOLO, Marcelo. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. Edição Kindle.



Estudos Interdisciplinares

BAROCAS, S.; SELBST, A. D. Big Data's Disparate Impact. In California Law Review, California, p. 682 e seguintes, Ano 2016.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Jorge Zahar Editor, 1998.

BOURDIEU, Pierre. L'essence du néolibéralisme. Le Monde Diplomatique, 3, 1998b. <https://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609>

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. O novo Espírito do Capitalismo. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COMISSÃO EUROPEIA, Unpacking the gig economy, EU p. 31, Ano 2016.

DAL ROSSO, Sadi. A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu. São Paulo: LTR, 1996.

DAL ROSSO, Sadi. O Ardil da Flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. Edição Kindle.

DEGRYSE, Christophe. Digitalisation of the economy and its impact on labour markets. ETUI research paper-working paper, 2016.

DEGRYSE, Christophe. Disrupción tecnológica, ¿abandono social?. El trimestre económico, v. 86, n. 344, p. 1115-1147, 2019. <https://doi.org/10.20430/ete.v86i344.995>



FESTI, Ricardo. Contribuições críticas da sociologia do trabalho sobre a automação. In: ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Editora Boitempo, 2020. Edição Kindle.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Editora Boitempo, 2020. Edição Kindle.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.

GONSALES, Marco. Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência. In: ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Editora Boitempo, 2020. Edição Kindle.

GROHMANN, Rafael. Os Laboratórios do Trabalho Digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. Edição Kindle.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KOVÁCS, Ilona. Os avanços tecnológicos e o futuro do trabalho: debates recentes. XVI Encontro Nacional De Sociologia Industrial, Das Organizações e do Trabalho, Futuros do Trabalho: Políticas, Estratégias e Prospetiva, n. 27, p. 10-23, 2016.



MONTGOMERY, Tom; BAGLIONI, Simone. Defining the gig economy: platform capitalism and the reinvention of precarious work. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 2020. DOI: 10.1108 / IJSSP-08-2020-0400

MOREIRA, Teresa Coelho. A conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar e as NTIC, p.1-13, 2019. Disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/artigo_teresacoelho.pdf

MOREIRA, Teresa Coelho. A privacidade dos trabalhadores e as novas tecnologias de informação e comunicação: contributo para um estudo dos limites ao poder de controlo eletrónico do empregador. Coimbra: Almedina, Ano 2010.

MOREIRA, Teresa Coelho. *Estudos de Direito do Trabalho*, v. 2. Coimbra: Almedina, Ano 2016.

Motoristas de TVDE trabalham quase 17 horas por dia. SAPO, Portugal, 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://ionline.sapo.pt/artigo/726222/motoristas-de-tvde-trabalham-quase-17-horas-por-dia-?seccao=Portugal_i. Acesso em: 16 de junho de 2021.

PICOLOTTO, Everton; LAZZARETTI, Mateus; HÜBNER, Mikaela. Reformas neoliberais no mundo do trabalho no pós-impeachment de 2016: atores, argumentos e alguns resultados. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, v. 4, n. 1, p. 109-125, 2020. <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/11216>

Plataformas digitais: “O capataz passou a ser o algoritmo”. ESQUERDA, Portugal, 6 de março de 2021. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/plataformas-digitais-o-capataz-passou-ser-o-algoritmo/73155> >. Acesso em: 16 de junho de 2021.



PORTUGAL. Decreto de aprovação da Constituição n.º86/1976, de 10 de abril de 1076. Constituição da República Portuguesa, Lisboa, PT, junho 2021. Disponível em: > <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view> >. Acesso em: 18 de junho 2021.

PORTUGAL. Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro de 2009. Código de Trabalho. Lisboa, PT, junho de 2021. Disponível em:> <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34546475/view>> >. Acesso em: 16 de junho de 2021.

PORTUGAL. Lei n.º45/2018, de 10 de agosto de 2018. Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica, Lisboa, PT, junho de 2021. Disponível em:< <https://dre.pt/home/-/dre/115991688/details/maximized> > . Acesso em: 16 de junho de 2021.

PRASSL, Jeremias; RISAK, Martin. Uber, taskrabbit, & co: platforms as employers? rethinking the legal analysis of crowdwork. *Comparative Labor Law & Policy Journal*. v. 37, n. 3, 2016, p. 604- 619. Disponível em: http://www.labourlawresearch.net/sites/default/files/papers/15FEB%20Prassl_Risak%20Crowdwork%20Employer%20post%20review%20copy.pdf.

Precários e refêns do algoritmo: assim trabalham os estafetas da Glovo e Uber Eats. Agência Lusa. DNOTÍCIAS, Portugal, 5 de março de 2021. Disponível em:< <https://www.dnoticias.pt/2021/3/5/253033-precarios-e-refens-do-algoritmo-assim-trabalham-os-estafetas-da-glovo-e-uber-eats/>>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

RAMALHO, José; SANTOS, Rodrigo. Trabalho e ação sindical em redes globais de produção. Tem-



po soc., São Paulo, v. 30, n. 1, p. 9-29, Apr. 2018. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138078>.

REINO UNIDO. Suprema Corte do Reino Unido. Julgamento. Ementa: Motoristas da Uber não são trabalhadores autônomos. Partes: Motoristas parceiros da Uber e a empresa Uber. Local da decisão: Reino Unido, 19 de fevereiro de 2021, p. 1-43. Disponível em: ><https://www.supremecourt.uk/cases/docs/uksc-2019-0029-judgment.pdf>>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

RODRIGUES, Priscila. Direito do Trabalho 4.0: as relações de trabalho na quarta revolução tecnológica. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2020. Edição Kindle.

ROSENBLAT, Alex; STARK, Luke. Algorithmic Labor and Information Asymmetries: a case study of Uber's drivers. In *International Journal of Communication*, n. 10, Ano 2016.

SCHWAB, Klaus. *A Quarta Revolução Industrial*. Edipro, 2019. Edição do Kindle.

SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017. Edição Kindle.

TONI, Míriam de. Fim do trabalho versus centralidade do trabalho. In: CATTANI, Antonio; HOLZMANN, Lorena. *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre, RS: Editora Zouk, 2012. Edição Kindle.

VALENTINI, Rômulo Soares. A indústria 4.0: impactos nas relações de trabalho e na saúde dos trabalhadores. In: CARELLI e outros (Org.). *Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade*. ESMPU, 2020.



WACHTER, Sandra; MITTELSTADT, Brent; FLORIDI, Luciano. Why a right to explanation of automated decision-making does not exist in the general data protection regulation. In *International Data Privacy Law*, Ano 2017.



Capítulo

2

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TERRITORIAL E DO PROTAGONISMO JUVENIL



AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TERRITORIAL E DO PROTAGONISMO JUVENIL

INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN GEOGRAPHICAL EDUCATION AND THE CONSTRUCTION OF TERRITORIAL CITIZENSHIP AND YOUTH PROTAGONISM

Emanuella Cruz Barbosa Vieira¹

Resumo: A presente investigação visa analisar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Educação Geográfica como importante ferramenta no desenvolvimento da cidadania, da aprendizagem significativa e do protagonismo juvenil, permitindo construir experiências de ensino/aprendizagem mais motivadoras, aproximando a escola dos interesses dos alunos, buscou-se compreender como a utilização das TIC propicia a construção de uma cidadania territorial numa perspectiva de apropriação e intervenção sobre o espaço local. Para isso, foi analisado o projeto Nós Propomos: Cidadania e Inovação na Educação Geográfica da Universidade de Lisboa e a disciplina Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Práticas Sociais (NTPPS), desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, ambos trabalhados em associação na Escola de Ensino Médio Dona Hilza Diogo de Oliveira, em Fortaleza, no Ceará.

Palavras-chave: TIC; Cidadania Territorial, Protagonismo Juvenil; NTPPS; Nós Propomos.

¹ Secretaria de Educação do Estado do Ceará/ Universidade de Lisboa



Abstract: The present research aims to analyze the use of Information and Communication Technologies (ICT) in Geographic Education as an important tool in the development of citizenship, meaningful learning and youth protagonism, allowing the construction of more motivating teaching/learning experiences, bringing schools closer to interests. of students, we sought to understand how the use of ICT provides the construction of territorial citizenship from a perspective of appropriation and intervention in the local space. For this, the project We Propose: Citizenship and Innovation in Geographic Education at the University of Lisbon and the Nucleus of Work, Research and Social Practices (NTPPS), developed by the Department of Education of the State of Ceará, both worked in association at the University of Lisbon, were analyzed. High School Dona Hilza Diogo de Oliveira, in Fortaleza, Ceará.

Keywords: ICT; Territorial Citizenship, Youth Protagonism; NTPPS; We Propose.

INTRODUÇÃO

Vivenciamos um período de recomendações e estabelecimento de diretrizes e de estratégias que utilizam o potencial das Tecnologias de Informação e Comunicação no intuito de promover melhorias no ensino e na aprendizagem e de concretizar as orientações curriculares (Carlos, 2015). Dessa forma, os principais atores escolares, alunos e professores, passaram a apresentar atitudes mais ativas, além de desenvolver competências no intuito de contribuir na resolução de problemas, desenvolvimento do pensamento crítico, participação e interação no mundo global extremamente competitivo (Coutinho e Lisboa, 2011; Basquerote Silva, 2020).

As TIC e a Educação Geográfica estão ligadas com a sociedade tecnologizada, pois desempenha papel fundamental na formação do aluno, uma vez que, o instiga a observar, compreender, perceber as transformações espaciais, ler, analisar, interpretar a realidade de maneira crítica a realidade,



cumprindo seu papel de cidadão e de protagonista de sua aprendizagem.

O trabalho que apresentamos analisa a contribuição das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Educação Geográfica, para a construção da cidadania territorial e do protagonismo juvenil. Esta pesquisa origina-se de duas ideias centrais; a primeira é sobre o uso da tecnologia como habilidade para o aprendizado, segundo a Base nacional Curricular Comum (BNCC) há duas competências principais; uma diz respeito ao uso das linguagens tecnológicas e digitais, a outra fala em utilizar a tecnologia de maneira significativa, reflexiva e ética, resolver problemas e exercer seu protagonismo. A segunda ideia, refere-se às potencialidades das TIC na transformação da prática docente, contribuindo para promoção de rupturas com as práticas estabelecidas, aproximando a escola do cotidiano dos alunos, por meio de sua integração no ensino e aprendizagem tendo em vista a prática da cidadania territorial.

Faz-se uma discussão sobre os trabalhos desenvolvidos na disciplina de Geografia por alunos de 08 turmas de ensino médio da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira, localizada em Fortaleza, Ceará, no ano 2020, que envolveu o projeto de extensão Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e o projeto Núcleo de Trabalho, Pesquisas e Práticas Sociais (NTPPS), da Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

Os projetos mencionados possuem os objetivos de promover a autonomia estudantil, o protagonismo juvenil, a aprendizagem significativa, a investigação como princípio pedagógico, a partir da identificação dos principais problemas locais e de propostas de alternativas fundamentadas para resolução dos mesmos, dessa forma, propiciar o desenvolvimento de uma cidadania territorial local que se inicia na escola e no diálogo com a comunidade (Claudino e Mendonça, 2017).

AS TIC NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA



Estudos Interdisciplinares

O acelerado avanço da ciência e da tecnologia gerou impactos na sociedade, esta, por sua vez, tornou-se globalizada e tecnologizada, a conjuntura da atual sociedade é resultado de mudanças espaciais e temporais, que contribuíram para as transformações da dinâmica social.

Dessa forma, o relatório da UNESCO (1996, p.27), “Educação, um tesouro a descobrir”, ressalta a utilização e aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação, e aconselha “que os sistemas educativos devem dar respostas aos múltiplos desafios das sociedades da informação, na perspectiva de um enriquecimento contínuo dos saberes e do exercício de uma cidadania adaptada às exigências do nosso tempo”.

Nesse cenário, as TIC propiciaram o levantamento de demandas em várias áreas de interesse público, inclusive no educacional, que é um dos segmentos da sociedade que mais recebe influência das tecnologias, que implica em desafios cotidianos, uma vez que, promove mudanças no tempo e no espaço, sendo necessário o uso de dispositivos para desenvolver análises geográficas e transformações nas ações de professores e alunos, exigindo maior rapidez na reflexão e na ação educativa, possibilitando que os alunos alcancem a aprendizagem significativa.

Segundo Cachinho (2004), a Geografia está inserida entre as disciplinas escolares que tem o maior potencial na formação dos jovens, sendo importante analisar suas potencialidades e a maneira como a tecnologia poderá proporcionar uma contribuição no seu processo de aprendizagem. Com a utilização das TIC e o desenvolvimento de pesquisas científicas, a Educação Geográfica tornou-se responsável pela reflexão e discussão de maneiras de ler e interpretar o espaço geográfico, o que é imprescindível para a compreensão do mundo globalizado.

Construir a Educação geográfica demanda um grande empenho, o de ir além do simples ensinar Geografia ‘passando os conteúdos’, exige o esforço de buscar a aprendizagem significativa dos conteúdos, numa perspectiva de uma educação ministrada ao longo da vida (Callai, 2011).

A aproximação do cotidiano do aluno com o currículo escolar, e a contextualização com o conhecimento científico, busca o protagonismo juvenil produzido principalmente no meio acadêmico



para a construção do saber geográfico na escola de forma a fomentar a aprendizagem significativa, numa perspectiva de cidadania, dando destaque à força do lugar.

CIDADANIA TERRITORIAL E PROTAGONISMO JUVENIL

As intensas mudanças no espaço geográfico provocaram fortes impactos, que tornou sua compreensão mais complexa, dessa forma, faz-se imprescindível a compreensão global e sua relação com a sociedade da informação e com a economia do conhecimento de maneira a responder adequadamente às demandas dos principais atores escolares, alunos e professores, considerando as competências e o desenvolvimento da cidadania (Costa,2010).

Esteves (2010) considera que a cidadania é uma relação de pertencimento a uma comunidade, que se encontra territorialmente delimitada, em que alguns valores são compartilhados, assim como direitos e regras de organização social. A cidadania está associada aos direitos e deveres exercidos por um indivíduo em sociedade (Pena, 2021).

Existe uma forte ligação entre cidadania e educação. Nesse contexto, Cachinho e Reis (2007), valorizam a educação para a cidadania como determinante pelas complexidades e desafios do nosso tempo, que exige a revitalização da democracia. Ela repercute na vida pública e na responsabilidade dos cidadãos diante à comunidade em que os mesmos pertencem.

Com a utilização das TIC, o avanço nas pesquisas científicas, as transformações ocorridas no território, a Educação Geográfica tornou-se indispensável para a compreensão do mundo atual, pois suas potencialidades fazem com que os alunos percebam seu papel de cidadão. Dessa forma, A Educação Geográfica torna-se indispensável para o desenvolvimento da cidadania ativa no presente e no futuro, pois constrói e reconstrói conhecimentos, habilidades e valores que ampliam a capacidade dos indivíduos compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola sistematizada como um espaço aberto e vivo de culturas (Vesentini, 2009; Cavalcanti, 2012; EUGEO, 2013; Souto e Claudino,



2014).

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) traz a responsabilidade e a educação para a cidadania uma competência associada a todas as áreas do conhecimento. Dessa forma, as Ciências Humanas, em especial a Educação Geográfica apresenta relações mais estreitas com a cidadania (Claudino e Cosncurão, 2021). Uma vez que, a formação de jovens cidadãos reflexivos envolve a compreensão do funcionamento do mundo, o que pode ser propiciado pela capacidade de entendimento dos processos geográficos, alargando a potencialidade dos alunos enquanto cidadãos conscientes, pois permite a reflexão, a tomada de decisão e participação na sociedade, e o uso das tecnologias fornece novas oportunidades e estratégias no processo de aprendizagem e de atuação competente nesta sociedade na sociedade (Para Machon e Walkington 2000; Lambert, 2017; Martins, 2017)

Consideramos, assim, que a educação geográfica proporciona uma dimensão territorial à educação para a cidadania, que envolve os conceitos de território, justiça espacial, escola cidadã e comunidade. O conceito de cidadania territorial foi criado no âmbito do Projeto Nós Propomos! e que Claudino (2019, p. 382), define como a “participação responsável nas tomadas de decisão sobre os problemas comunitários de base espacial”. O conceito referido também é utilizado no projeto Núcleo de Trabalho Políticas e Práticas Sociais (NTPPS), nas escolas públicas de ensino Médio do estado do Ceará.

CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO E ATIVIDADES REALIZADAS

De acordo com os Protótipos Curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado da UNESCO, que foi utilizado como referência para a implementação do NTPPS nas escolas apresentam o currículo desta etapa de ensino voltado para o mundo do trabalho e à prática social.

Ele está desenhado para garantir aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes, valores e capacidades básicas para o exer-



Estudos Interdisciplinares

cício de todo e qualquer tipo de trabalho. Valorizando a continuidade de estudos, procura preparar o jovem para enfrentar os problemas da vida cotidiana e participar na definição de rumos coletivos, promovendo o aperfeiçoamento dos valores humanos e das relações pessoais e comunitárias. (UNESCO, 2011, p.6).

Os Protótipos Curriculares também indicam que a pesquisa conectada ao trabalho, [...] será instrumento de articulação entre o saber acumulado pela humanidade e as propostas de trabalho que estarão no centro do currículo. Como forma de produzir conhecimento e como crítica da realidade, a pesquisa apoiar-se-á nas áreas de conhecimento ou nas disciplinas escolares para o desenho da metodologia e dos instrumentos de investigação, para a identificação das variáveis de estudo e para a interpretação dos resultados. A análise dos resultados da pesquisa, também apoiada pelas áreas ou pelas disciplinas, apontará as atividades de transformação (trabalho) que são necessárias e possíveis de serem concretizadas pela comunidade escolar. (UNESCO, 2011, p. 9).

Nesta direção, a investigação presente ocorreu por meio de diálogos com a comunidade escolar para implementação do projeto, estudos sobre competências socioemocionais dos alunos, identificação dos problemas do local, suas respectivas análises, criação e apresentação de um plano de ação para resolução do problema identificado e a elaboração de um projeto de pesquisa sobre o tema escolhido.

O desenvolvimento do projeto em 2020 foi dificultado por causa da pandemia do Novo Coronavírus, impactando em todos os setores da sociedade, evidenciando todo cenário de desigualdade nacional, e no âmbito educacional ficou cada vez mais patente os reflexos dessa desigualdade, tra-



Estudos Interdisciplinares

zendo à tona situações bastante complicadas, como a falta de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, impactando no ensino e na aprendizagem dos alunos, muitos professores não tinham domínio das TIC e os alunos não tinham acesso às mesmas, associados à dificuldade de aprendizagem dos alunos com deficiência e o impacto na saúde mental dos estudantes.

Em virtude da realidade que assola as classes menos favorecidas e mencionada anteriormente, alguns projetos não tiveram continuidade ou sequer iniciaram e com o objetivo de minimizar os impactos da pandemia na educação, os professores elaboraram atividades domiciliares para os alunos que não tinham condições de acesso ao ensino remoto.

Mesmo com a ocorrência dos problemas mencionados, foram submetidos 53 trabalhos no total de 08 turmas, sendo duas dos 1ºs anos, três dos 2ºs anos e quatro referentes aos 3ºs anos, do ensino médio da Escola de Ensino Médio Dona Hilza Diogo de Oliveira, em Fortaleza/Ceará, no ano de 2020.

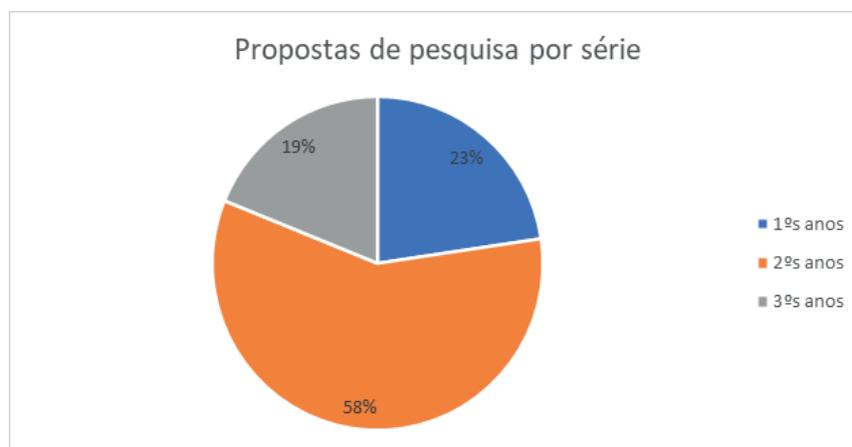


Figura 1 - Percentual de propostas de pesquisas por série em 2020 na EEM Hilza Diogo. Fonte: A Autora, 2021.

Os alunos foram orientados a desenvolver projetos de pesquisa individualmente, ou em du-



plas ou trios, trabalhando a pesquisa de campo na escola e de maneira virtual, por causa da Covid. A pouca quantidade de trabalhos apresentada pelos alunos da 1ª série foi provocada pelo baixo acesso às tecnologias digitais. A maioria dos trabalhos se deu na 2ª série, os alunos foram orientados a desenvolver suas investigações em suas comunidades, promovendo ações, fazendo uso da pesquisa de campo de forma não presencial. Estas turmas já vivenciaram o projeto no ano anterior, dessa forma, foi mais fácil a elaboração das pesquisas, além da quantidade de turmas ser maior do que o 1º ano e os alunos terem mais acesso às TIC. Quanto aos 3ºs anos, cujo foco já é o mercado de trabalho, identificou-se uma quantidade escassa de pesquisas, apenas dez, no total de quatro turmas, verificou-se o baixo acesso ao ensino remoto, além da desmotivação e objetivos diferentes, pois em primeiro lugar estão focados no mercado de trabalho, visto que, é uma comunidade carente e precisa de recursos para a sobrevivência, em segundo lugar está o ENEM (Exame nacional do Ensino Médio), dessa forma, para alguns alunos o projeto fica em segundo plano, mesmo contemplando o desenvolvimento das competências socioemocionais protagonismo, identidade territorial e a aprendizagem significativa.

O desenvolvimento do projeto não aconteceu de forma rígida, procurou-se respeitar o ritmo dos alunos e da escola, uma vez que, o projeto deu-se em contexto da pandemia da Covid 19, e consistiu em oportunizar a mobilização dos estudantes em suas diversas realidades para a construção da cidadania territorial local.

A realização do projeto se deu em diferentes fases: 1) identificação dos problemas locais pelos estudantes; 2) Escolha do macrocampo, ou seja, eixo mais abrangente onde os temas deverão surgir 3) Formação de grupos de trabalho e apresentação do diagnóstico de macrocampo; 3) Definição do tema de projeto e do objeto de pesquisa; 4) Sessão da equipe de coordenação com os estudantes nas escolas; 5) Realização de trabalho de campo (aplicação de inquéritos de maneira virtual); 6) Elaboração do projeto de pesquisa 7) Apresentação da pesquisa 8) Elaboração do plano de ação; 9) Apresentação do plano de ação; 10) Divulgação das propostas dos alunos 11) Entrega dos relatórios 12) Avaliação do Projeto (Claudino, 2014).



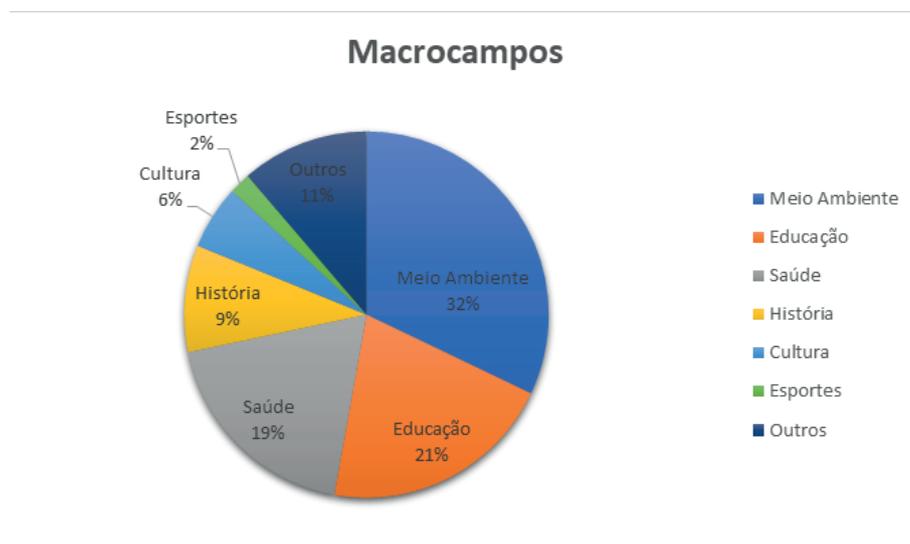


Figura 2 - Macrocampos trabalhados em associação no Projeto Nós Propomos e na disciplina de NTPPS. Fonte: A autora, 2021.

As propostas de trabalho mais frequentes apresentadas têm como Macrocampo, ou seja, área mais abrangente, e seu diagnóstico fundamentados em preocupações voltadas ao Meio Ambiente (32%), sobretudo investigações que envolvem o cuidado com os animais, a questão da poluição, do lixo e saneamento básico, que estão diretamente ligados saúde. Seguidas por propostas na área de Educação (21%), com pesquisas sobre Educação Especial (uso de LIBRAS), Cyberbullying, Evasão Escolar e Educação Ambiental.

Seguem projetos no âmbito da Saúde (19%), que abordam a temática da gravidez na adolescência, saúde mental dos alunos, a falta de saneamento básico, saúde da criança e do idoso. O macrocampo História foi desenvolvido por 9% dos alunos participantes, que abordaram a história do bairro onde vivem e as personalidades que auxiliaram na fundação e desenvolvimento do local. Quanto à Cultura foram desenvolvidas pesquisas sobre os centros culturais e seus efeitos, a relevância das feiras livres e a importância do Santuário Nossa Senhora da Assunção para a população local, perfazendo o percentual de 6% das pesquisas. Apenas 2% dos trabalhos envolveram a questão do es-

porte. Foi verificada pluralidade de temas, que estimulou a criação da categoria “Outros”, no entanto, não havia uma categorização, uma vez que, envolvia questões que iam desde o uso do espaço público para o lazer das famílias, até o assédio praticado contra as mulheres também no espaço público, prostituição no bairro, passando por questões econômicas, segurança pública, racismo e gênero. Nesta diversidade, vimos refletidas a “inspiração construtivista do Projeto e a pluralidade de contextos em que trabalham os alunos” (Souto e Claudino, 2019).

No artigo *Citizenship in Higher Education Geography: A Draft Benchmark Statement* (2009), há o destaque para a Geografia como ciência que prepara cidadãos ativos espacialmente conscientes. Ela permite que os alunos desenvolvam uma consciência da relevância das questões em diferentes escalas, desde a escala local até o mundo globalizado. A formação para a cidadania consiste em um desafio para professores e alunos, pois é necessário destacar a importância do conhecimento social acumulado pela humanidade e utilizá-lo de forma a compreender as relações entre os homens e entre estes no espaço e suas consequências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do Projeto promoveu o amadurecimento dos alunos. A princípio não se via interesse na participação das discussões, mas aos poucos, com a descoberta das competências socioemocionais e com a identificação dos problemas que lhes chamava atenção, passou a despertar o interesse pelas aulas de forma a contribuir no processo de pesquisa.

Consideramos, ainda, que o projeto poderia ser mais satisfatório caso tivesse um maior aporte em ferramentas digitais, fato que passou a ocorrer em 2021, com a aquisição de chips e tablets por parte do governo do estado para os alunos da rede pública estadual de ensino.

Devido aos problemas ocorridos no ano 2020, a proposta de associação entre o Nós Propomos e o NTPPS não conseguiu atingir a todos os estudantes da Escola de Ensino Médio Dona Hilza



Diogo de Oliveira. No entanto, julgamos que o projeto contribuiu significativamente para a formação de cidadãos mais conscientes, destacando a importância da apropriação das ferramentas tecnológicas pelo estudante, pois as TIC trazem grandes potencialidades, acrescentam dinâmicas capazes de inovar o ensino/aprendizagem (Kenski, 2003; Belloni, 2005; Callai & Santos, 2009). Conseqüentemente, facilitaram a aprendizagem significativa em Geografia, colaboraram para a formação de um sujeito crítico, participativo e protagonista de sua aprendizagem.

O Projeto Nós Propomos e a disciplina de NTPPS, direcionam o olhar do aluno para a comunidade, e a educação para cidadania se concretiza na realidade. Onde há a busca pela conscientização dos alunos a respeito da necessidade da criação de momentos para discutir a cidadania, a democracia participativa e a promoção de um caminho para interação entre a sociedade civil e o poder público, com o intuito de assegurar a médio e longo prazo uma participação plural e qualificada na gestão democrática das cidades (Bazolli, Silva e Viana, 2017).

REFERÊNCIAS

Basquerotti Silva, A. T. (2020). “Dispositivos móveis na Educação Geográfica do Ensino Médio. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Bazolli, J. A., Silva, M. V. C. & Viana, S. F. R. (2017). Manual Nós Propomos. Palmas: Universidade Federal do Tocantins.

Belloni, M.L. (2005). O que é mídia-educação (2 ed.). Campinas: Autores Associados

Brasil. Base Nacional Comum Curricular (2017). Educação é a base – Ensino Médio. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 03 de julho de 2021.



Cachinho, H. (2004). “Criar asas: do sentido da geografia escolar na pós-modernidade”. Disponível em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/A2_14Out_Herculan o%20Cachinho.pdf> Acesso em 25/05/2016.

Cachinho, H & Reis, J (2007). “Educación Geográfica y Ciudadanía en Portugal: de los discursos a la práctica en los centros escolares”. *Didáctica Geográfica*, 3.^a época, 3 – 20.

Callai, H., & Santos, M.F. (2009). Tecnologias de informação no ensino da geografia. In 10º Encontro Nacional da Prática do Ensino em Geografia, Porto Alegre/Br.

Callai, H. (2011). Apresentação. In: CALLAI, Helena (org.) Educação geográfica: reflexão e prática. Ijuí: Editora Unjuí.

Carlos, V. (2015). “Tecnologias de informação geográfica e a promoção do pensamento crítico espacial”. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Cavalcanti, L. S. (2012). A geografia escolar e a cidade: Ensaio de Geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus.

Ceará. Núcleo Trabalho Pesquisa e demais Práticas Sociais (2018). Disponível em: < <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/desenvolvimento-da-escola/87-pagina-inicialservicos/desenvolvimento-da-escola/8887-nucleo-trabalho-pesquisa-e-demais-praticassociais-ntpps>> Acesso em: 27 jun. 2021.

Costa. F. (2010). Metas de Aprendizagem na área das TIC: Aprender Com Tecnologias. in Fernando



Estudos Interdisciplinares

Costa et al (2010). I Encontro Internacional TIC e Educação. Inovação Curricular com TIC. Lisboa. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. (931-936).

Coutinho e Lisboa. (2011). “Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI”. Revista de Educação, Vol. XVIII, nº 1, págs. 5 – 22.

Claudino, S. (2014) “Escola, Educação Geográfica e Cidadania Territorial”. Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de diciembre de 2014, Vol. XVIII, nº 496 (09).

Claudino, S. e Conscução, R. (2019). “Educação Geográfica e Cidadania, o Projeto Nós Propomos! Em Portugal 2019/2020. Giramundo. v. 6, n. 11, págs. 7 – 16.

Claudino, S. e Mendonça, S. (2017). “Nós Propomos: uma proposta alternativa de educação geográfica na Iberoamerica.” In Bazppli, et al. (Org.). A extensão universitária como indutora à cidadania: a experiência do “Nós Propomos”. Palmas: Eduft, 2017.

Esteves, M. H. (2010). “Os percursos da cidadania na geografia escolar portuguesa”. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Eugeo (2013). Rome Declaration on Geographical Education in IV EUGEO Congress, Rome.

Kenski, V. M. (2002) Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus.

Lambert, David. (2017). The Relevance Of Geography For Citizenship Education. In: LEITE, Lau-



rinda, DOURADO, Luís; AFONSO, Ana; MORGADO, Sofia (Ed.). Contextualizing Teaching To Improve Learning The Case Of Science And Geography. Hauppauge/ NY: Nova Science Publishers, 2017. 333p. p. 57-7.

Machon, Paul. & Walkington, Helen. (2000). Citizenship: the role of geography?. In: KENT, Ashley. (Ed). Reflective practice in Geography Teaching. Londres: SAGE, 2000. 306p p. 179-191.

MARTINS, Felisbela. (2017). Teaching to Develop Geographical Thinking. In: BROOKS, Claire, BUTT, Graham, FARGHER, Mary (Ed.). The Power of Geographical Thinking. SPRINGER. 238p p. 199-209.

Thematic network for Geography in higher education meeting. “Citizenship in higher education geography: a draft benchmark statement”. Herodot, Dublin, Ireland. 2009

Souto, Xosé Manuel, Claudino, Sérgio. (2019). “Construímos uma Educação Geográfica para a Cidadania Participativa. O caso do Projeto Nós Propomos!” Revista Signos Geográficos – Boletim NEPEG de Ensino de Geografia, v. 1, p. 1-16, 2019.

Unesco. (1996). Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Porto: ASA.

UNESCO. (2011) Protótipos curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado: resumo executivo. Série: Debates ED, n.1, Maio, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192271> Acesso em: 04 de julho de 2021.



Estudos Interdisciplinares

Unesco. (2016). Educação e tecnologias no Brasil: um estudo de caso longitudinal sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em 12 escolas públicas. Disponível em < <https://cetic.br/pt/publicacao/educacao-e-tecnologias-no-brasil/> >Acessado em 24/02/2017

Vesentini, J. W. (2009). Repensando a geografia escolar para o século XXI. São Paulo: Plêiade.



SOLIDÃO DA MULHER NEGRA: UMA HISTÓRIA DE INVISIBILIDADE AFETIVA

BLACK WOMAN'S SOLITUDE: A HISTORY OF AFFECTIVE INVISIBILITY

Mirella Rodrigues Da Cruz¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo manifestar uma análise do livro *Kired, Laços de sangue*, de Octavia E. Butler, sob a perspectiva de observação dos aspectos que permeiam as dinâmicas de afetividade, a partir do diálogo empregado nas disparidades raciais, tendo em vista o condicionamento social que determina nossas inclinações amorosas, estabelecidas por intermédio de um ponto de vista histórico e racial, que inviabiliza mulheres negras como indivíduos ativos nos espaços afetivos.

Palavras-chave: Afetividade; mulheres negras e condicionamento.

Abstract: This article aims to show an analysis of the book *Kired, Laços de sangue*, by Octavia E. Butler, under the perspective of observing the aspects that permeate the dynamics of affectivity, from the dialogue used in racial disparities, with a view to conditioning social that determines our loving inclinations, established through a historical and racial point of view, which makes black women unfeasible as active individuals in affective spaces.

¹ Graduanda em Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)



Keywords: Affectivity; Black women and conditioning.

INTRODUÇÃO

A origem deste trabalho advém do estudo do livro: *Kired, Laços de sangue*, de Octavia E. Butler, que se propõe a analisar Dana, protagonista do livro, como sujeito em detrimento do coletivo, o que alicerça diversas discussões acerca do papel da mulher negra na sociedade, enquanto indivíduo, que se estabelece afetivamente. Determinando um recorte relacionado a afetividade, problematizaremos como a escravização dos corpos dessas mulheres negras, anteriormente colocadas na sociedade escravista como incubadoras de novos escravos, que as dotaram o lugar de mulheres desregradas, dialoga com a introdução da ideia da adoção de um padrão de mulheres que seriam associadas ao lar e ao cuidado familiar, e as que não teriam serventia para esse papel, repercute nos enlaces afetivos atualmente.

“Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.” (HOOKS, 1995, p. 469)

A ideia de uma mulher negra “forte”, contribui para a solidão dessas mulheres e esses encargos se refletem nos mais variados espaços sociais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o casamento de pessoas entre a mesma raça é maior entre brancos (74,5%), pardos (68,5%) e índios (65%), o que aponta que os negros, no Brasil, continuam, em sua maioria, a preferir se relacionar com alguém de outra raça, podemos interligar esses dados as políticas de fortalecimento



Estudos Interdisciplinares

da mestiçagem, anteriormente negadas por Nina Rodrigues, por considerar que cada raça estava em um determinado nível de desenvolvimento e evolução, pré-datando um atributo intelectual a cada uma, ou seja, existiam raças superiores e inferiores. Sílvio Romero, por outro lado, defendia a miscigenação, porém contendo a predominância cultural branca, para que no fim obtivermos uma nação homogênea e integrada, estimulando então o melhoramento das raças. A miscigenação é colocada por muitas vezes para atestar a democracia racial brasileira, com isso as relações inter-raciais no Brasil foram e são fortemente estimuladas, entre tanto, a hipersexualização da mulher negra proveniente da cultura estabelecida no período escravista a coloca como um “objeto” de consumo sexual e não como um ideal afetivo, inviabilizando um olhar romantizado direcionado a essas mulheres. Em contrapartida, a categoria da hipersexualização do homem negro e o machismo contribuem para que a solidão afetiva que os afligem ocorra em menor grau, o estudo do IBGE indica que há (7%) de probabilidade de uma mulher negra permanecer solteira, criando uma espécie de celibato definitivo, o que nos faz questionar a seletividade que perpassa entre as relações amorosas em nosso país.

SOCIEDADE E O DESAFETO COM MULHERES NEGRAS

Partindo dos pressupostos que permeiam os desenrolares históricos que marginalizaram a população negra em múltiplos níveis, é importante salientar alguns eventos onde os transmitos do governo brasileiro possibilitou que a segregação desse povo, mesmo que não tão explicitamente, tal qual ocorreu nos Estados Unidos, sucedesse de maneira pontual e cirúrgica. A lei de terras (1850), se traduz como um exemplo disso, lei essa que impediu que a ocupação espacial e territorial da população negra fosse digna e saudável, subjugando esse povo a ocupar majoritariamente as zonas periféricas, a



lei da vadiagem (1941), no entanto, se estabeleceu como um dos principais responsáveis pela notória ocupação preta das prisões, já que a pois a abolição os anteriormente escravizados foram deixados a Deus dará nas ruas, contribuindo para que as carceragens se tornassem lugar comum para os mesmos, seja o fortalecimento governamental da vinda dos imigrantes com o intuito de ocupar o mercado de trabalho brasileiro e embranquecer a população e seus futuros descendentes, no mais, a aplicação jurídica mais nociva corresponde a lei da abolição da escravatura (lei Áurea, 1888), que incutiu um falso ideal de liberdade, quando na verdade, uma população que foi sequestrada, agredida, estuprada e explorada fora jogada a mercê, sem nenhum tipo de compensação, a exemplo da que os judeus obtiveram, ao término do nocivo processo que envolveu a escravização na América, nesse contexto, as mulheres negras, além de lidarem com as adversidades impostas pelas questões de gênero, que as impediam de estarem ativas no mercado de trabalho digna e amplamente e com os seus direitos garantidos, ainda permanecia a necessidade de se articularem numa estrutura de uma sociedade machista e racista, Yzalú, em sua música, mulheres negras, nos conduz a reverberar sobre atual condição social dessas mulheres devido ao período escravista:

“Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo, as negras duellam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo, lutam pra reverter o processo de aniquilação que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão.” (YZALÚ, 2012).

O parecer prescrito em torno das mulheres negras, como submissas as transformam em indivíduos sociais que são forçadamente direcionados a abdicarem das relações que envolvam amor, cuidado, afeto e prazer para si mesmas, mas que se estabeleçam como sujeitos que detêm a obrigatoriedade de fornecer subsídio emocional e prazer aos demais, ideia essa transmitida historicamente



Estudos Interdisciplinares

pelas amas de leite, que cuidavam e amamentavam os filhos das sinhás e as escravizadas que tinham relações consensuais ou não para gerar mão de obra escravizada. Gilberto Freyre, na sua obra, *Casa-grande & senzala*, minimiza os estupros sofridos pelas escravizadas, romantizando as relações sexuais forçadas com os senhores de engenho, argumentando que essas mulheres estavam encarregadas de fornecer “acalento” e prazer sexual aos seus senhores, para além disso, a violência obstétrica paira sobre a vida maternal dessas mulheres, um estudo desenvolvido em relação as desigualdades raciais na saúde pública apontou que as mulheres negras demoravam mais para serem atendidas com a finalidade de darem entrada no procedimento do parto e recebiam 50% menos anestesia que as mulheres brancas. No livro *Kired, laços de sangue*, uma passagem nas páginas iniciais do mesmo fornece um relato que demonstra a negligência e a falta de afeto direcionado a Dana, mulher negra, protagonista do livro.

“Os policiais eram sombras que apareciam intermitentemente ao lado de minha cama para fazer perguntas que eu precisava me esforçar para entender. — Como machucou seu braço? – Perguntavam — Quem machucou você? — Eu prestei atenção à palavra que eles usaram: machucar. Como se eu estivesse arranhando o braço. Será que achavam que eu não sabia que o havia perdido?” (*Kired Laços sangue*, 2017, p.17).

Esse diálogo nos permite analisar que há uma latente negligência e falta de empatia para com a personagem. No mais é relevante evidenciar que os espaços ocupados nos dias atuais tanto no mercado de trabalho, quanto nas relações afetivas estão diretamente ligados ao contexto histórico dessas mulheres, os vínculos trabalhistas ocupados por mulheres negras são majoritariamente os cargos de limpeza, a sua ocupação nas universidades é inferior as mulheres brancas, aos homens negros e brancos, apenas (10, 4%) das mulheres negras concluem o ensino superior, ainda segundo o IBGE,



as mulheres negras ganham (57%) do salário de um homem branco no Brasil, o papel majoritário de mulheres negras nos relacionamentos estão ligados a erotização dos seus corpos, visto que apenas (7%) dessas mulheres se casam, e elas são maioria como mães solo no Brasil, o condicionamento á solidão é gritante, visto que a raça é um fator predominante para a escolha dos parceiros.

BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a finalidade da plena compreensão do artigo, além de usufruir do livro Kired, Laços de sangue, de Octavia E. Butler, recorri aos métodos de análises presentes nas obras de bell Hooks: Vivendo de amor, que carrega em si uma percepção sobre a quase ou total falta de amor na vida das mulheres negras, ademais utilizamos outros parâmetros norteadores complementares que tangem a discursão em torno da solidão da mulher negra, o sofrimento que envolve essa dissociação do afeto direcionado a essas mulheres, presente no artigo da Isabela Alves: A solidão tem cor: O sofrimento da mulher negra no Brasil, Ainda proveniente do artigo: Engravidei, pari cavalos e aprendi a voar sem asas: Reflexões acerca da afetividade e solidão da mulher negra, de Lorena Ribeiro, que nos convida a reverberar sobre as relações afetivas e sexuais das mulheres negras, ainda recorrendo a bell Hooks como pressuposto teórico: Mulheres negras: moldando a teoria feminista, texto que traduz uma reflexão do visceral e silencioso sofrimento vivenciado, mais do que diário por essas mulheres e por último, o livro: Mulher negra: afetividade e solidão, de Ana Cláudia Lemos Pacheco que traz a percepção no que diz respeito aos papéis direcionados as mulheres no âmbito racial, a mulher branca como a tradução do matrimônio e da cultura do que deve ser considerado afetivo e a mulher negra no lugar da erotização e do mercado sexual



METODOLOGIA

Para que houvesse uma maior clareza e domínio sobre o tema pesquisado, foi concebido um formulário online direcionado ao público masculino e a mulheres lésbicas, com o intuito de analisar se a suposta “preferência” por mulheres brancas está vinculado com um processo sócio histórico, que condiciona os indivíduos acerca dos seus desejos amorosos ou é algo que já se foi superado no século XXI, e se a raça é um fator importante na escolha dos parceiros conjugais, além disso esse questionário foi projetado com o propósito de analisar o favoritismo racial e o motivo que tange os mesmos, no que diz respeito as possíveis relações sexuais, amorosas e matrimoniais, no mais observamos as impressões acerca das propagandas presentes na mídia quando se trata de matrimônio, quem são as mulheres que “vendem” o sonho do casamento?

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quando se trata de discutir as opressões que englobam as vidas de mulheres negras, a pioneira a se apresentar para nós é o racismo, trabalhando a perspectiva da Interseccionalidade que apresenta os múltiplos sistemas de opressão, raça, gênero e classe, os resultados transmitem um maior esclarecimento das opressões que regem a vivencia das mulheres negras. Obtivemos a participação de 28 pessoas no estudo, dessas 20 são homens heterossexuais e 8 mulheres homossexuais (lésbicas ou bissexuais), quando questionado sobre o papel da mídia na venda do ideal matrimonial (96,4%) das pessoas afirmaram que na maioria dos anúncios de casamento detectaram a presença majoritária das mulheres brancas na grande maioria anúncios. A pergunta posterior se tratava da longevidade



dos relacionamentos que teriam a intenção de gerar matrimônio, (50%) disseram que nos relacionamentos que tinham a intenção de casar-se eram com mulheres brancas, (29,2%) com mulheres pardas e (20,8%) com mulheres negras. Foi questionado também se a cor da pele se tratava de um fator importante na escolha do parceiro, (81,5%) afirmaram que não, porém quando perguntado se haveria um tipo específico de parceiro para se relacionar (78,6%) responderam que sim, no âmbito do aborto paterno (ocorre quando o pai abandona a criação desde o princípio dos filhos, sem dar qualquer outro tipo de explicação, uso essa expressão procurando diferir na que se refere ao abandono paterno por entender que é necessário participar em algum momento da formação da criança para abandonar), foi perguntado qual o perfil geral das mães solo brasileiras, (99%) responderam que acreditam que o perfil dessas mulheres é majoritariamente de negras e que tenham baixa escolaridade. Buscando incorporar as questões afetivas e socioeconômicas, questionamos o consentimento dos participantes em relação as disparidades sociais das mulheres negras, entre elas a sua ocupação nas universidades, (85,7%) responderam que as mulheres brancas são maioria nas universidades, já no panorama salarial, (100%) dos participantes responderam acreditar que as mulheres negras são as que recebem os menores salários no Brasil.

Os dados acima nos ajudam a consolidar a nossa argumentação em torno dos elementos que compõem a solidão das mulheres negras e as suas assimetrias socioeconômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inegável dissociação de amor e afetividade em vínculo com mulheres negras atribui responsabilidade as mais variadas adversidades vivenciadas pelas mesmas, é imprescindível a quebrar



Estudos Interdisciplinares

dos grilhões numa sociedade desigual economicamente e até afetivamente para essas mulheres, o amor cura, e é por ele que elas precisam ser acolhidas, bell Hooks em vivendo de amor, nos relembra que somos um povo ferido, e com isso a complexidade em torno da afetividade expande e nos inquietta.

“A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor.” (HOOKS, 1994).

O que transparece são os reflexos históricos que interferem nas relações afetivas da população negra atualmente, já que as mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio, enquanto o homicídio de mulheres brancas diminuiu de (3,6%) por 100 mil em 2003 para (3,2%) em 2013, uma redução de (11,9%), o de mulheres negras aumentou de (4,5%) para (5,4%) por 100 mil no mesmo período, um crescimento de (19,5%). Os companheiros ou ex-companheiros foram responsáveis por (33,2%) dessas mortes, ou seja, 4 mortes ao dia, ainda quando se trata de raça, em 2013 (66,7%) de mulheres negras foram assassinadas a mais do que mulheres brancas, em relação ao perfil dos agressores, (73,3%) eram pardos ou negros, bell Hooks em vivendo de amor nos atenta a pensar numa justificativa a esses índices:

“Essa talvez seja a razão pela qual muitos negros estabeleceram relações familiares espelhadas na brutalidade que conheceram na época da escravidão. Seguindo o mesmo modelo hierárquico, criaram espaços domésticos onde conflitos de poder levavam os homens a espancarem as mulheres e os adultos a baterem nas crianças como que para provar seu controle e dominação.” (HOOKS, 1995)

No mais, podemos justificar as prerrogativas estabelecidas em torno da mulher negra no Brasil ao seu processo histórico colonial escravista e de formação, que subjuga o indivíduo de acordo



com as suas particularidades que se opõem ao sistema patriarcal e branco dominante, logo as mulheres negras precisam transgredir em ambas as estruturas dominantes para se desvencilhar das amarras do sistema. Em ensinando a transgredir, bell Hooks explicita o papel da transgressão como arma de desmonte do sistema:

“Temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir.” (HOOKS, 1994, p.273).

REFERÊNCIAS

ALVES, ISABELA A solidão tem cor: O sofrimento das mulheres negras no Brasil. Observatório do terceiro setor, 2018. Disponível em <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/a-solidao-tem-cor-o-sofrimento-das-mulheres-negras-no-brasil/>.

Acesso em: 23, maio de 2021.

BUTLER, OCTAVIA. KIREL: Laços de sangue. São Paulo: Morro Branco; 2017.

COSTA, ROSELY GOMES Mestiçagem, racialização e gênero. Scielo, 2009. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000100006&script=sci_abstract&tlng=pt.

Acesso em: 23, maio de 2021.



FREYRE, GILBERTO Casa-grande & Senzala. São Paulo. Global; 1933.

HOOKS, bell Tudo sobre o amor. Hopkinsville. Elefante; 1994.

HOOKS, bell Ensinando a transgredir a educação como prática da liberdade. Hopkinsville.. WMF Martins Fontes; 1994.

RIBEIRO, LORENA Engravidei, pari cavalos e aprendi a voar sem asas: Reflexões acerca da afetividade e solidão da mulher negra. Periódicos UFJF, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28063>. Acesso em: 23, maio de 2021



Capítulo

4

ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



ATENDIMENTO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CARE OF PSYCHOLOGY PROFESSIONALS IN CASES OF DOMESTIC VIOLENCE

Maria Perla Alencar R dos Santos¹

Sérgio Henrique Oliveira da Silva²

Leandro Matos Souto da Rocha³

Resumo: O presente trabalho refere-se à avaliação psicológica em casos de violência doméstica aprendida a partir da disciplina Técnicas de exame psicológico II. Um dos principais objetivos da dupla era compreender a situação de casais em isolamento social provocado pela quarentena do coronavírus e as consequências de um relacionamento abusivo, usando o método da pesquisa descritiva, e assim verificando dados pertinentes para tal assunto. Diante disso, o estudo promove maior conhecimento e compreensão sobre o contexto social voltado para dificuldades apresentadas tanto pela pandemia quanto para a convivência com o parceiro. A experiência do trabalho foi de grande relevância no sentido de compreender o comportamento do agressor quanto da vítima da violência, evidenciando a importância de um olhar mais minucioso para com a saúde da mulher e a romantização dos relacionamentos abusivos onde o ciúme é visto como uma forma de amor e cuidado. O estudo mostra a importância da avaliação psicológica nesses casos, para assim trabalhar de forma individual ou em conjunto as questões psicossociais dos que fazem parte do contexto familiar, diante

1 Centro Universitário Cesmac

2 Cesmac

3 Centro Universitário Cesmac



das dificuldades apresentadas.

Palavras chaves: Violência; Testes Psicológicos; Contexto familiar.

Abstract: The presente work refers to psychological assessment in cases of domestic violence learned from the subject Psychological examination techniques II. One of the main objectives of the pair was to understand the situation of couples in social isolation caused by the coronavirus quarantine and the consequences of an abusive relationship, using the descriptive research method, and thus verifying relevant data for this matter. Therefore, the study promotes greater knowledge and understanding about the social context facing the difficulties presented both by the pandemic and for living with the partner. The work experience was of great relevance in order to understand the behavior of the aggressor and the victim of violence, highlighting the importance of a closer look at women's health and the romanticization of abusive relationships where jealousy is seen as a form of love and care. The study shows the importance of psychological assessment in these cases, in order to work individually or together on the psychosocial issues of those who are part of the family context, given the difficulties presented.

Keywords: Violence; Psychological tests; family context.

INTRODUÇÃO

Sabe-se por violência doméstica, toda ou qualquer prática que envolva ao parceiro (a) cons-



trangimento, humilhação, agressões físicas, psicológicas, sexuais ou patrimoniais. No Brasil, foi apenas em 2006 que a Lei de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, também conhecida como Lei Maria da Penha promulgada dando, em teoria, segurança à integridade da mulher.

O objetivo geral do trabalho é a descrição de como se dá o trabalho do profissional de psicologia em casos de atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, identificando as consequências psicológicas para as vítimas de violência, de forma que haja uma compreensão para a produção e a sensibilização de desenvolvendo de materiais para estudo da violência doméstica, como também, registrar os tipos de violências domésticas existentes.

Sendo assim, deve-se levar em consideração hipóteses para este artigo que é a de que os homens crescem sendo ensinados que para mostrar força e superioridade, a violência é uma resposta simples, rápida e efetiva e que o uso de substâncias psicoativas desencadeia o comportamento agressivo que foi ensinado por anos.

É comum em casos de violência, a vítima seguir comportamentos autodestrutivos como uso de substâncias psicoativas, segundo Zilberman e Blume (2005, p.2)

O uso de substâncias psicoativas (pelo perpetrador, pela vítima ou por ambos) está envolvido em até 92% dos episódios notificados de violência doméstica. O álcool frequentemente atua como um desinibidor, facilitando a violência. Os estimulantes como cocaína, crack e anfetaminas estão frequentemente envolvidos em episódios de violência doméstica, por reduzirem a capacidade de controle dos impulsos e por aumentar as sensações de persecutoriedade.

Segundo Garbin, et.al (2006) são várias as causas para não denunciar o agressor entre elas a dependência financeira, emocional, medo e a impunidade. O pré-conceito das autoridades colabora para a dificuldade das mulheres procurarem por justiça, já que de uma forma ou outra elas, mesmo vítimas, serão julgadas por muitos como a culpada da violência.



Por esta razão ela necessita de uma ajuda externa que a auxilie a criar mecanismos para mudar sua realidade e superar as sequelas deixadas pelo processo de submissão às situações de violência. (HIRIGOYEN, 2006). Sendo assim, busca-se nesse trabalho mostrar os tipos de violência contra a mulher, os testes que podem ser aplicados, relatos atuais como o aumento de casos na quarentena e a lei Maria da Penha, uma conquista demorada, porém, muito necessária.

O trabalho do Psicólogo nesses casos mostra-se de suma importância já que além de ter um ouvido terapêutico, irá auxiliar a vítima com caminhos que ela ainda não consegue enxergar seja por medo ou falta de conhecimento. Os grupos de apoio se mostram também fundamentais já que a vítima não está sozinha e não é a única que passa por esse tipo de problema. O autoconhecimento fará com que a vítima recupere sua autoestima e o tratamento psicológico pode durar meses ou anos até essa “ferida” cicatrizar.

Para a realização deste trabalho, foi necessário o uso da pesquisa descritiva para que a dupla analisasse os dados onde comprovassem o aumento de casos de violência doméstica contra a mulher durante a pandemia junto a uma análise do papel do psicólogo em casos de violência contra a mulher e como deve ser feito o trabalho do mesmo, importante destacar também a forma em que a mulher tende a se comportar após as agressões e como deve ser feita a intervenção ofertando a ajuda necessária para cada caso.

Foi necessário também o uso da pesquisa exploratória onde foram investigados os fatores que causam essa problemática, com o objetivo de entender como ocorrem as violências. Para obter o resultado, foi preciso ser feito o uso de pesquisas de referencial teórico, acerca do que causaria ser uma resposta devido à agressão por parte do agressor e qual seria a atitude da vítima que deu abertura para que o agressor agisse de maneira que a agredisse.



No primeiro capítulo deste artigo, abordaremos a definição de violência doméstica e como são caracterizadas. Para o segundo capítulo, será preciso entender a atuação do Psicólogo em casos de violência doméstica, como ele trabalhará, os obstáculos e como auxiliar a vítima da melhor forma possível e será também falado sobre a lei Maria da Penha e suas contribuições. Para então emitirmos nossas considerações finais acerca do que podemos compreender do estudo em questão.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: Definições e características da violência doméstica

De acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Ou seja, a caracterização de violência doméstica parte do princípio de que toda e qualquer agressão física ou moral que chegue a ferir a mulher é considerado crime.

A palavra violência, segundo o dicionário (FERREIRA, 1999), significa qualidade de ser violento; ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força; coação. Ponderar sobre a palavra violência nos leva a relacionar a este significado, pois, a palavra contribui para a compreensão do termo e do contexto como um todo.

É necessário entender que o contexto de violência doméstica não é algo novo, e sim, passado por gerações e era baseado no contexto social em que a família tradicional estava inserida: Às margens da violência social, precarização de serviços e possuindo mulheres e crianças sem direitos como cidadãos e se viam dependentes da figura masculina de protetor, chefe da família e provedor das necessidades que esta família apresentava.



Estudos Interdisciplinares

Com o passar dos anos e os avanços sociais, a definição de família foi mudando e ainda no século passado, direitos foram conquistados como por exemplo o direito de separação matrimonial e direito à voto. Aos poucos a mulher era vista como cidadã e podia, enfim, dar sua voz e decidir o que lhe era mais conveniente, e claro, como toda mudança não é bem vista a princípio, os casos de violência doméstica eram frequentes e insolucionáveis graças a precariedade do sistema judicial brasileiro, o caso mais famoso desse relapso, é o da Maria da Penha que, hoje em dia, é uma lei conhecida que visa a proteção à mulher em casos de violência doméstica.

Segundo Lisboa, Patrício, Leandro, (2009, p. 23) “O conceito de violência deve ser entendido como algo dinâmico e reportando aos valores e normas socialmente atribuídos para cada um em determinado momento.” Neste contexto fica visível que no momento em que cada um possui tarefas sociais bem atribuídas e em um determinado momento, ocorre a quebra desses paradigmas, um choque entre o considerado “certo” e o “errado” e o que resulta no comportamento passado para homens, que permanece na sociedade contemporânea, de tentar resolver seus problemas com violência e autoritarismo.

Segundo dados da OMS, em 2013 o Brasil já ocupava o 5º lugar, num ranking de 83 países onde mais se matam mulheres. A violência doméstica virou um ciclo vicioso com aumento constante, onde, a cada dia novas mulheres trazem seus relatos; seja uma agressão física, psicológica, moral ou sexual.

Grande parte das agressões contra as mulheres acontecem em tentativa de separação, onde, elas acabam desenvolvendo complexo de inferioridade, submissão e sensação de isolamento. Estas são apenas algumas das várias consequências deixadas pós agressão, ameaça e/ou humilhação.

Um fator importante em casos de violência doméstica é que ela não distingue etnia, raça,



classe social, religião e muito menos orientação sexual, todos os dias surgem novas notícias e relatos de que mulheres sofreram algum abuso e até são dadas como mortas, este último devido a brigas e desavenças que já eram presentes e comuns entre o casal. Ou seja, não existe perfil específico, qualquer mulher está sujeita a sofrer algum tipo de violência doméstica.

É importante ressaltar que apesar de muitas pessoas não conhecerem, a violência doméstica pode ter variações como a violência psicológica, moral, financeira, sexual, patrimonial, moral e todas elas desencadeiam uma série de comportamentos que o agressor pode ter total domínio da vítima se tornando, com o passar dos tempos, casos mais sérios que podem envolver sequelas ou morte.

Segundo Azevedo e Guerra (1995) o uso do vocábulo Violência Doméstica não corresponde diretamente a um espaço de convívio, já na Lei Maria da Penha, refere-se a toda ocorrência de violência dentro do espaço de convívio, independente de existir ou não vínculo familiar.

A violência contra as mulheres simboliza uma das principais causas de morbidade e mortalidade, sendo delas a sexual no contexto doméstico a mais grave, tornando assim uma grande preocupação uma vez que tem como consequência sequelas físicas e psicológicas. Ambos exercem grande impacto sobre as mulheres, sendo a psicológica com maiores sequelas, tendo em mente que envolvem palavras e atos que humilham a vítima.

Por se tratar de um assunto antigo, a violência doméstica traz dados mundiais que se referem a várias mulheres que já sofreram algum tipo de agressão, seja ela sexual ou física; mas que sempre arremetida por alguém próximo a ela. A violência destaca alguns fatores que se relacionam ao seu vínculo familiar, envolvendo educação, gênero e sociedade.

Em pesquisa realizada por Meneghel et al. (2003), foi notado que uma das estratégias de enfrentamento à violência que as participantes de seu estudo mais utilizavam no dia a dia era o su-



porte familiar, geralmente formado por outras mulheres, como mães, avós, tias ou vizinhas. Outras estratégias mostradas por elas foram: abstinência sexual, recusa em conceder favores sexuais, além da separação e reconstituição da família, embora em diversos casos a situação de violência se repita com outro parceiro.

É necessário políticas públicas, incentivos governamentais seja por parte do ministério da saúde e do ministério da justiça para que casos de violência doméstica sejam evitados. Segundo Oliveira e Cavalcante (2007), “políticas públicas podem ser entendidas como as respostas do Estado às demandas sociais de interesse da coletividade” (p. 44). As autoras mostram como a violência pode causar regressão social e o surgimento das políticas públicas servem como mecanismo para solução de problemas de violência doméstica.

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA EM CASOS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA

A atuação do psicólogo em casos de violência doméstica não se restringe apenas na mulher, sendo necessário levantamento de dados e confecções de relatórios. O ato da violência contra a mulher lhe acarreta vários sintomas deixando sequelas e consequências por toda sua vida. Oliveira (2010) faz a caracterização de violência seja social ou física como amplo, a doméstica vem em constante crescimento durante os anos deixando marcas e mostrando a grande desigualdade entre homem e mulher.

Segundo Silva, (1992, p.26).

As representações acerca da mulher, seja na relação familiar ou na sociedade, passam pela concepção de fragilidade, dependência e submissão, que dão ao



homem o direito de tutela sobre ela. Essa situação é frequentemente posta como se fosse uma questão inerente à natureza das mulheres e não fruto de uma ideologia que tende a reproduzir uma ordem social baseada nas relações de poder.

Para a OMS (2002), a violência doméstica se caracteriza por: violência interpessoal vista como doméstica, autoprovocada sendo contra si mesmo e a coletiva onde se relaciona a grupos políticos. Sendo assim, entende-se como uma negação para com o outro, uma desvalorização e falta de respeito contra a mulher. Em grande parte, as agressões partem do homem que vê a mulher como um objeto e querendo ter prioridade e poder sobre ela.

Consta-se que as mulheres vítimas de violência doméstica procuram serviços de saúde devido a algum problema que surgiu em meio a violência sofrida e não para relatar o que aconteceu. Ao atendê-las é necessário que o profissional analise de maneira apurada o motivo o qual a vítima procurou o local e assim possa tornar mais fácil o relato na área.

Formas de Violência contra a mulher

Segundo Comino, 2016, a violência contra a mulher pode ser caracterizada em:

- Física: Caracterizada por qualquer atitude que agrida e que cause danos à integridade ou a saúde da mulher; por exemplo: empurrar e ameaçar.
- Psicológica: Caracterizada quando a dano emocional e/ou diminuição da autoestima da vítima, e que possa prejudicá-la quanto ao seu desenvolvimento;
- Sexual: Entende-se como conduta que constrange a vítima obrigando-a a presenciar ou participar de relação sexual não desejada;



- Patrimonial: Qualquer conduta que configure subtração ou destruição parcial ou total de objetos, documentos pessoais, bens materiais;
- Moral: Configura-se como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Segundo Kashani; Allan (1998) existe uma violência pouco divulgada contra a mulher que é a psicológica, onde não provoca marcas físicas, mas sim internas, que ao decorrer da vida destrói toda sua autoestima. O agressor humilha, despreza e culpa a vítima de forma que ela se sinta inferior. Devido à violência psicológica, a vítima pode chegar a praticar o suicídio.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

As consequências da violência doméstica contra a mulher são delicadas e deixam lembranças que perduram por longos anos, além de que, as marcas físicas causam enormes danos emocionais, como por exemplo: Influências na vida sexual da vítima, a baixa autoestima e a enorme dificuldade em criar laços. Os sintomas psicológicos encontrados com maior frequência nas vítimas são: insônia, falta de concentração, como também depressão, ansiedade e estresse pós-traumático.

De acordo com Dutra (2008) não se pode pensar no sujeito sem levar em consideração sua história de vida e o meio no qual ele se insere. Por estes motivos se faz necessário à atuação do psicólogo com as vítimas, tendo ciência de que são grandes as sequelas existentes em todas as mulheres que sofreram algum tipo de agressão, seja física ou psicológica. É preciso que o psicólogo atue com ela uma forma de superação para todos os medos e traumas deixados, como por exemplo, o sentimento de submissão à outra pessoa. Outro objetivo do atendimento psicológico as mulheres é fazer com que elas recuperem sua condição de sujeito, tal como a sua autoestima. (HIRIGOYEN, 2006;



SOARES, 2005).

Atuação do Psicólogo no atendimento às mulheres vítimas de Violência Doméstica

O psicólogo, independente, da abordagem ou método escolhido para realizar esse tipo de atendimento, deverá primeiramente criar um “rapport” e um vínculo terapêutico com a vítima, fazendo com que ela se sinta num ambiente seguro e confiável, pois, somente desta forma, ela conseguirá compartilhar as experiências vividas que lhe causaram sofrimento (SOARES, 2005; PIMENTEL, 2011).

Segundo Hirigoyen (2006), algumas etapas precisam ser seguidas durante o processo terapêutico com mulheres que já foram ou são vítimas de violência doméstica. O primeiro passo da psicoterapia é fazer com que a mulher enxergue a violência sofrida, pois, muitas mulheres possuem dificuldades para perceber que se encontram numa relação composta por violência. Acreditam que por já ter vivido algo similar, torna-se um comportamento natural na relação; o que dificulta o processo para identificação. A partir do momento em que a mulher reconhece a violência feita contra ela, dará início a um novo processo de evolução quanto à situação em que se encontra.

O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A realização de intervenções nesse contexto se faz necessária uma compreensão sobre a atitude do homem em cometer violência contra a mulher, pois, inicialmente o agressor era visto como um portador de alguma psicopatologia. Com os avanços dos estudos foi possível identificar que a



presença dos distúrbios não é causa de violência cometida contra a mulher. Algumas tentativas de explicar a agressão por parte do homem se relaciona ao uso de álcool e drogas, quando na verdade, existem homens que mesmo sem o uso de substâncias cometem o ato de agressão. (AGUIAR, 2009).

Aguiar (2009) diz que é difícil encontrar um padrão de homem que violenta a mulher e diz que nenhuma está livre desse possível ato já que pode atingir qualquer classe, etnia e cultura, porém em homens algumas características se mostram presentes como as ideias mais rígidas em relação ao papel da mulher na sociedade e na família.

Sendo assim, Aguiar (2009) e Oliveira & Gomes (2011) complementa dizendo que o trabalho com os homens nesses casos é feito em grupo educativo ou reflexivo onde os homens possam refletir sobre seus comportamentos, como chegaram a eles e as consequências que trazem com o que foi aprendido por questões de gênero, por exemplo, o homem foi criado para reprimir sentimentos como tristeza, saudade e amor para se encaixarem socialmente.

O trabalho com homens nesse contexto passa a ser delicado já que a forma que será trabalhada não é punitiva, mas sim educacional. “[...] Outro cuidado necessário é não emitir nenhum juízo de valor sobre o homem agressor, pois, se isso ocorrer, impossibilita que ocorra o vínculo terapêutico e como consequência o trabalho do psicólogo fica prejudicado. (AGUIAR, 2009; OLIVEIRA, 2011)”

As intervenções grupais então surgem como a melhor forma de intervenção psicológica nesses casos por conta de:

As intervenções grupais são, portanto, as que geram efeitos mais positivos no trabalho com autores de violência doméstica, já que, no consultório privado, o homem tende a se esquivar dos assuntos relacionados à violência. No trabalho em grupo, o homem agressor se identifica com os outros membros do grupo, pois percebe que eles compartilham de formas semelhantes de pensar, agir e sentir. Ele pode enxergar no outro algo que não percebia em seu comportamento. No contexto grupal, a defesa e resistência do homem em falar sobre seus conflitos são menores, pois ele percebe que não é o único a possuir esses conflitos e pensamentos. Quando percebe no outro um pensamento ma-



chista, ele passa a refletir sobre seus próprios valores e pontos de vista, bem como sobre suas formas de agir. Estes grupos reflexivos abrem espaços para a discussão de temas que em seu cotidiano, não são pensados nem discutidos. (AGUIAR, 2009; ANDRADE & BARBOSA, 2008; MARQUES, 2007).

Levando em consideração a forma de intervenção, Tenório (2012) “ratifica dizendo que o objetivo desta intervenção, é mostrar uma reflexão ao agressor e trazer a responsabilidade à ele para que possam trabalhar, ter o cuidado em relação a insegurança do homem já que ele pode possuir carência afetiva ou outra vivência traumática e conscientizar em relação aos princípios machistas que aderem a prevalência da superioridade masculina à feminina.”

Lei Maria da Penha

Apesar do que se pensa, a lei Maria da Penha não foi promulgada pelo fato do Brasil proteger seus cidadãos, nesse caso específico, as mulheres. O fato foi de que em 2001 o Brasil foi condenado no sistema Interamericano de Direitos Humanos sendo assim, apenas em 2006, o então presidente Lula instaura a Lei Maria da Penha.

O Brasil sendo considerado omissos na luta por justiça de Maria da Penha Maia Fernandes foi obrigado a criar uma política pública de atendimento a casos como o da Maria da Penha, evitando que mulheres como ela ficassem desamparadas e seus agressores impunes. Essa lei promove estratégias no combate a violência contra a mulher, mas diferente da maioria delas, essa lei mostra que neste caso a punição ao agressor não é o que fará com que a violência acabe já que a causa está enraizada na cultura brasileira e apenas punir não faria com que as agressões diminuíssem, justamente por prever atendimento integral à vítima e determinar a criação de oportunidades de conscientização é que a lei



se tornou internacionalmente reconhecida e celebrada.

Segundo Gherini (2019) “Para que a lei seja aplicada é necessário que a vítima seja mulher [...] Outro fator relevante, e que poucos sabem, é que o agressor não precisa ser um homem para que a Lei Maria da Penha possa ser aplicada.” Apesar da lei e da forma que ela é executada, os números cresceram, principalmente durante a pandemia do coronavírus.

CONSIDERACOES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho foi abordado sobre a violência doméstica e como o Psicólogo deve agir diretamente com a vítima, foi analisado fatores como a lei Maria da Penha que teoricamente protege as vítimas, as formas de violência que apesar do que se pode pensar, não existe apenas na forma física, as consequências na vítima que as agressões podem causar e a forma que o Psicólogo trabalha perante casos como estes. Este tema é de imensa importância para os estudantes de Psicologia já que os casos de violência doméstica estão cada vez mais frequentes como também traz os tipos de violência e alguns meios de ajuda à vítima, por ser algo que provavelmente será bastante abordado no futuro mercado de trabalho.

Referências

AGUIAR, Luiz Henrique. Gênero e Masculinidade: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal. Dissertação de Mestrado. Programa de PósGraduação em Psicologia: Universidade de Brasília, 2009.



AZEVEDO, M. A. & Guerra, V. (1995). *Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe Editorial.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 17 de Dezembro de 2020

COMINO, Tamires Maria. *A Atuação Direta do Psicólogo com Mulheres Vítimas de Violência Doméstica*. Psicologado, [S.l.]. (2016). Disponível em <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-ju-ridica/a-atuacao-direta-do-psicologo-com-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica>> . Acesso em 25 Jun 2020.

DATASENADO. *Violência doméstica e familiar contra a mulher*. Secretaria de Transparência. Mar. 2013.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9, 381-387, 2004.

FERREIRA, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio século XXI: o dicionário de língua portuguesa (3ª ed., rev. e ampl.)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. *Violência doméstica: análise das lesões em mulheres*. *Cad. Saúde*



Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 2567-2573, Dec. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&piX2006001200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de Agosto de 2020.

GHERINI, Pâmela Michelena Marchi. 13 anos da Lei Maria da Penha: entenda quando ela pode ser usada. Catracalivre, 2019. Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/13-anos-da-lei-maria-da-penha-entenda-quando-ela-pode-ser-usada/>. Acesso em: 26 de Junho de 2020

HIRIGOYEN, Marie France. A violência no casal: da coação psicológica à agressão física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Cartilha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Projeto Contexto: Educação, Gênero, Emancipação. Plataforma Educação Marco Zero. Fortaleza, 2018.

KASHANI, Javad H.; ALLAN, Wesley D. The impact of family violence on children and adolescents. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1998.

Lisboa, Manuel, Joana Patrício, Alexandra Leandro (2009), “Considerações teóricas e conceptuais relevantes para o estudo”, In Manuel Lisboa (Coord.), Violência e Género – Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.



Meneguel, S., Barbiani, R., Steffen, H., Wunder, A., Roza, M., Rotermund, J., Brito, S. & Korndorfer, C. (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. Caderno de Saúde Pública, 19(4),955-963.

Oliveira. A. P. G. & Cavalcanti, V. R. S. (2007). Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano, 17(1),39-51

OLIVEIRA, Kátia Neves Lenz César de. Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro: sobre violências conjugais contemporâneas. São Paulo: Casa do Psicólogo.

OMS, Informe Mundial sobre Violência e Saúde 2002. Disponível em http://www.who.int/violence_injury_prevention/ Acesso em: 23 de Junho de 2020.

PIMENTEL, Adelma. Violência Psicológica nas Relações Conjugais – Pesquisa e Intervenção Clínica. São Paulo: Summus, 2011.

SILVA, Marlise Vinagre. Violência contra a mulher: quem mete a colher? São Paulo: Cortez 1992.

SOARES, Bárbara M. IN: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a mulher – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 64p. 2005.



Estudos Interdisciplinares

TENÓRIO, Carelene Maria Dias. Acompanhamento Psicossocial em Grupo de Autores e Vítimas de Violência Conjugal. Trabalho Apresentado no Congresso de Gestalt Terapia. UniCeub, Brasília. 2012.

ZILBERMAN, Monica; BLUME, Sheila. Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. Rev Bras Psiquiatr. São Paulo. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbp/v27s2/pt_a04v27s2 Acesso em: 25 jun 2020.



Capítulo

5 OPRESSOR VERSUS OPRIMIDO: O FEMINISMO DOS 99% CONTRA O CAPITALISMO HEGEMÔNICO



OPRESSOR VERSUS OPRIMIDO: O FEMINISMO DOS 99% CONTRA O CAPITALISMO HEGEMÔNICO

OPPRESSOR VERSUS OPPRESSED: 99% FEMINISM AGAINST HEGEMONIC CAPITALISM

João Santos da Silva Júnior¹

Resumo: Escrever um artigo com esse tema é uma tarefa hercúlea, que não exige apenas força de vontade, mas entender os caminhos percorridos pelas mulheres e os movimentos feministas durante séculos, até o ápice contemporâneo, para tanto embasarmos os nossos pensamentos em diferentes estudos bibliográficos, contudo, principalmente nas ideias do manifesto “feminismo para os 99%” de (Arruzza et al., 2019). Pretendemos aqui através de diferentes leituras abordarmos as interferências do capitalismo dentro da opressão feminista e de diferentes grupos sociais como: negros, LGBTQ+, mulheres e outros. O capitalismo e neoliberalismo que têm moldado as ações da sociedade democrática, rompendo com os direitos de grupos minoritários e subjugando as ações em defesa desses. Os manifestos feministas tendem a um anticapitalismo e o rompimento da fragmentação das lutas, ou de representações idearia da meritocracia, que muito é dissolvido na sociedade. Nos fronts as mulheres representam a igualdade de diferentes classes e não apenas das mesmas, a defesa é embasada em tudo aquilo que o capitalismo interfere com as suas ações corrosivas, que superficialmente representa o

¹ Professor da educação básica e Coordenador pedagógico; Formado em pedagogia e matemática; Pós-graduado em matemática e docência do ensino superior; Membro do grupo de pesquisa LEFOR, ligado a UNEB e ao Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED); Pesquisador de temas ligados ao feminismo, literatura brasileira e relações étnico-raciais



desenvolvimento, contudo, por traz escraviza os menos favorecidos e inerentes ao ciclo desenvolvimentista que favorece pequenos grupos capitalistas.

Palavra-Chave: Feminismo, Anticapitalismo, Antineoliberalismo e Feminismo para os 99%.

Abstract: Writing an article with this theme is a herculean task, which requires not only strength, more to understand the paths taken by women and feminist movements for centuries, up to the contemporary apex, to support our thoughts in different bibliographic studies, but mainly on the ideas of the manifesto “feminism for the 99%” of (Arruzza et al., 2019). We intend here through different readings to address the interferences of capitalism within feminist oppression and different social groups such as: blacks, LGBTQ+, women and others. Capitalism and neoliberalism that have shaped the actions of democratic society, breaking with the rights of minority groups and subjugating actions in defense of these. Feminist manifestos tend to an anticapitalism and the disruption of the fragmentation of struggles, or idealistic representations of meritocracy, which is much dissolved in society. On the fronts women represent the equality of different classes and not only of women, defense is based on everything that capitalism interferes with its corrosive actions, which superficially represents development, but which behind it enslaves the less favored and inherent in the development cycle that favors small capitalist groups.

Keyword: Feminism, Anticapitalism, Anti-Neoliberalism and Feminism for the 99%.

O FEMINISMO ATICAPITALISTA E ANTINEOLIBERAL



O conservadorismo que vem se perpetuando ao longo dos anos e atacando os desejos e anseios das mulheres encontra base fecunda no capitalismo neoliberal, onde a maximização do lucro tende a estabelecer à permanência de forma versátil as ações que interferem na luta feminina contra a hegemonia de um ideário permanente do capitalista explorador, que autodetermina ou inviabiliza as ações anticapitalistas e antineoliberais.

As lutas em prol das mulheres desenvolvidas ao longo dos anos não buscaram apenas pela ocupação superficial do direito de ser e estar em sociedade, de forma não apenas igualitária, mas que dependesse no objetivo da busca pelo respeito. Se aprofundarmos a ideia em termos de neoliberalismo, entendemos que houve um avanço notório na privatização e cortes em políticas públicas sócias, isso possibilitou que a mulher exercesse um grau maior de responsabilidade, além de lidar com as cargas horárias de trabalhos exaustivas, cujo capital pago por essa mão de obra seja abaixo das dos homens, ainda precisa lidar com o trabalho doméstico atendendo todos aqueles que as cercam. Essa escravização feminina construída pelo capitalismo tende a permanecer na sociedade desde que haja uma luta engajada voltada a representatividade de um total, e não de uma pequena parcela, como afirma (Arruzza et al.,2019) em seu manifesto.

As lutas feministas não visa apenas atacar o capitalismo ou aos lucros por ele gerando, as ações elas diversificam para além do trabalho, para a autora essa luta está presente em outros ambientes, “em diversos terrenos sociais e não apenas por meio de sindicatos e organizações oficiais de trabalhadores”, incluindo as lutas “por sistema de saúde universal e educação gratuita, por justiça ambiental e acesso à energia limpa, por habitação e transporte público”. (et al, 2019, p. 55). As mulheres são as responsáveis por estar no front das lutas de classe, sendo elas as maiores vítimas do capitalismo



voraz, são elas também as protagonistas das mobilizações sociais e de reprodução, essa reprodução que a teoria marxista tanto evidência na perspectiva de que o capitalismo explora as mulheres como reprodutoras responsáveis pela geração de novos sujeitos que servirão de mão de obra para o mesmo.

No seio da sociedade contemporânea os desafios se fazem cada vez mais presentes e destruturastes. As ideias patriarcais mobilizadas por séculos tendem a permanecer, dado as imposições do capitalismo. As lutas feministas que aconteceram embasando a ideia de resistência a um sistema que deprecia, escraviza, monopoliza e invisibiliza a mulher. Movimentos de resistência como: “Ni una a menos” que aconteceu na Argentina em 2016 e acabou chegando ao Brasil e “Women’s March”, que foi a marcha de mulheres contra o então governo do Presidente Donald Trump nos Estados Unidos, isso em 2017. Todos esses movimentos tiveram como base a marcha das mulheres “Huelga Feminista” que movimentou milhões de mulheres em diferentes partes do planeta. As ideias defendidas pelo movimento encontravam base no marxismo, no manifesto Marx e Engel, Para (Arruzza et al., 2019)

Mas é acima de tudo a greve que constitui a novidade mais importante da nova onda. Não só porque a greve colocou no centro do debate o trabalho das mulheres, o papel das mulheres na reprodução social e a relação entre produção de mercadorias e reprodução, mas porque se tornou o motor principal de um processo de subjetivação através do qual uma nova subjetividade feminista anticapitalista está emergindo. (ARRUZZA, 2019 p, 12).

O movimento de 2017 no EUA ganhou espaço também no Brasil, quando o sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), que é considerando um dos maiores da América Latina e representante da educação básica de São Paulo entrou na luta. O movimento aderiu ao protesto em 08 de março de 2017 e convocou a paralização geral. A convocação feita pela maioria feminina, não uniu apenas as mulheres, mas diferentes indivíduos sociais, de acordo com o



boletim da APEOESP:

Mulheres e homens protestaram em todo o planeta contra a ascensão de uma ideologia que desrespeita não apenas o sexo feminino, mas também os direitos dos imigrantes e da população LGBT. (...) Os direitos femininos envolvem todos, independente de gênero, raça e classe social, como demonstraram os milhares de manifestantes reunidos nas Marchas de Mulheres. (APEOESP, 2017)

Essa luta tomou como princípio as questões de negação e racismo do governo do EUA e visões governamentais no Brasil, que tinha ideologias, que ia de encontro aos direitos das mulheres e de classes menos favorecidas como: negros, LGBT e outros.

Até aqui abordamos um feminismo centrado em uma visão mundial, de onde parte os anseios sociais de diferentes grupos agregados a uma luta de classe que representa a grande maioria marginalizada. No Brasil essa luta não se faz diferente ou menos importante, desde os primórdios as classes inferiores lutam por liberdade por representatividade e respeito, a nossa particularidade histórica nos remete a um passado de lutas e hoje a uma herança sombria permeada pelos resquícios escravistas e de subordinação, isso incluído todo processo de consolidação do capitalismo. Nesse caminho o processo de construção de uma sociedade assalariada não fez com que se rompesse a racialização e até mesmo os estigmas voltados às classes menos favorecidas. O processo do capitalismo, só fez se construir uma barreira cada vez maior dentro das classes sociais, onde o assalariado estaria a serviço do desenvolvimento de uma minoria, sendo que a única valorização do trabalhador seria a sua mão de obra a baixo custo.

Devemos lembrar aqui que dentro das imposições do capitalismo as questões de gênero dentro de uma sociedade patriarcal eram tão absurdas quanto às do negro, essas questões envolviam a vinculação da mulher à família, onde a mesma estava em função do trabalho doméstico/familiar,



ou com baixos salários colocando-as a margem do poder econômico e político, o que de certa forma controlava a força feminina.

Esse pequeno olhar sobre a formação das relações entre capitalismo e a sociedade brasileira define saber que ao subjugamento e opressão, não são temas contemporâneos, mas que o despertar conciso para a ocupação do front das lutas pelas mulheres, estão cada vez mais incisivos e presentes no nosso dia a dia, para (Samora Machel, 1976) ela entende que a mulher sempre foi o ser mais humilhado e explorado:

De uma maneira geral, no seio da sociedade, ela [a mulher] aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada, até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono (MACHEL, 1976, p. 18).

Por tanto vencer o opressor só com a luta dos oprimidos, e nesse sentido a mobilização feminina toma frente das maiores demandas sociais, impostas pela visão parcialista de um neoliberalismo, que maquia as verdadeiras intenções e ações do capitalismo antissocial.

As lutas feministas que iniciam no século XIX e se intensificaram a partir do final do século XX, estrutura diferentes pensamentos correlacionados com o abatimento de ideias retrogrades que minimizavam o papel da mulher na sociedade e as libertavam de um escravismo velado, dado que para além das funções assalariadas, as mulheres ainda teria que cuidar da casa e estar a serviço do opressor doméstico que seria o homem, essas lutas como bem afirma (González, 2010) abre caminho para questionar seus direitos dentro da sociedade, de acordo com a autora:

Lutando juntas, as mulheres tinham mais possibilidades de êxito na hora de defender seus interesses do que se lutassem separadas. Além disso, as mulheres entendiam melhor os problemas e as demandas das outras companheiras (...) sentiam-se mais livres para se expressarem e darem suas opiniões no



meio de outras mulheres, livres dos preconceitos (GONZÁLEZ, 2010, p. 65).

Nesse sentido que os questionamentos passam a ganhar espaço e apoio, fomentando uma luta defensiva em prol de um todo como bem afirma (Arruzza, et al., 2019) em seu manifesto, “Feminismo para os 99%”, o qual abordará no tópico posterior. As bandeiras levantadas nos movimentos serviam como escudo e passo para a liberdade, a inexorável proposta das feministas tendiam a representatividade coletiva, e na concatenação com outros grupos marginalizados, fundava-se com objetivo concreto a busca por dias melhores, sendo que os mais diferentes grupos sofreram/sofrem a marginalização e exclusão como afirma (Martuscelli, 2020):

A sobreposição e intersecção de identidades sociais e dos sistemas relacionados de opressão, dominação, discriminação, injustiça social e desigualdade – que se expressam no racismo, sexismo, xenofobia, homofobia, transfobia etc. – não se apresentam num vácuo histórico. (MARTUSCELLI, 2020, p’80)

O que quer dizer que, todos os problemas de dominação opressão não são atuais, mas construídos ao longo da história com forte influência do capitalismo segregador e de ideias liberais que fascina superficialmente o olhar do indivíduo, mas que corrói de forma velada e estratégica as relações e correlações existentes entre grupos sociais, nesse momento que a traça, do neoliberalismo destrói tudo de forma discreta, porém com o tempo chega a torna e as vozes precisam ser ouvidas e as ações respeitadas e a luta planejada com o objetivo de dissipar as traças do neoliberalismo, por tanto para que haja o rompimento das correntes opressoras capitalistas é fundamental que a luta pela emancipação feminina seja pontual e que agregue o maior número possível de seguidores, as ideias marxista pulsam nas vozes dessas mulheres e que a radicalidade seja elemento fundamental nas demandas das lutas como bem afirma (Valadares, 2016)



Do ponto de vista marxista sobre a questão do gênero, surge o feminismo emancipacionista, que visa a não somente puxar o fio da radicalidade até o patamar da transformação da sociedade e continuar puxando até o processo de construção de uma nova, em todas as suas etapas, enquanto persistir a força estrutural/cultural [ou dominação-exploração] da opressão de gênero (VALADARES apud SCHAEFFER, 2016).

No Brasil e no mundo as relações de dependência ainda fazem parte do dia a dia, porém essa dependência tem dado espaço para o (in) que contesta a opressão e o subjugamento, as lutas os anseios despertam do olhar de cada ser marginalizado a vontade de buscar seus direitos e defender o seu espaço, as lutas femininas são espaços que agregam os diferentes grupos, constroem sentidos de compartilhamento de força e de objetivos como bem afirma (Saffioti, 2015)

O feminismo traz, em seu bojo, um potencial crítico capaz de apontar caminhos, trilhas, picadas para se atingir o alvo expresso e desejado (...) isto não basta; é preciso saber utilizá-lo, selecionando as melhores estratégias em cada momento (...) o objetivo das (os) feministas consiste em transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade. (...). (SAFFIOTI, 2015, pág., 10)

O FEMINISMO QUE REPRESENTA OS 99%

Os movimentos feministas que desabrocham na sociedade, com intensificação a partir de manifestos que se distribuíam pelo mundo como o “Manifesto feminista”, busca despertar os olhares para os muitos diferentes grupos invisibilizados pela sociedade e achatados pelo capitalismo que se nutre a partir do contexto em que é exposto. Não só um movimento centrado em torno de uma luta anticapitalista como também a pregação de uma visão neoliberal, que destrói a maioria e torna a sua



força e luta como algo improprio e sem a devida necessidade de existência.

No livro *Feminismo para os 99%: um manifesto* lançado em edição brasileira pela editora Boitempo no ano de 2019, nos traz uma ideia exata do que o movimento feminista deva lutar contra as hegemonias arraigada na sociedade onde personifica a imagem das mulheres como seres submissos e dependentes do homem, nesse contexto não apenas as mulheres são inviabilizadas como diferentes grupos sociais que vivem a margem da sociedade ou são lá colocados por visões e ações estereotipadas que depreciam o ser humano.

As autoras Cinzia Arruzza, uma das grandes feminista italiana, professora da New School of Social Research de Nova Iorque e autora do livro *Marxismo e feminismo: Entre Casamentos e divórcios* é uma das mais ferrenhas apoiadoras da greve internacional das mulheres nos Estados Unidos. Tithi Bhattacharya é professora associada de história do sul da Ásia na Purdue University, é uma feminista marxista de destaque e uma das organizadoras da greve internacional das mulheres e Nancy Fraser é filósofa, titular da cátedra Henry A. and Louise Loeb de Ciências Políticas e Sociais da New School University, em Nova Iorque e, autora de obras como *Fortunes of feminism*, *Feminist contentions*, entre várias outras traduz o conceito mais amplo e que agrega os delenimantos produtivos dos movimentos e para que os mesmos devam acontecer.

A ideia das autoras nos traz uma visão de que forma esta se construído socialmente uma visão minoritária do feminismo, onde as lutas de classes tem dado espaço, ou por vezes sofrido, com realidade superficial, onde poucos constroem a visão do coletivo. O que se entende nessa perspectiva e de acordo com o manifesto feminista é que as poucas figuras femininas que estão em cargos do alto escalão, têm defendido de forma genérica que as mulheres estão sendo representado socialmente, esse projeto de edificação de uma imagem igualitária sofrem impactos quando se observa que mesmo



Estudos Interdisciplinares

sendo um cargo de chefia a mulher estará subjugada por uma figura masculina em um cargo superior.

A “encruzilhada” da qual as autoras reforçam o seu manifesto está justamente em entender que mesmo as mulheres estando ocupando cargo de chefia, isso só representa 1% do total, que portanto os 99% ainda estão em uma sociedade que as vê com indivíduos inferiores, isso principalmente quando parte de uma visão masculina. O que se torna evidente nesse emaranhado de negações, subjugamentos, restrições, invisibilidade entre vários outros conceitos, é que o capitalismo é o regente dessas situações como bem afirma as autoras.

O processo que se constrói em torno da figura feminina e dos diferentes grupos inviabilizados como: negros, gays, ciganos, pobres entre outros é que se há uma ótica construída dentro de duas vertentes opostas, onde de um lado o capitalismo seria a base da igualdade nesse sentido a concepção de ascensão feminina e reconhecimento possibilitaria equiparação social que encontraria lugar dentro da cadeia econômica. Na outra vertente estão os grupos de mulheres que veem o capitalismo como o grande empecilho para a conquista de um feminismo para todos.

As ideias embasadas nessa ultima vertente é característico do feminismo defendido pelas organizadoras da marcha “Huelga Feminista”, que acreditam que a liberdade e a igualdade sejam premissas de um novo mundo. Esse ideário está centrado principalmente no papel do gênero no desenvolvimento do capital, embora as mulheres sejam seres ativos e que desenvolvem um trabalho indispensável na e para a sociedade, não há nenhum tipo de recompensa por isso, nessa perspectiva o ativismo feminino defendido na marcha encontra um terreno fértil de discussões, considerando não só questões trabalhistas como entendendo que não existe apenas a concentração de salário, mas entendendo que as mulheres também são vítimas de assédios, agressões sexuais invisibilidade no trabalho, visões preconceituosas, que por vezes determinou o papel e o lugar da mulher dentro da sociedade.



Estudos Interdisciplinares

O surgimento dos movimentos feministas tende a representar os anseios das mulheres outras classes subjugadas e inferiorizadas. A ideia que existe um feminismo liberal onde acredita-se que as mulheres possam alcançar seus espaços através de suas ações e capacidades está dando espaço a uma nova visão de feminismo, abolindo e desmistificando essa imposição de ideário igualitário em prol de um novo feminismo que impulse os ajustes estruturais e não sirva de preceito para ocultar o neoliberalismo e que apoiem políticas regressivas sob a “ótica” de emancipação.

Os movimentos feministas regram-se pela procura de uma luta anticapitalista e ao tempo que favoreça não apenas 1% das mulheres, mais sim a grande maioria massiva, que enfrentam desafios diários dentro da sociedade. As lutas que buscam representar os 99%, como bem afirma as autoras o feminismo deve ter por objetivo “atracar as raízes capitalistas da barbárie metastática” (pág. 41). Nessa perspectiva o feminismo busca não sacrificar o direito e o bem-estar desses 99% em favor de uma minoria, de uma liberdade que não representa a totalidade, e que esconde através das arestas do tempo uma perpetuação preconceituosa de ações em desfavor dos menos favorecidos.

A liberdade e a proteção estarão ameaçadas pelo neoliberalismo assim acredita as autoras, pois o mesmo remodela a opressão de gênero, no entanto a liberdade dessa opressão dar-se-á pela ocupação de seu espaço e lugar de fala feminina alinhado em conformidade com a defesa de gênero transformado o sistema social subjacente onde os direitos das mulheres são ocultados. A opressão dos direitos dos mesmos favorecidos está sob a direção do capitalismo, que determina de que forma os sujeitos podem viver em sociedade. A crise que o capitalismo origina não está apenas na exploração do trabalho assalariado, mas também nas consequências da sua exploração dos sujeitos da sociedade, na opressão de gênero na discriminação e por vezes na subordinação da reprodução social que visa o lucro. O capitalismo depende da mulher para a produção de mão de obras, ou seja, como reprodutora



Estudos Interdisciplinares

natural da vida, a mulher está subordinada ao capital, tendo ela o papel vital da reprodução social, o que de fato é ocultado em nossa sociedade. Não apenas a força feminina é explorada pelo capital como também o “dom de conceber a vida”.

Nesse enredo em que o capitalismo determina a ação dos sujeitos na sociedade, oprime os menos favorecidos, e os diferentes grupos sociais, ele também busca regular a sexualidade dentro da sociedade, esse tipo de violência é um dos enfrentamentos do feminismo para os 99%. O mercado de trabalho buscou ao longo dos tempos construir imagens distantes da realidade, os sujeitos estão expostos a regras de condutas dentro do espaço de trabalho, de acordo com as autoras havia restrições com relação a opção sexual e exposição no espaço de trabalho, tudo isso para beneficiar a ordem capitalista, com o tempo na busca por manter o ganho capital vendendo as imagens de pessoas que vivam fora das famílias heterossexuais, como afirma as autoras “Na sociedade capitalista, o sexo vende- e o liberalismo o comercializa em muitos sabores”(pág. 70).

Os entrelaçamentos entre o capitalismo, o racismo, a luta de classe a homofobia, a destruição da terra, preconceito entre outras opressões, estão enraizados dentro da sociedade. A visão feminista determina que os vários processos que tende a inviabilizar os grupos menores possuem raízes fecundas no capitalismo e nas ideias neoliberais, que estruturam visões igualitárias distantes da realidade. A produção de caminhos para reverter essa situações encontram caminhos fecundos nas lutas feministas, mas não apenas em um representação superficial que busque sequestrar o direito de fala da maioria em detrimento de uma maioria, que estando ocupando os cargos de chefia nas grandes empresas, não fazem nada em favor das minorias, isso por que o capital determina as ações desses sujeitos. Mesmo que as mulheres estejam ocupando as multinacionais, sempre estarão submissas ao capital, por tanto esse 1% das mulheres ocupando os altos escalões não representam os 99% que compreende



todas as classe minoritárias em direitos mas majoritárias em tamanho.

A alienação social orquestrada pelo capitalismo define as ações até que haja uma subversão de valores na luta pela igualdade da maioria. O manifesto comunista de Marx e Engel 1848, já preconizava a ação dos sujeitos, unificando as forças nas lutas, intencionalizando as mesmas na tentativa de um dia abolir o capitalismo, para só então a igualdade e equiparidade fazer parte da nova ordem social. Essa unificação não será apenas de mulheres, mas também de diferentes grupos sociais como: negros, LGBTQI+, mulheres, índios, judeus e outros grupos que se veem marginalizados pelo capital voraz, que permeia a sociedade.

O feminismo para os 99% traduz os anseios sociais de igualdade, direito e respeito às mulheres frente às demandas de uma realidade opressora, que julga e determina os caminhos que as mulheres tendem a tomar, em face de uma estrutura capitalista que coopta grande parcela da população onde essas mulheres estejam a serviço de uma estrutura, racista, sexista, preconceituosa, elitista e segregacionista que inibe o poder dos menos favorecidos e subjuga os direitos e ações desenvolvidas por aqueles que buscam sobressair de situações socialmente inferiores. Os resultados das lutas revelam e ao mesmo tempo aproxima os diferentes sujeitos da realidade vivida pelas mulheres em cenário social dentro ou não do campo de lutas feministas, mas também das relações existentes entre essa luta e as classes necessitadas de representação, que sofrem momentaneamente com o racismo, a discriminação, a xenofobia entre outras formas de preconceito, inviabilizam o ser humano, ou certo grupo da sociedade brasileira.

O campo da luta e de embates feministas está centrado na capacidade de mudança que os movimentos organizados podem propiciar no interior da sociedade e na tentativa de resolução de problemas, essa é a grande bandeira defendida pelas autoras do manifesto. Não existe um caminho fácil



e emancipatório ao mesmo tempo, diante do poder opressor do neoliberalismo e do capitalismo, como produtores dos mais diferentes desastres sociais que atingem as parcelas da sociedade que não se “adequam” à corrosividade do capitalismo. Por isso a luta por uma sociedade anticapitalista. O feminismo para os 99% é um manifesto que tem como ponto central das discussões o fato de que o direito de parte da população é despojado em benefício de uma minoria de 1%, que não representa os 99%.

A mudança necessária está principalmente porque o 1% que alcança o âmago do capitalismo, não busca reverter a lógica imprópria das estruturas arraigadas na sociedade em benefício dos 99%. A insurgência dos grupos invisibilizados seria, na perspectiva das autoras, o caminho da mudança, assim como a construção de uma ótica anticapitalista. As ideias descritas pelas autoras do livro se entrelaçam com a visão das autoras (Faria e Moreno, 2017), que definem que o capitalismo assim como o racismo e o patriarcado formam modelos de múltiplas dominações, tornando-se violentos nos seus mecanismos de acumulação. A reversão de ideia onde a mulher é vista pela sociedade machista, não como um ser social, mas por várias vezes um produto ou objeto a serviço de algo ou alguém, pode ser um caminho para repensar o papel e importância da mulher na/para a sociedade. Nessa linha de pensamento a autora (D’alessandro, 2016) defende uma sociedade igualitária, e evidencia a opressão que as mulheres sofrem diariamente dentro do processo capitalista destrutivo.

O “feminismo para 99%” é uma obra que traz discussões, que perpassam o simples questionamento e evidenciam a imersão em um vasto e rico campo de luta, na busca por valorização e respeito. O feminismo defendido pelas autoras não abrange apenas a luta das mulheres, mas também a de todos os grupos inviabilizados pela sociedade, que sofrem com a falta de direitos, igualdade e respeito. As lutas feministas da atualidade de acordo com (Arruzza, 2017) é considerada um dos caminhos valorativos para as lutas de classes e representa os anseios feministas frente à construção



de uma nova sociedade, tornando-se algo emancipatória e libertador, e visa à construção de ideias anticapitalistas para a compreensão social e plural que represente um todo de uma sociedade.

CONCLUSÃO

Ao mesmo tempo em que pensamos fechar esse trabalho, chegamos à conclusão de que não há uma conclusão, dada as inquietações emergentes das discussões diárias, das lutas e embates que os diferentes grupos liderados ou não por mulheres vem travando contra o capitalismo opressor e um neoliberalismo fascista. O ponto central é que, se concluirmos as nossas ideias, e fechamos nossos pensamentos, estaremos rompendo com a ideologia de luta de enfrentamento das diversidades que a sociedade vive contemporaneamente. Não é um processo estanque, neutro ou passivo, a luta feminista que tende a representação dos 99%, não busca apenas vencer as barreiras autoritárias e dominantes do capitalismo, mas dar voz a um sem número de pessoas, que sofrem diariamente com a opressão, racismo, xenofobia, preconceitos das mais diferentes estruturas.

O feminismo representativo embasado pelas ideias marxistas e manifestado na marcha das mulheres que acontece em todo mundo desde o ano 2000, não é uma luta visionária para chegar ao poder, mas pelo respeito e igualdade entre homens e mulheres, o respeito para todos os grupos marginalizados como negros, LGBTQ+ e outros. A luta ela contrapõe a ideia do neoliberalismo e os princípios políticos que o capital sustenta atualmente, buscando romper as alianças existentes entre o neoliberalismo progressista e as forças femininas do Faça Acontecer, centrados na ideia que tudo depende da mulher, onde o capitalismo não interfere na posição em que a mesma ocupa na sociedade.

As lutas feministas são oportunidades de colocar no auge desejos e anseios de diferentes



grupos sociais que sofrem com as imposições desastrosas do capitalista e suas raízes meritocratas como o neoliberalismo e uma democracia, que está a serviço do capital e não do social. A capacidade norteadora das ações feministas determina a construção de ideais alicerçadas no direito celebrado diariamente de conquistas, capitando diferentes grupos em prol de uma causa de liberdade, junto a uma visão anticapitalista, antineoliberalista e antirracista. A primazia dos movimentos feministas é promover um revolve contra as forças opressoras, é destacar o lugar de fala das mulheres, constituindo-as como protagonistas do seu futuro, por tanto precisa ser uma luta diária, vencendo as amarras do capitalismo.

REFERÊNCIAS

APEOESP Notícias – Assembleia estadual 8 de março. Publicado em 03/03/2017.

Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2017/assembleia-estadual8-de-marco-quarta-14h30-vao-livre-do-masp/> Acesso em 22 mai. 2021.

ARRUZZA, C.; Bhattacharya, T.; Fraser, N. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

D’ALESSANDRO, Mercedes. Economía feminista: Cómo criar una sociedad igualitária (sin perder el glamour). Espanha: Sudamericana, 2016.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. Desafios para enfrentar o conflito do capital contra a vida: Nós



Estudos Interdisciplinares

mulheres seguimos em luta! São Paulo: SOF, 2017.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As origens e comemoração do Dia Internacional das Mulheres. São Paulo, Expressão Popular; SOF: Sempreviva Organização Feminista, 2010.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.) Os desafios do feminismo marxista na atualidade / Danilo Enrico Martuscelli (org.) - 1. ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo, Expressão Popular, 2015.



Capítulo

6

ÍNDICES DA INCLUSÃO DIGITAL EM 2018 NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLA- ROS - UNIMONTES



ÍNDICES DA INCLUSÃO DIGITAL EM 2018 NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

INDICES OF DIGITAL INCLUSION IN 2018 AT UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

Marilée Patta¹

Sonia Beatriz Oliveira Silva e Maia²

Raissa Barbosa Cordeiro³

Resumo: Estar incluído digitalmente tornou-se necessário, havendo perspectivas de progresso em diversificadas áreas de atuação do cidadão. Na educação pode elevar a autoestima e a qualidade de vida de docentes e discentes, oferecendo aprendizagem autônoma e acesso a variados conteúdos e informações. Refletindo-se sobre os avanços tecnológicos que conduzem as novas abordagens da inclusão digital e questionando-se sobre conhecimentos para uso de recursos tecnológicos na comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, apresentam-se índices gerais de inclusão digital de docentes e discentes, além de discentes por sexo, centro de ensino, faixa etária e de renda. Obtendo-se dados e aplicando o percurso metodológico proposto por Galdino (2019) com uso de pesos, apresentam-se índices gerais de docentes e discentes, além daqueles estratificados. Avaliaram-se habilidades específicas de discentes e docentes agrupadas nas dimensões: Conhecimento Introdutório (0,37; 0,38), Habilidade Técnica (0,20; 0,23), Uso Aplicado (0,19; 0,19), Entretenimento (0,35; 0,33), Sociabilidade (0,21; 0,24), Uso Educacional (0,33; 0,34), Comunicabilidade (0,32;

1 Professora Doutora do Departamento de Ciências da Computação da Unimontes, Montes Claros-MG, Brasil

2 Professora Mestre do Departamento de Ciências da Computação da Unimontes, Montes Claros-MG, Brasil

3 Aluna do curso de Sistemas de Informação da Unimontes, Montes Claros-MG, Brasil



Estudos Interdisciplinares

0,27), Utilização de Serviços (0,28; 0,24), Aprendizado Autônomo (0,30; 0,28). A estratificação dos discentes mostra que as alunas (0,276), a faixa etária dos 25 aos 36 anos (0,215), o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (0,262) e discentes com renda de até 1 salário mínimo (0,290), obtiveram os menores índices de inclusão digital. Além disso, os alunos (0,290), discentes de 25 a 35 anos (0,298), do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (0,313) e sem renda (0,869) obtiveram os maiores índices de inclusão digital. Os índices gerais de inclusão digital dos discentes (0,282) e docentes (0,276) revelam baixa inclusão da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Inclusão digital na Unimontes. Índices estratificados de inclusão digital.

Abstract: Being digitally included has become necessary, with prospects for progress in diverse areas of citizen action. In education, it can raise the self-esteem and quality of life of teachers and students, offering autonomous learning and access to a variety of content and information. Reflecting on the technological advances that lead to new approaches to digital inclusion and questioning about knowledge for the use of technological resources in the academic community of the State University of Montes Claros - Unimontes, general indexes of digital inclusion for teachers and students are presented, in addition to students by sex, educational center, age group and income. Obtaining data and applying the methodological approach proposed by Galdino (2019) using weights, general indices of professors and students are presented, in addition to those stratified. The specific skills of students and teachers were evaluated, grouped into dimensions: Introductory Knowledge (0.37; 0.38), Technical Skill (0.20; 0.23), Applied Use (0.19; 0.19), Entertainment (0.35; 0.33), Sociability (0.21; 0.24), Educational Use (0.33; 0.34), Communicability (0.32; 0.27), Use of Services (0, 28; 0.24), Autonomous Learning (0.30; 0.28). The stratification of students shows that female students (0.276), the age group from 25 to 36 years old (0.215), the Center for Biological and Health Sciences (0.262) and students with an income of up to 1 minimum wage (0.290), obtained the lower digital inclusion rates. In addition, students



(0.290), students aged 25 to 35 (0.298), from the Exact and Technological Sciences Center (0.313) and without income (0.869) had the highest rates of digital inclusion. The general digital inclusion indexes of students (0.282) and teachers (0.276) reveal low inclusion of the academic community.

Keywords: Digital Inclusion at Unimontes, Digital Inclusion Index Stratified.

INTRODUÇÃO

Com os constantes avanços digitais, estar pareado com os recursos tecnológicos deixou de ser competência adicional para se tornar necessidade. A questão é que há camadas sociais sem acesso digital, seja por smartphones, computadores, tablets, etc. Segundo Ritto (2016), 51,2% dos domicílios brasileiros possuíam computador, acesso à internet, telefone fixo ou celular, não simultaneamente. Ressalta-se que é uma taxa menor se comparada a países subdesenvolvidos como Venezuela (63,2%), Chile (56,5%) e Uruguai (55,2%). Além disso, pode-se entender que conhecimentos de informática básica não são suficientes para se lidar com tecnologias em constantes mudanças.

Sorj e Guedes (2005) entendem que os países que investem em tecnologias se desenvolvem e destacam considerável progresso, seja na ciência, educação, relações sociais ou qualidade de vida, facilitando a transmissão de informação, gerando conhecimento e sustentando as novas relações criadas pela Era da Informação. Araújo (2006) ressalta que possuir conhecimento tecnológico virou sinônimo de facilidade de inserção no mercado de trabalho, melhores condições de vida e deu ao homem a capacidade de aumentar suas habilidades cognitivas e a possibilidade de exteriorizar o seu conhecimento. A relevância de estar incluído perpassa por áreas de atuação profissional e educacional.

Na educação, a comunidade acadêmica inclusa contribui de forma positiva para a instituição de ensino, com qualificações e bons resultados. Nos cursos superiores, os egressos incluídos se sentem preparados para os desafios profissionais. Esta questão é observada em instituições de ensino que



usam softwares de diversas áreas do conhecimento para auxiliar o processo ensino-aprendizagem, exigindo dos discentes e docentes fluência com a tecnologia.

Assim, refletindo-se sobre os avanços tecnológicos que levam a criação de novas abordagens da inclusão digital, e questionando-se em relação a inclusão digital da comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, geraram-se índices gerais de docentes e discentes, estratificando os dados dos discentes por sexo, centro acadêmico, faixa etária, faixa de renda e escolaridade, visando entender a inclusão digital da comunidade acadêmica, bem como os fatores interferem no processo da exclusão.

MATERIAL E MÉTODOS

Com base em Patta (2005), elaborou-se questionário que aborda 9 dimensões de análise: Conhecimento Introdutório (avalia conhecimentos e habilidades básicas), Habilidade Técnica (identifica as habilidades técnicas, conhecimentos mais aprofundados em informática e manuseio com tecnologias digitais), Uso Aplicado (identifica o uso aplicado das ferramentas digitais), Entretenimento, Sociabilidade (identifica o uso da tecnologia como instrumento de entretenimento.), Uso Educacional (questiona o uso dos meios digitais para fins educacionais), Comunicabilidade (identifica o uso da tecnologia para a comunicação), Utilização de Serviços (identificam os serviços tecnológicos), Aprendizado Autônomo (busca de conhecimento de modo independente) (Quadro 01).

Quadro 1 - Questionário

Dimensão	Questões
Conhecimento Introdutório	1.Organizo arquivos (documentos, fotos, músicas, filmes, etc.) em pastas e diretórios; 2.Realizo compactação de arquivos; 3.Localizo o que preciso no computador; 4.Uso mecanismos de pesquisa na Internet (Yahoo! Brasil, Google, Bing, Ask Brasil, etc.



Habilidade Técnica	<p>5.Ligo e desligo um computador de maneira segura; 6.Acesso/gravo informações de um cd; 7.Realizo configurações de rede; 8.Recupero arquivos danificados ou corrompidos; 9.Configuro periféricos (teclado, mouse, etc); 10.Instalo e configuro aplicações/programas; 11.Instalo sistemas operacionais; 12.Instalo e atualizo antivírus; 13Faço backup (cópias de segurança) dos meus arquivos;</p>
Uso Aplicado	<p>14.Uso editores de planilha eletrônica (Excel, Calc, ZohoSheet, etc.) 15.Uso editores de vídeo (SonyVegas, Adobe Premiere, etc.) 16.Uso editores de imagem (Photoshop, Gimp, PhotoScape, etc.) 17.Uso editores de texto (Word, Writer, Wordpad, etc.) 18.Uso editores de áudio (Audacity, Adobe Audition, Sony SoundForge, etc.) 19.Uso ferramentas de apresentação (Power Point, Impress etc.) 20.Crio e atualizo páginas da Internet (blogs/sites). 21.Desenvolvo programas/sistemas para computadores.</p>
Entretenimento, Sociabilidade	<p>22.Uso o computador para jogar <i>online</i> ou <i>offline</i>. 23.Uso o computador para assistir filmes, vídeos e ouvir músicas <i>online</i> ou <i>offline</i>. 24.Acesso à plataformas de vídeo (Youtube, Vimeo, etc.).</p>
Uso Educacional	<p>25.Uso redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, etc.) 26.Participo de salas de bate-papo (chats). 27.Uso redes sociais de negócios e emprego (LinkedIn etc.) 28.Procuro oportunidades de emprego na internet através de agências de emprego ou sites de classificados.</p>
Comunicabilidade	<p>29.Consulto comunidades de práticas, fóruns e listas para resolver problemas. 30.Realizo pesquisas na Internet em acervos ou bibliotecas digitais. 31.Uso a Internet para aprimoramento de meus conhecimentos. 32.Uso a internet para assistir cursos online, vídeo aulas. 33.Uso a internet para trabalhos e pesquisas escolares.</p>
Utilização de Serviços	<p>34.Uso softwares de vídeo conferência (<i>Skype, Google Hangouts, etc.</i>) 35.Faço ligações telefônicas pela Internet. 36.Uso aplicativos para comunicação (<i>WhatsApp, Messenger, etc.</i>)</p>
Aprendizado Autônomo	<p>37.Utilizo serviço de correio eletrônico (<i>e-mail</i>) para comunicação pessoal e/ou profissional. 38.Acesso serviços de streaming (<i>Netflix, Spotify, etc.</i>) 39.Realizo operações bancárias pela Internet (<i>Internet Banking</i>). 40.Consulto contas, multas, tributos ou certidões negativas de débito da receita pela internet. 41.Faço compras pela Internet, e realizo pesquisas de preço. 42.Faço minha declaração de renda pela internet. 43.Utilizo serviços de assinatura digital.</p>

- | |
|---|
| 44. Uso <i>GPS</i> , <i>Google Maps</i> , etc. para me situar ou pesquisar lugares. |
| 45. Gerencio tarefas através de ferramentas digitais. |
| 46. Localizo endereços e telefones pela Internet. |
| 47. Outros. |

Fonte: Galdino (2019). Org.: Patta, M. (2021)

Foram calculadas amostras com margem de erro de 5% e confiabilidade de 95%, sendo aplicados questionários em 356 discentes e 275 docentes no período de setembro de 2018 a janeiro de 2019. Verificou-se a confiabilidade do questionário com o uso do Alfa de Cronbach (confiável acima de 0,800), cujos valores foram de 0,905 para discentes e 0,851 para os docentes. Após a coleta, os dados foram tabulados usando-se estatística descritiva. Nesta etapa, foram atribuídos pesos às questões e dimensões da inclusão digital, que possibilitaram o cálculo dos índices.

Criou-se um modelo de cálculo de índices com base em Patta (2015) que usou pesos para criar índices de inclusão social. Assim, para se calcular o valor percentual das opções de resposta constantes na escala do tipo likert (S, F, R, N), dividiu-se a frequência (X) de cada alternativa da questão pelo total de respondentes. O valor percentual (PC) da opção foi multiplicado pelo seu respectivo peso (P) (cuja somatória dos pesos das opções da questão é igual a 1), resultando no índice da resposta. Os índices das respostas (IR) foram somados, encontrando o índice da questão (IQ) (Tabela 1).

Tabela 1 - Cálculo do índice da Questão

Questão				
Opção	Frequência (X)	Percentual (PC)	Peso (P)	Índice da resposta (IR)
S	x	x/total respondentes	0,5	PC*P
F	x	x/total respondentes	0,3	PC*P
R	x	x/total respondentes	0,15	PC*P
N	x	x/total respondentes	0,05	PC*P
			1	Índice da questão (IQ)

Fonte: Galdino (2019, p.25)



Inseridas nas dimensões, as questões receberam pesos (cuja somatória dos pesos das questões é igual a), sendo multiplicadas pelos índices das questões, resultando no índice da questão relativo à dimensão de análise (IQD). A somatória dos índices das questões relativos à dimensão resulta no Índice da dimensão (ID) (Tabela 2).

Tabela 2 - Cálculo do índice da Dimensão

Questão	Dimensão		
	Índice da questão (IQ)	Peso (P)	Índice da Questão na dimensão (IQD)
Questão 1	IQ	0,25	IQ*P
Questão 2	IQ	0,25	IQ*P
Questão 3	IQ	0,25	IQ*P
Questão n	IQ	0,25	IQ*P
		1	Índice da dimensão (ID)

Fonte: Galdino (2019, p. 25)

Para se obter o índice da inclusão social, foram atribuídos pesos (P) (cuja somatória dos pesos das dimensões é igual a 1) aos índices das 9 dimensões (ID). Esse peso foi multiplicado pelo índice de cada dimensão (ID), resultando no Índice da dimensão da inclusão digital (IDID), que somadas geraram o índice de inclusão digital (IID) (Tabela 3).

Tabela 3 - Cálculo do índice da Inclusão Digital.



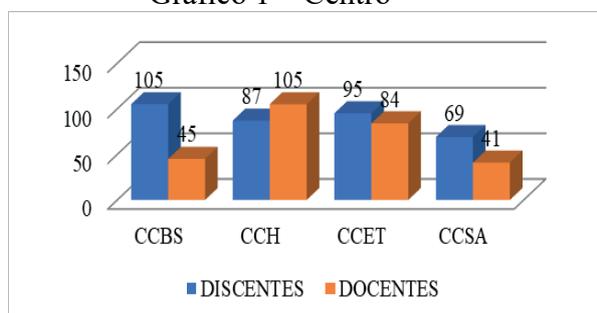
Inclusão Digital				
Dimensão	Índice da Dimensão (ID)	Peso (P)	Índice da dimensão na inclusão digital (IDID)	
Conhecimento Introdutório	ID	0,05	ID*P	
Habilidade técnica	ID	0,1	ID*P	
Uso aplicado	ID	0,075	ID*P	
Entretenimento	ID	0,025	ID*P	
Sociabilidade	ID	0,1	ID*P	
Uso educacional	ID	0,2	ID*P	
Comunicabilidade	ID	0,5	ID*P	
Utilização de serviços	ID	0,2	ID*P	
Aprendizado autônomo	ID	0,2	ID*P	
		1	Índice Inclusão Digital (IID)	

Fonte: Galdino (2019, p.26)

RESULTADOS E ANÁLISE

Os dados de 356 discentes e 275 docentes foram totalizados por centro, sexo, faixa etária, escolaridade e renda (Gráfico 1,2, 3, 4 e 5).

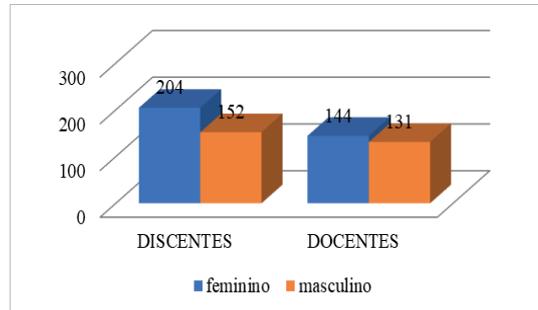
Gráfico 1 – Centro



Fonte: Galdino (2019). Org.: Patta, M. (2021)

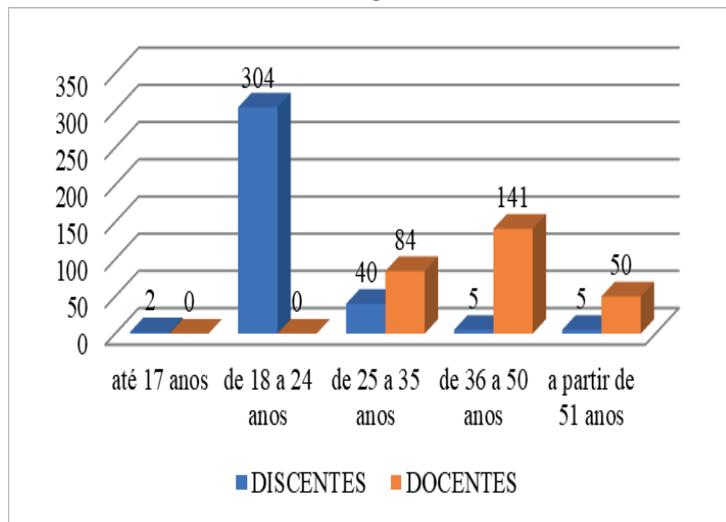


Gráfico 2 – Sexo



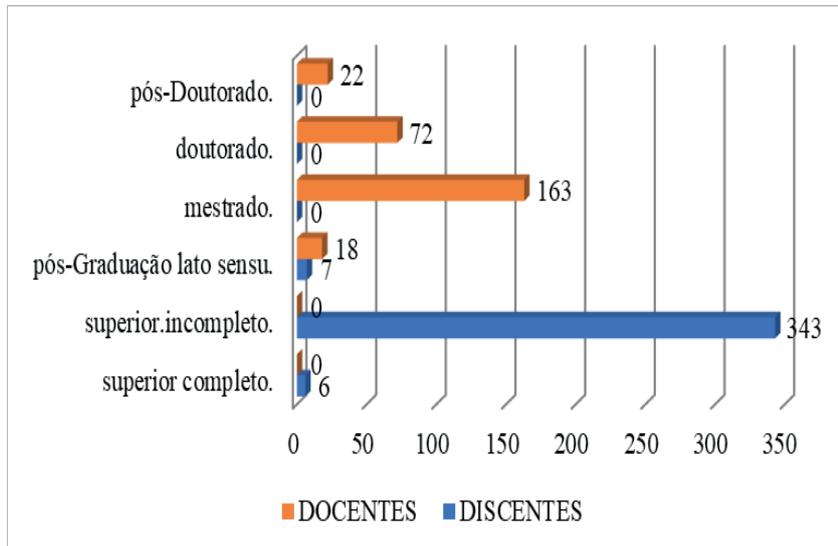
Fonte: Galdino (2019). Org.: Patta, M. (2021)

Gráfico 3 – Faixa Etária



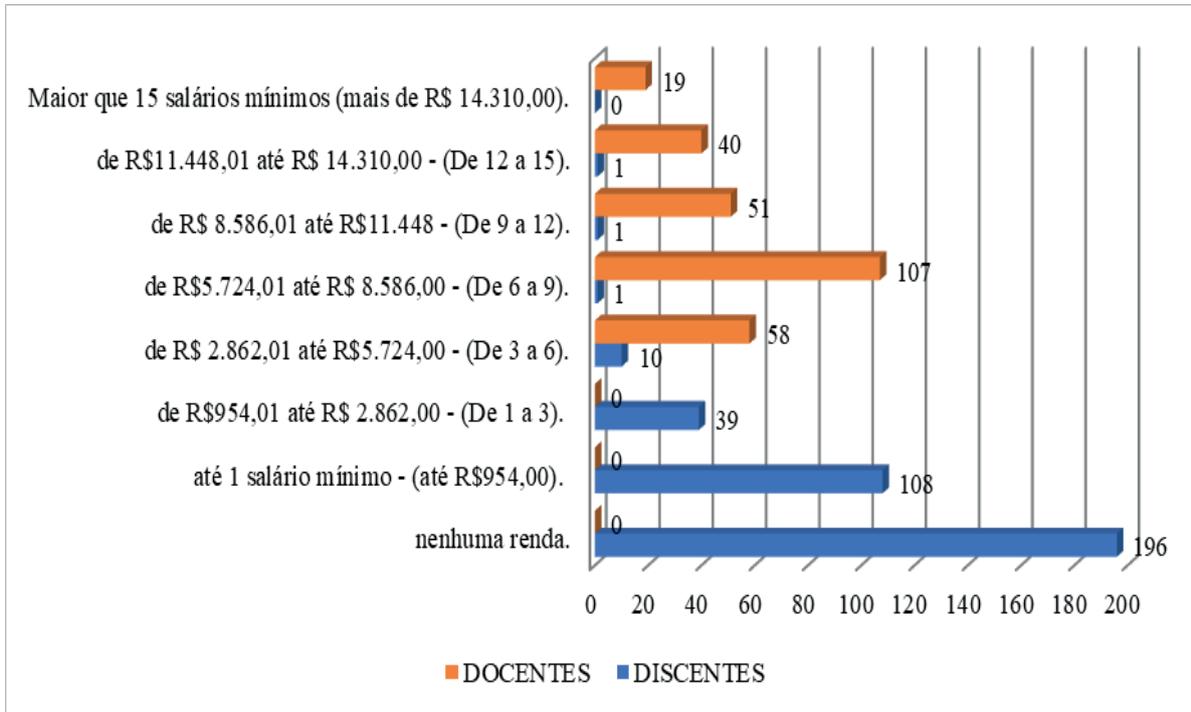
Fonte: Galdino (2019). Org.: Patta, M. (2021)

Gráfico 4 – Escolaridade



Fonte: Galdino (2019). Org.: Patta, M. (2021)

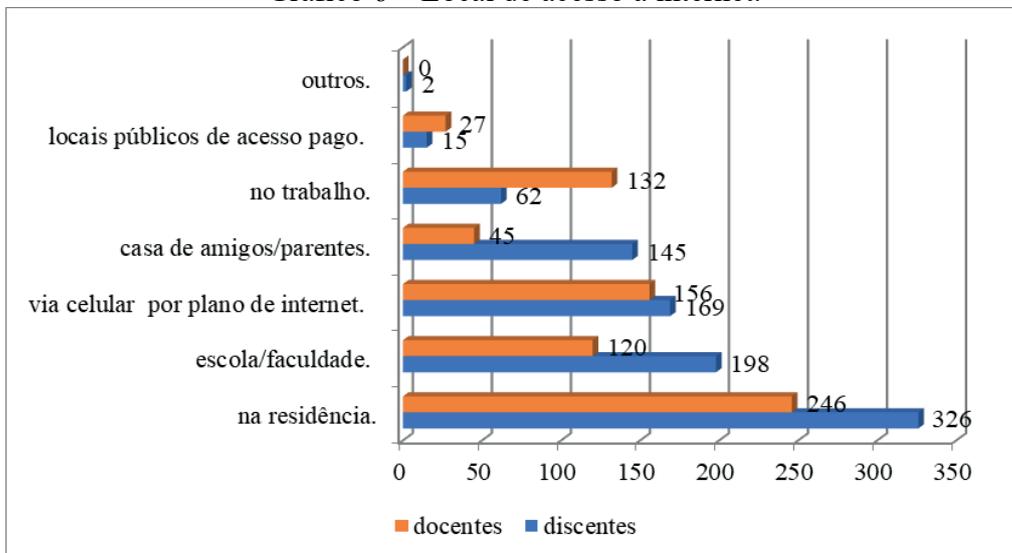
Gráfico 5 – Faixa de renda



Fonte: Galdino (2019). Org.: Patta, M. (2021)

Predomina um computador e um smarthphone com acesso à internet. A maioria não possui tablet, porém há 38 discentes e 133 docentes que possuem este aparelho. A respeito do local de acesso à internet, 326 discentes e 246 docentes acessam na própria residência (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Local de acesso à internet.

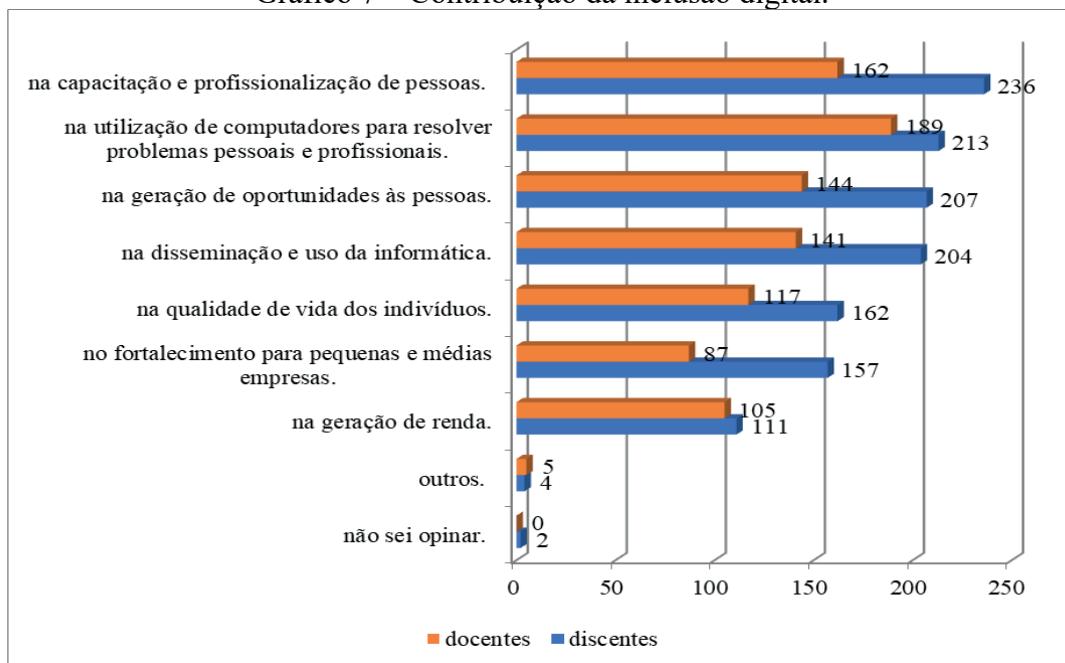


Fonte: Galdino (2019). Org. : Patta, M. (2021)



A visão sobre a contribuição da inclusão digital foi diversa. Os discentes apontaram que inclusão digital mais contribui na capacitação e profissionalização de pessoas (66,3%) e os docentes na utilização de computadores para resolver problemas pessoais e profissionais (68,7%) (Gráfico 7).

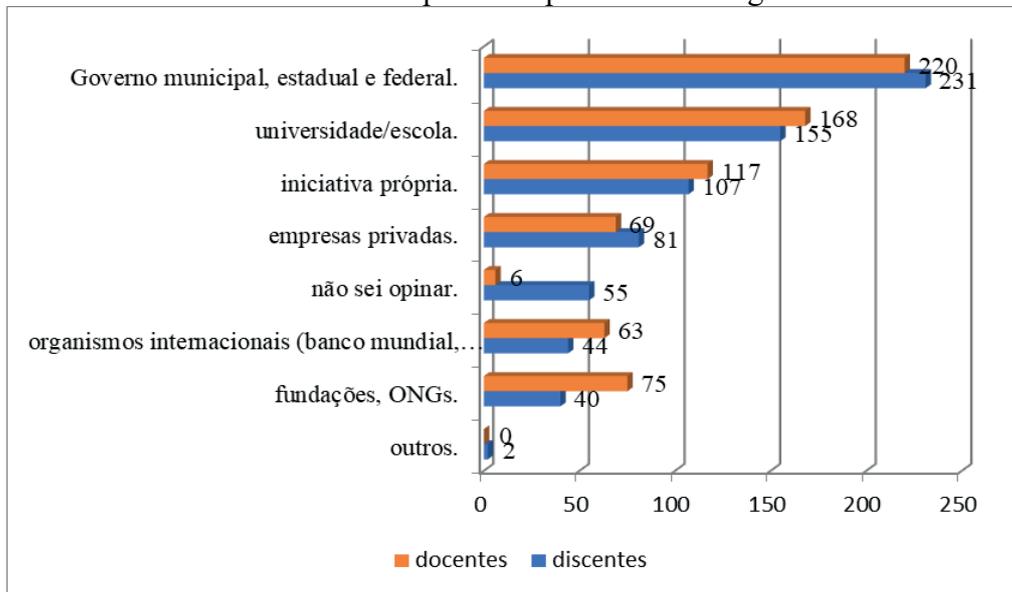
Gráfico 7 – Contribuição da inclusão digital.



Fonte: Galdino (2019). Org.: Patta, M. (2021)

No entendimento da maioria dos discentes (231) e docentes (220), a maior responsabilidade da inclusão digital é do Governo municipal, estadual e federal (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Responsável pela inclusão digital.

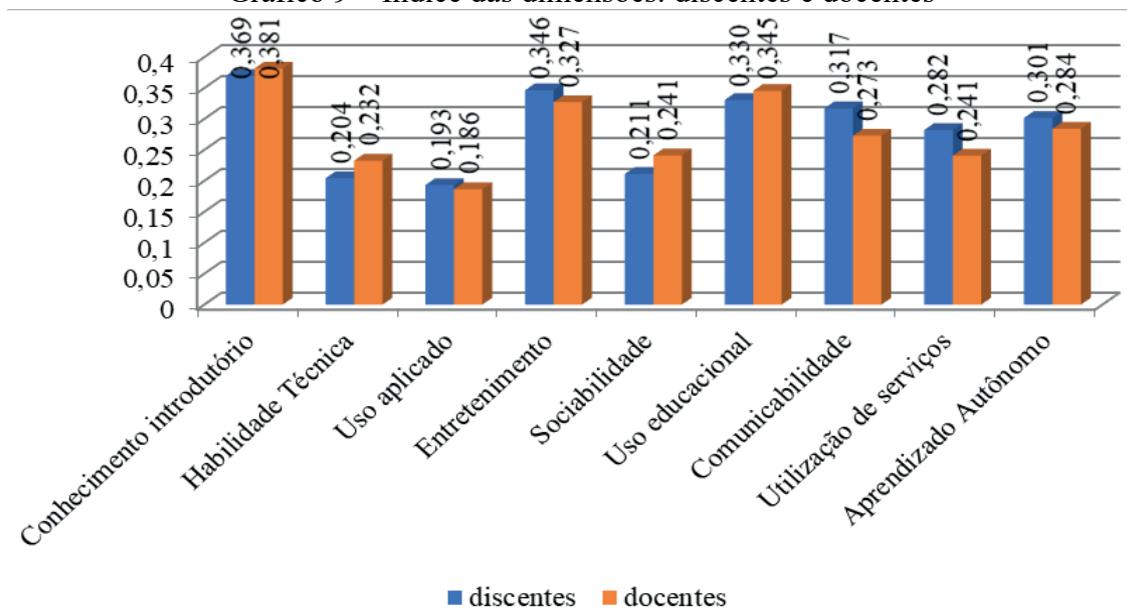


Fonte: Galdino (2019). Org.: Patta. M. (2021)

ÍNDICES DOS DOCENTES E DISCENTES

Os docentes obtiveram índices maiores nas dimensões Conhecimento introdutório, Habilidade técnica, Sociabilidade e Uso educacional. Nas demais dimensões os discentes apresentam maiores índices (Gráfico 9).

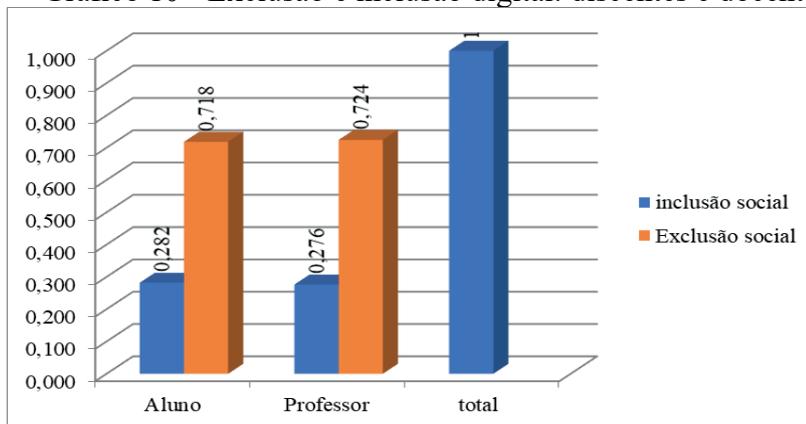
Gráfico 9 – Índice das dimensões: discentes e docentes



Fonte: Galdino (2019).

Thomas (2017) trata da teoria de classificação da inclusão, na qual o percentual da inclusão varia de 0 à 0,4 (BAIXO); 0,41 à 0,7 (MÉDIO) e 0,71 à 1 (ALTO). Os índices dos discentes (0,282) e dos docentes (0,276) na referida classificação é Baixo, uma vez que se encontram no intervalo de 0 à 0,4. Aplicando-se a lógica reversa ($1 - \text{índice inclusão} = \text{exclusão}$), encontra-se um total de 0,718 de exclusão de discentes e de 0,724 de docentes, considerado alto (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Exclusão e inclusão digital: discentes e docentes



Fonte: Galdino (2019)

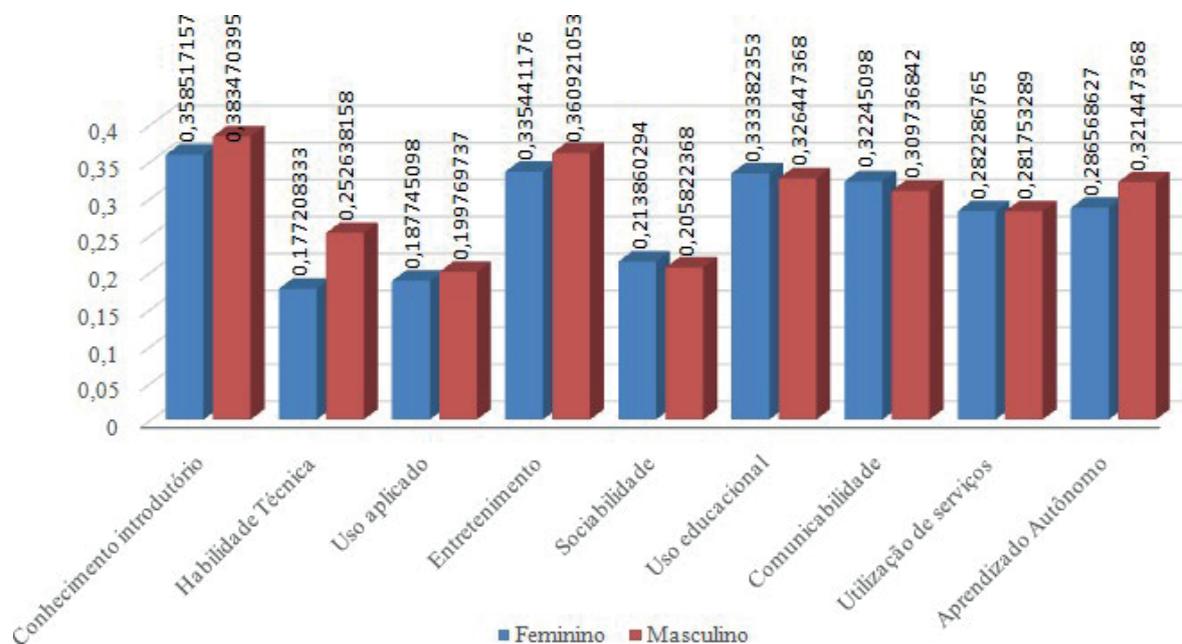
ESTRATIFICAÇÃO DOS ÍNDICES DOS DISCENTES

Dando continuidade à geração de índices, estratificaram-se os dados dos discentes por centro universitário, sexo, faixa etária e renda. Foram 152 discentes do sexo masculino e 204, feminino. Entre as faixas etárias os discentes encontrados foram: até 17 anos (2), de 18 a 24 anos (304), de 25 a 35 anos (40), de 36-50 (5), a partir de 51 (5). Os discentes distribuídos nos centros de ensino da Unimontes foram: Centro de ciências biológicas da saúde - CCBS (105), Centro de ciências exatas e tecnológicas - CCET (95), Centro de ciências Humanas - CCH (87), Centro de ciências sociais apli-

cadras - CCSA (69). Entre as faixas de renda, os discentes encontrados foram: sem renda (196), até 1 salário mínimo (108), de 1 a 3 salários mínimos (39), de 3 a 6 salários mínimos (10) e a partir de 6 salários mínimos) (3).

Das dimensões analisadas, em ambos os sexos predominou, com maiores índices, Conhecimento introdutório, e com menores índices, habilidade técnica. Ressalta-se que as mulheres sobressaíram nas dimensões sociabilidade, uso educacional e comunicabilidade e os homens nas habilidades técnicas, entretenimento e aprendizado autônomo. Segundo Maciel (2016), o uso da internet por estudantes mostra, de um modo geral, que as meninas são mais criteriosas e direcionadas quanto ao uso da internet para educação e, por outro lado, os meninos apresentaram características de uso mais intenso e diversificado da internet, incluindo o uso para o lazer (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Representante referente ao estrato “sexo”

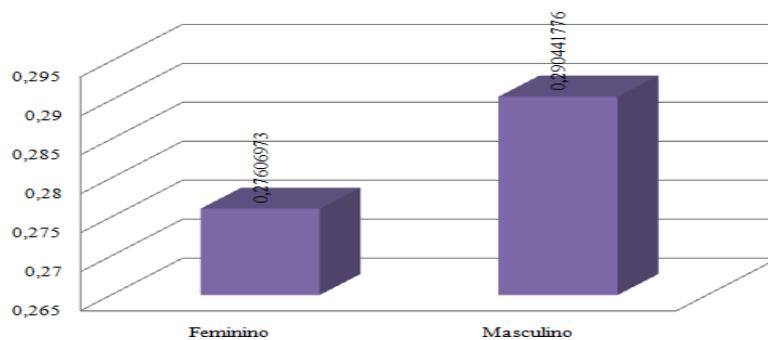


Fonte: Galdino (2019). Org.: Cordeiro (2021)

Os alunos apresentam maior índice de inclusão digital do que as alunas. Para Maciel (2016), as mudanças constantes das fronteiras entre a esfera privada atribuída às mulheres, dada à natureza

de suas atividades, e as esferas públicas tradicionalmente dominadas por homens, devido à mudança na organização social provocada pelas tecnologias, fazem com que o acesso seja instrumento de transformação social e de desenvolvimento de processos, instrumentos, técnicas e canais de comunicação que podem reforçar a atuação das mulheres como sujeitos políticos e comunicacionais (Gráfico 12).

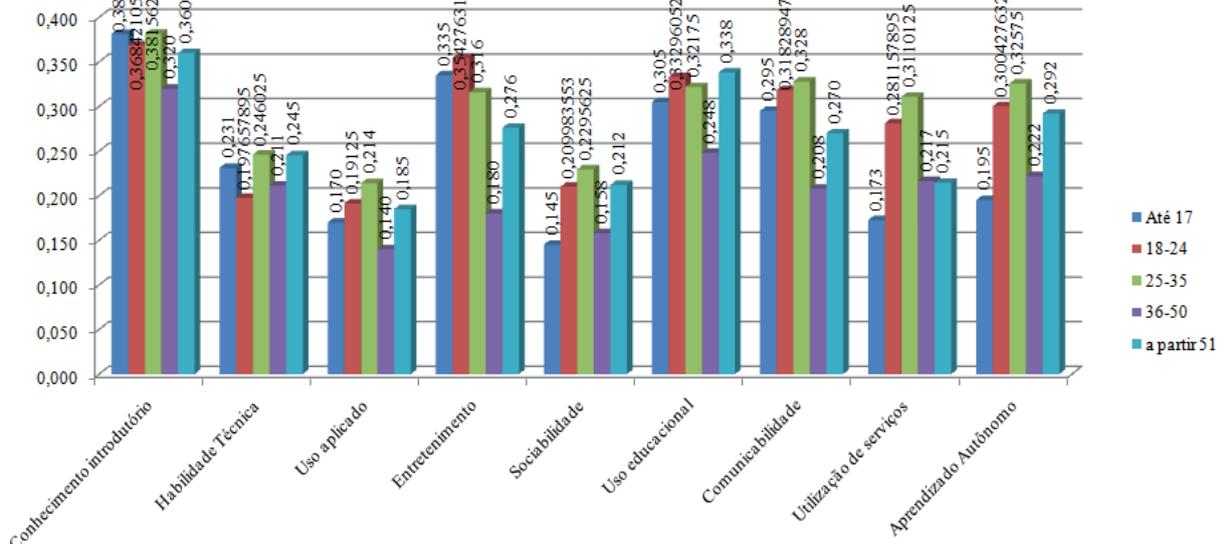
Gráfico 12 – índices de Alunos de Alunas



Fonte: Galdino (2019). Org.: Cordeiro (2021)

Em todas as faixas etárias predominou Conhecimento introdutório e com menores índices, uso aplicado. De 18 a 24 anos, predominou Entretenimento e Uso educacional. De 25 a 35 anos, os maiores índices foram Uso aplicado, Sociabilidade, Comunicabilidade, Utilização de Serviços e Aprendizado autônomo. As faixas etárias de até 17 anos e de 36 a 50 anos apresentaram os menores índices. Para Castells (2010), o papel da Internet, determinante na vida social e econômica não é considerado por si só fator de inclusão ou exclusão social: o mais importante continuará sendo o acesso ao trabalho e à carreira profissional, e antes, o nível educacional, porque sem educação a tecnologia não serve para nada. O autor ainda afirma que na realidade, a Internet amplia a mais antiga lacuna social da história, que é o nível de educação (Gráfico 13).

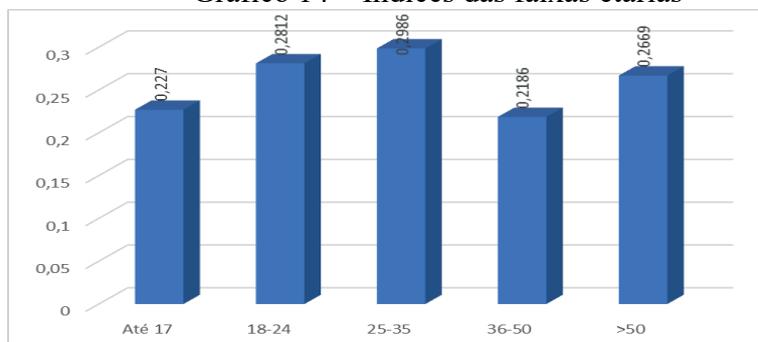
Gráfico 13 – Representante referente ao estrato “faixa etária”



Fonte: Galdino (2019). Org.: Cordeiro (2021)

De 25 a 35 anos obteve-se o maior índice de inclusão digital, e de 36 a 50, o menor. Segundo Kachar (2009), gerações mais novas tem intimidade e atração pelos artefatos tecnológicos, assimila facilmente as mudanças, pois já convive desde tenra idade, explorando os brinquedos eletrônicos e/ou brincando com o celular dos pais. Porém, a geração adulta e mais velha, de origem anterior à disseminação do universo digital e da internet, não consegue acolher e extrair tranquilamente os benefícios dessas evoluções na mesma presteza de assimilação dos jovens. Além disso, percebeu-se que gerações de alunos que atuam profissionalmente são mais incluídos digitalmente (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Índices das faixas etárias

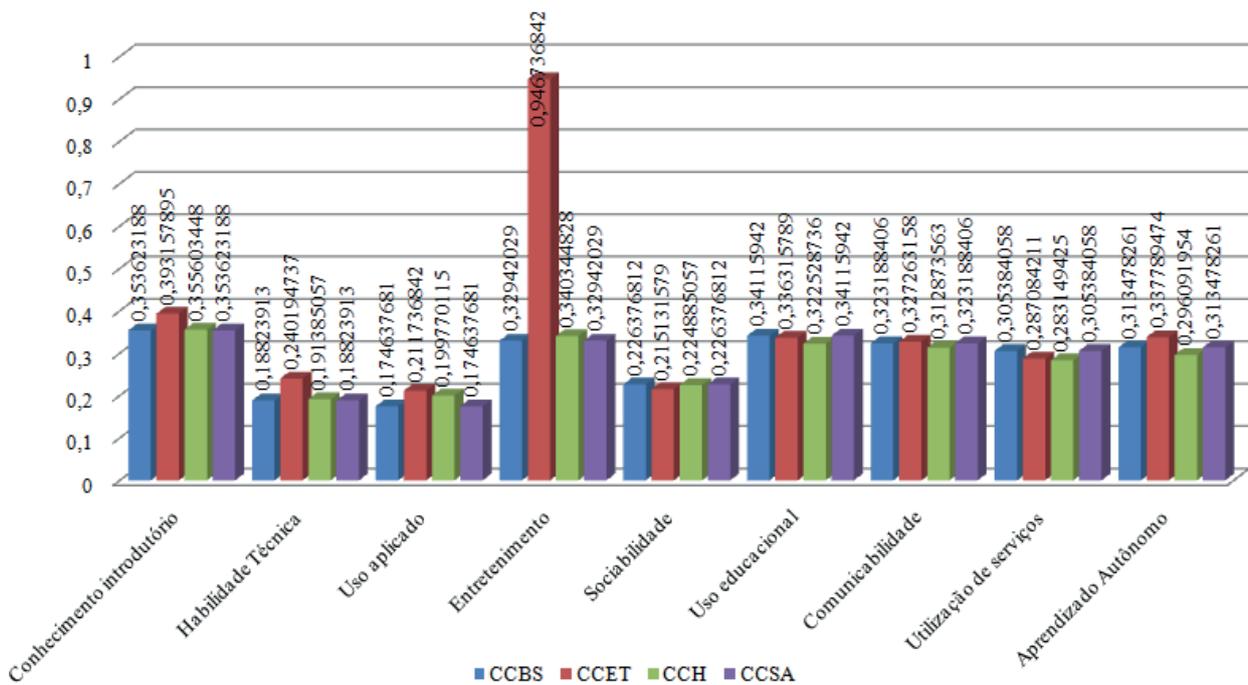


Fonte: Galdino (2019). Org.: Cordeiro (2021)



Em geral, índices dos centros de ensino foram aproximados, porém o CCET destaca-se pelo alto índice na dimensão Entretenimento. Por ser um centro de tecnológica, entre os discentes, em relação aos demais centros de ensino. Possui ainda os maiores índices nas dimensões de Conhecimento introdutório, Habilidade técnica, Uso aplicado e Aprendizado Autônomo, seguido pelo CCH, CCSA e CCBS. Há poucos anos, o acesso às fontes de pesquisa era limitado a livros, revistas e jornais, o que nem sempre era possível a todos. Nos últimos anos, um novo cenário se estabeleceu e estudantes chegam as universidades munidos de informações, provenientes de acesso às mídias eletrônicas como televisão, computador, internet, games e outros. (Gráfico 15).

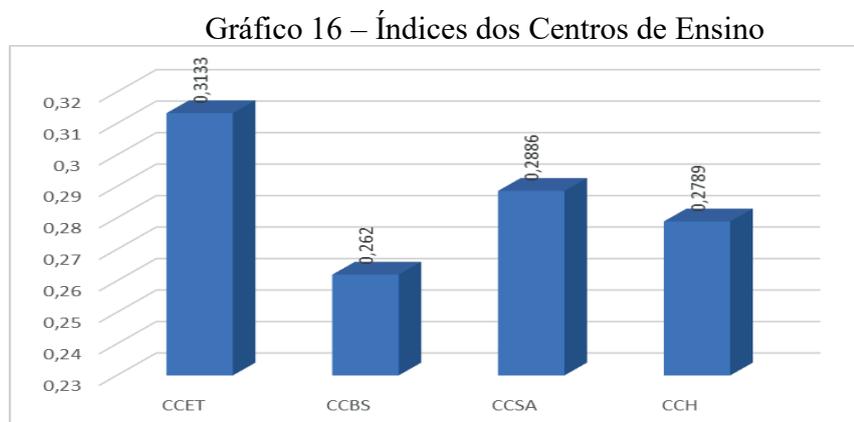
Gráfico 15 – Centro



Fonte: Galdino (2019). Org.: Cordeiro (2021)

O CCET possui o maior índice de inclusão digital, enquanto o CCBS possui o menor índice. Segundo Cavalcante e Vasconcellos (2007), há demanda governamental para o profissional da saúde. As instituições formadoras devem reestruturar processos, planejamentos, conteúdos e gestão, com

capacidade crítica de proceder a uma reorientação do ensino. A incorporação de tecnologias de informação, como ensino à distância e metodologias de educação continuada auxiliam no processo de reformulação, destacando a descentralização e a individualização do processo ensino-aprendizagem. (Gráfico 6).

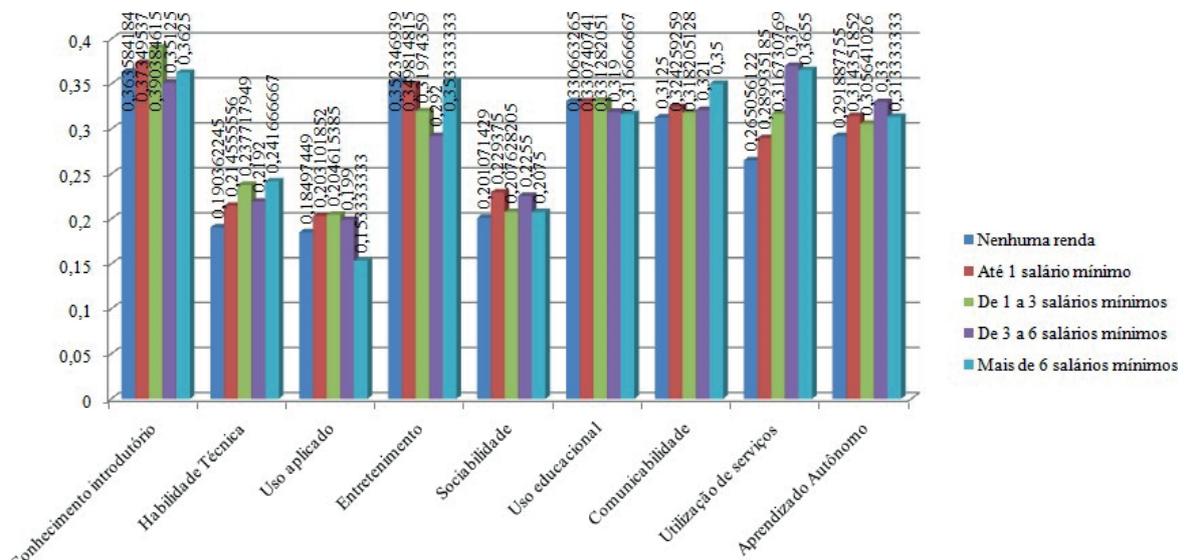


Fonte: Galdino (2019). Org.: Cordeiro (2021)

Dos discentes, 196 não possuíam renda, 108 (até 1 salário mínimo), 39 (1 a 3 salários mínimos), 10 (de 3 a 6 salários mínimos) e 3 (maior que 6 salários mínimos). Em todas as faixas de renda predominaram, com maiores índices, conhecimento introdutório e Uso aplicado, com menores. Conhecimento introdutório, Entretenimento, uso educacional, comunicabilidade, aprendizado autônomo apresentaram índices aproximados em todas as faixas etárias. Por outro lado, verificaram-se divergência e menores índices em todas as faixas etárias nas dimensões habilidade técnica, uso aplicado e sociabilidade. Os indivíduos sem renda apresentam os menores índices nas 9 dimensões estudadas. Para Santos (2020), enquanto os socialmente privilegiados usufruem de internet banda larga 4G, Wi-Fi, e transmissão de dados em alta velocidade via fibra óptica, significativa parcela da população não tem acesso a um computador e a internet, especialmente os estudantes pobres. (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Renda

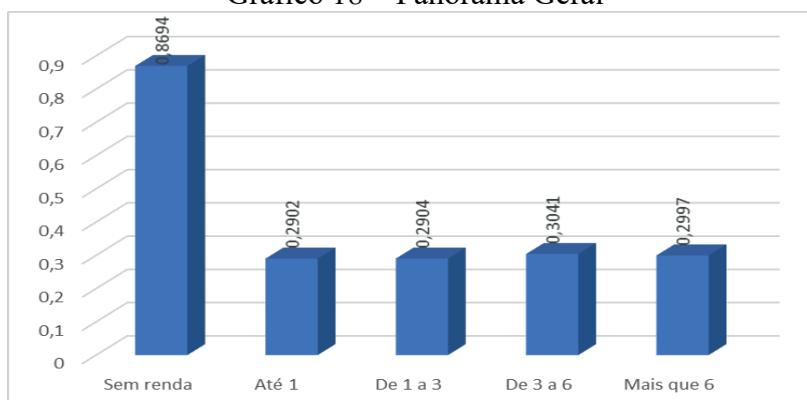




Fonte: Galdino (2019). Org.: Cordeiro (2021)

Os discentes mais digitalmente incluídos não tem nenhuma renda. Arretche (2019) apresenta dois tipos de usuários na internet: Cidadãos de primeira classe que conseguem usar a internet de forma ilimitada, realizando atividades complexas, como produção de textos; Cidadãos de segunda classe que têm acesso limitado, usando, principalmente, celulares e acessando redes sociais. Segundo Araújo (2020), geralmente, políticos e mercados, ao falarem de inclusão digital, não fazem essa divisão entre as classes. O autor afirma que se o Brasil for entendido numa divisão de cidadãos de primeira e segunda classe, certamente o um índice de inclusão digital seria bem acima da média mundial. Mas, ao se considerar que “cidadãos de primeira classe” são os que conseguem benefícios reais com o acesso, como oportunidades de emprego, educação e consumo de conteúdos de qualidade, deve-se fazer essa separação (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Panorama Geral



Fonte: Galdino (2019). Org.: Cordeiro (2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se a inclusão digital de docentes e discentes para se entender os fatores que interferem no processo e como discentes e docentes se encontram diante do paradigma tecnológico digital contemporâneo. As perguntas buscaram avaliar habilidades específicas do indivíduo agrupadas em dimensões, gerando-se os subíndices: conhecimento introdutório (0,37; 0,38), habilidade técnica (0,20; 0,23), uso aplicado (0,19; 0,19), entretenimento (0,35; 0,33), sociabilidade (0,21; 0,24), uso educacional (0,33; 0,34), comunicabilidade (0,32; 0,27), utilização de serviços (0,28; 0,24), aprendizado autônomo (0,30; 0,28).

Os índices gerais de inclusão digital dos discentes de 0,282 e de docentes, de 0,276, são classificados como baixos (0 a 0,4), sendo alto os índices de exclusão.

Os dados gerais mostram que a maioria dos docentes são do sexo masculino, com a faixa etária predominante entre 36 a 50 anos (51%). A maioria possui renda de 6 a 9 salários, 163 (59%) possuem mestrado e 72 (26%), doutorado. Possuem um computador com acesso à internet 206 docentes e 241 possuem um smartphone com acesso. Acessam internet na residência, 246 (89,4%) e 162 (58,9%) deles apontam que inclusão digital contribui na capacitação e profissionalização de pessoas. Quanto aos responsáveis pela inclusão digital, 220 (72,7%) apontam o governo municipal, estadual e



federal como o maior responsável.

Nos dados dos discentes, apuraram-se que a maioria são do sexo feminino, a faixa etária predominante é de 18 a 24 anos, 196 não possuem renda mensal 196 (55%), e 343 (96%) deles possuem grau de escolaridade superior incompleto. Possuem um computador com acesso à internet 269 discentes e 310 possuem um smartphone com acesso. Acessam internet na própria residência 326 (91,6%) e 236 (66,3%) deles apontam que a inclusão digital contribui na capacitação e profissionalização de pessoas. No que tange aos responsáveis pela inclusão digital, 231 (64,9%) discentes apontaram o governo municipal, estadual e federal é o maior como responsável.

Em relação a estratificação de dados do discentes, apesar dos avanços e conquistas femininas, os homens ainda encabeçam os índices quando se refere à tecnologia e afins, assim como diversas áreas na sociedade. Analisando-se os índices por faixa etária, observa-se que gerações mais novas possuem maior contato e facilidade em lidar com a tecnologia, principalmente por nascerem inseridos em uma sociedade com avanços tecnológicos constantes, diferente das gerações mais antigas, que se encontram em meio a tecnologias inimagináveis anteriormente na história da sociedade, não restando opções além de aprender a lidar com tais avanços. Os discentes dos centros voltados à saúde, humanas e sociais refletem a realidade de seus centros, que possuem ementas tradicionais, que ainda utilizam poucos aparatos tecnológicos em suas constituições. Apesar de pouca divergência nas dimensões de análise do CCET em relação aos outros centros, o CCET, que se relaciona tecnologias de informação e comunicação, apresenta maior inclusão digital. Os discentes sem renda se destacaram com o maior índice de inclusão digital. Esse fato pode relacionar-se à necessidade de terceirização do conhecimento por profissionais de maiores rendas. As classes mais altas não necessitam impreterivelmente de aprender a lidar com tecnologias, uma vez que têm o poder e capital para designar e remunerar outros indivíduos. Por outro lado, as classes mais baixas precisam de qualificações e habilidades com tecnologias para se inserir no mercado de trabalho e acesso à educação em instituições de ensino. O fato de os discentes com menores rendas estarem mais digitalmente incluídos que discentes



com maiores rendas não implica, necessariamente, que isto seja uma vantagem competitiva, mas é um fator extremamente positivo.

Assim, entendeu-se um pouco mais o panorama da inclusão digital na Unimontes. As deficiências encontradas nas dimensões estudadas podem, posteriormente, ajudar a universidade a criar ações para inserir docentes e discentes e suas diversas particularidades no ambiente tecnológico digital contemporâneo, além de proporcionar espaços e equipamentos que auxiliem no processo de inclusão digital. Ressalta-se que são inúmeros os benefícios de estar incluído, fato que auxilia o indivíduo na vida cotidiana e nos diferentes aspectos da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tiago. Inclusão digital no Brasil: em que estágio desse processo estamos? 2020. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/inclusao-digital-no-brasil/>>. Acesso em 13 jun. 2021.

ARRETCHE, Marta. Desigualdades digitais no espaço urbano: Um estudo sobre o acesso e o uso da internet na cidade de São Paulo. 2019. Disponível em < https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf>. Acesso em 13 jun. 2021.

ARAÚJO, Marcos da Silva. A dinâmica da exclusão digital na era da informação. 2006. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-dinamica-da-exclusao-digital-na-era-da-informacao/88>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação: painel de controle do MEC. 2013. Disponível em: <<https://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/ies/iesid/367>>. Acesso em: 12 jan. 2018.



CALVACANTE, Maria Tereza; VASCONCELLOS, Miguel Murat. Tecnologia de Informação para a educação na saúde: duas revisões e uma proposta. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZR73cPJKRn9F36nvtJ76qrn/?lang=pt>>. Acesso em 12 jun. 2021.

CASTELLS, M. O papel da Internet nas relações sociais e na política. 2010. Entrevista disponível em: <<http://vitalvereador.wordpress.com/2010/11/07/manuel-castells-o-poder-tem-medo-da-internet/>>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS. Resumo quantitativo de professores da Unimontes. 2018.

GALDINO, I. P. S. Análise estatística e elaboração de índices sobre o panorama da Inclusão Digital na Universidade Estadual de Montes Claros no ano de 2018 – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET. Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação. 2019.

KACHAR, Vitória. Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital. 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kairos/article/viewFile/5371/3851..>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MACIEL, Ariane Durce. O lugar das mulheres: gênero e inclusão digital. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/328549392_O_LUGAR_DAS_MULHERES_GENERO_E_INCLUSAO_DIGITAL>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PATTA, Marilée, SIVA, A. E. Exclusão digital: um estudo quantitativo na cidade de Montes Claros. In: Enleppic, 2005, Salvador.



PATTA, Marilée. Mapeamento da exclusão social de Montes Claros-MG em 2010: um estudo exploratório / Marilée Patta. Belo Horizonte, 2015. 463 f. : il.

RITTO, Cecília. Brasil é o 72º colocado em ranking de inclusão digital. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/tecnologia/brasil-e-o-72o-colocado-no-ranking-de-inclusao-digital/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SANTOS, Arnaldo. Os desafios na superação da pobreza digital no pós-pandemia. 2020. Disponível em: <<https://mais.opovo.com.br/colunistas/eliomar-de-lima/2020/08/01/artigo---os-desafios-na-superacao-da-pobreza-digital-no-pos-pandemia.html>>. Acesso em 13 jun. 2021.

SECRETÁRIA GERAL. Resumo de dados acadêmicos. 2018.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n72/a06n72.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

THOMAS, Julian. Measuring Australia's Digital Divide The Australian Digital Inclusion Index 2017. Melbourne: RMIT University, 2017, 48p. Disponível em: <<https://digitalinclusionindex.org.au/wp-content/uploads/2016/08/Australian-Digital-Inclusion-Index-2017.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.



Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).



Estudos Interdisciplinares

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



Índice Remissivo



C

Capitalismo

página 26

página 86

página 88

página 89

página 96

F

Feminismo

página 70

página 90

página 91

página 92

página 97

I

Inclusão Digital

página 115

página 118

página 121

página 122



página 123

M

Mulher Negra

página 52

página 54

página 56

página 59

página 60

P

Plataformas digitais

página 20

página 21

página 22

página 24

página 25

T

Tecnologia da Informação

página 37

página 38

página 40

página 42

página 46



Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas. Esse volume reúne diversos artigos rigorosamente avaliados e de extrema credibilidade científica e acadêmica para a sociedade. Desejamos que todos os leitores que façam um excelente proveito para aprofundamento teórico e crescimento pessoal por meio dos estudos publicados.



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA